Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Curso de Mestrado

OPERÁRIOS TÊXTEIS EM ALAGOAS: ORGANIZAÇÃO SINDICAL, REPRESSÃO E VIDA NA FÁBRICA (1951 – 1964)

Airton de Souza Melo

DOCUMENTO RECEBIDO
Data: 25/09/2012

RECIFE
2012

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO AIRTON DE SOUZA MELO

Às 9h. do dia 09 (nove) de maio de 2012 (dois mil e doze), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Airton de Souza Melo** intitulada "***OPERÁRIOS TÊXTEIS EM ALAGOAS: ORGANIZAÇÃO SINDICAL, REPRESSÃO E VIDA NA FÁBRICA (1951-1964)***", em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito "**APROVADO**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Maria do Socorro Ferraz Barbosa, Maria do Socorro de Abreu e Lima e Osvaldo Batista Acioly Maciel. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 09 de maio de 2012.

Profª. Drª. Maria do Socorro Ferraz Barbosa

Profª. Drª. Maria do Socorro de Abreu e Lima

Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel

Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

Sandra Regina Albuquerque

AIRTON DE SOUZA MELO

OPERÁRIOS TÊXTEIS EM ALAGOAS: ORGANIZAÇÃO SINDICAL, REPRESSÃO E VIDA NA FÁBRICA (1951 – 1964)

Dissertação de Mestrado exigida como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.
Orientadora: Profª. Drª. Maria do Socorro Ferraz Barbosa.

RECIFE
2012

Catalogação na fonte
Bibliotecária Miriam Stela Accioly, CRB4-294

S586p Melo, Airton de Souza.
Operários têxteis em Alagoas : organização sindicial, repressão e vida na fábrica (1951-1964) / Airton de Souza Melo. – Recife: O autor, 2012.
155 f. : il., fot., mapas, tab. ; 30cm.

Orientador: Profª. Drª Maria do Socorro Ferraz Barbosa.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2012.
Inclui Bibliografia.

1. Historia – Alagoas (1951-1964). 2. Operários têxteis – Alagoas, (1951-1964. 3. Partido Comunista – Alagoas, (1951-1964). 4. Organização sindical – Operários de fábrica – Alagoas, (1951-1964). 5. Participação política – Alagoas (1951-1964). I. Barbosa, Maria do Socorro Ferraz (Orientadora). II Titulo.

981 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2012-81)

Dedico este trabalho a minha mãe, Tania, por me amar de forma incondicional e por ser o maior exemplo de trabalhador na minha vida!

A todos os operários têxteis que tiveram suas vidas dragadas pelos teares alagoanos.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não poderá ser chamada de monografia por ter recebido contribuições de muitas pessoas. Estar finalizando um trabalho me remete aos caminhos percorridos para sua realização.

Inicialmente gostaria de agradecer a dois amigos que foram fundamentais em todo processo, desde a inscrição no mestrado até a sua conclusão: Luciana e Anderson. Ela me motivou a fazer a inscrição no mestrado UFPE e, além disso, me ajudou com as provas, hospedagem e tudo mais que uma amiga poderia ajudar durante todo percurso e estadia no Recife. Ele, meu amigo-irmão, foi companheiro em todos os momentos desde a graduação na UFAL até hoje. A ida para um novo estado se tornou muito mais fácil porque pude dividir todas as incertezas, chateações, dificuldades, novidades e alegrias com esse amigo e assim um encontrou no outro um amigo para a vida toda, apesar das brigas e de opiniões opostas em diversos momentos, lembrados agora com alegria.

No Recife fiz muitas amizades, mais até do que imaginaria fazer. Fabio Kurek, gaudério de estância, amizade construída em pouco tempo e que ainda sinto saudades. Ildo e Vanessa também marcaram de forma positiva minha vida no Recife. Morar quase um ano com esses dois gaúchos foi uma experiência muito divertida, período em que culturas tão diferentes se encontraram e conviveram, me ensinando a tolerar cada vez mais as diferenças. Rodrigo Costa (Arapiraca), meu companheiro de casa durante a metade do ano de 2011, chegou pedindo uma ajuda no processo de seleção do mestrado e agora é solicitado cada vez mais para ajudar a este amigo aqui.

Os companheiros da turma do mestrado se mostraram amigos, solícitos e muito engraçados. Com eles as aulas foram, além de produtivas, bastante divertidas. Agradeço sinceramente ao professor Lúcio, ao tricolor Edmundo, ao Felipe, ao Zé Marcelo, à Marcela, à Jannaiara, ao Rafael, à Lívia, ao Hugo e ao grande Alexandre Noé. Tenho que fazer referência separadamente a três desses companheiros: ao Fred, pela sua oratória e presença inconfundível em todos os momentos; ao Pedro, grande tricolor, meu parceiro de alguns jogos no Arruda e em tantas outras coisas que fizemos juntos (cervejas, conversas e estudos) e ao meu querido Magno Michel, amigo de viagens, férias e tudo mais que envolvesse diversão e estudos. Sou muito grato a todos da turma de 2010. Além da turma tenho que agradecer também pelo convívio ao Júlio César, à Vanessão e ao Victor Hugo e a todos do apartamento 1802 pelos ótimos momentos proporcionados.

Recebi contribuição de vários mestres, tanto de Alagoas quanto de Pernambuco. Agradeço aos professores do PPGH-UFPE do qual tive a alegria de ser aluno. Primeiramente a minha querida orientadora a professora Maria do Socorro Ferraz Barbosa, por ter escolhido meu projeto e pelas contribuições ao longo de todo mestrado. No início ficava acanhado, pois a professora Socorro Ferraz é uma referência na universidade e não sabia como seria nossa relação, no entanto, minha orientadora se mostrou acolhedora proporcionando boas conversas e muitas contribuições na realização da dissertação. Além da minha orientadora, agradeço aos professores Carlos Miranda, Ana Maria Barros, Severino Vicente e Rosa Godoy, mas destaco três professores que gostaria de agradecer em especial. Marc Jay Hoffnagel, pelas observações acerca do meu projeto e principalmente pela forma divertida com que as fazia. Christine Dabat pela lição de ética profissional e pelos ensinamentos nas aulas de Métodos da História que modificaram minha visão sobre o fazer história; Maria do Socorro Abreu e Lima, sempre gentil, um exemplo de que a humildade é uma característica de pessoas sábias. A professora Socorro Abreu nos acolheu em sua disciplina, o que foi fundamental para elucidar várias questões na realização do mestrado. Agradeço muito a Sandra, que sempre atendia meus apelos com bom humor incrível, sendo especial nesses dois anos.

Os mestres de Alagoas a quem preciso agradecer são: Osvaldo Maciel com suas pertinentes observações e todos os conselhos durante esses últimos três anos foram fundamentais nessa caminhada. Fernando Medeiros que foi sem dúvida uma pessoa especial, pois o fato de ter sido meu orientador do TCC-UFAL nos aproximou e contribuiu em minha formação mais do que posso descrever. Golbery Lessa, por ter sido o primeiro a apostar e me incentivar para realizar o mestrado. Seus conselhos e ensinamentos modificaram minhas perspectivas acadêmicas. Professor Alberto Saldanha, sempre solícito, contribuindo muito em meus estudos desde a graduação, vale destacar que foi através dos livros lidos em sua disciplina que decidi estudar os trabalhadores alagoanos. Não posso esquecer-me de Alberto Vivar Flores, Francisco Tadeu e Clara Suassuna e Gisela e Graciela (Memorial Pontes de Miranda). Sou grato a todos. Lilian

Agradeço à FAPEAL (todos os funcionários) pela bolsa de estudos que viabilizou a minha estadia e estudos no Recife. Esta pesquisa também contou com apoio da CAPES.

Minha família é especial, sempre apoiando e dando muito carinho em todos os momentos que passei na vida. O apoio e confiança que recebi de meus pais, Tania e Eraldo, foram fundamentais na tomada de decisão pela busca da carreira acadêmica, dando este primeiro passo, a realização do mestrado. Pelo Homem que me tornei hoje, tenho que agradecer a eles pelas lições, conversas, conselhos, broncas e exemplos de como deve se

portar uma pessoa honesta. Minha mãe, professora de história, me mostra a cada dia o que é ser um trabalhador e o quanto é difícil o cotidiano da classe trabalhadora, me motivando a estudar o povo alagoano e suas lutas históricas. Meu irmão Eraldo sempre foi um braço amigo pra tudo que sempre precisei e sei que posso contar com ele para em os momentos. Além deles necessito citar minha tia Sandra e meu tio Maurício pelo amor dedicado a mim. Minhas amadas primas Cynthia, Kelly e Michelle e primo Marcel e meus "meio-irmão" Beto e Bruno por todo bem que eles me fazem.

Os amigos são a família que nós escolhemos e é nessa batida que tenho que agradecer a alguns, mesmo sabendo que estarei sendo injusto com tantos outros. Meus agradecimentos vão para Andrea, Lílian Chaves (por corrigir meu trabalho), Jussara, Rodrigo Fiu, Thiago, Dante, André, João, Enéas, Roberta, Davi Menezes, Helen, Williem, Claudiana Davi José e Kedimo por simplesmente gostarem de mim da mesma forma que gosto deles (espero). Agradeço a Jô pelo carinho e alegrias durante esses últimos anos.

"O homem, com suas nobres qualidades, ainda carrega no corpo a marca indelével de sua origem modesta."

Charles Darwin

RESUMO

A presente dissertação discorre sobre o fortalecimento da classe operária têxtil em Alagoas entre os anos (1951-1964). Sua ascensão é percebida através da participação nos acontecimentos políticos e lutas de caráter econômico – greves e campanhas salariais – durante o período estudado e pelo protagonismo dos têxteis que através da experiência, passam a conquistar vitórias e assumir o papel de vanguarda da classe trabalhadora alagoana (ao lado de petroleiros, portuários e do PCB) até o golpe de 1964. Os anos em que Muniz Falcão foi Governador de Alagoas foram fundamentais para a reorganização da classe trabalhadora e da aproximação entre operários e comunistas. Na tentativa de determinar as demandas da classe operária em Alagoas analisamos principalmente as Atas do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, entre os anos de 1953 e 1964 e o jornal comunista *A Voz do Povo* que trazia as informações e publicações referente à vida cotidiana da classe trabalhadora em Alagoas. Detemos-nos a compreender o processo e condições de trabalho do proletariado têxtil porque sua vida na fábrica é uma dimensão do cotidiano e assim podemos compreender com maior propriedade suas demandas diárias.

Palavras-chave: Operários, setor têxtil, Alagoas.

ABSTRACT

This dissertation discusses the strengthening from working classe textile in Alagoas between 1951 and 1964. The rises were perceived by the participating in political events and struggles of an economic – strikes and salary campaigns – during the period studied and the vanguard role of the working class in Alagoas (next to the oil workers, port workers and Communist Party) to the 1964 coup. The years in which Muniz Falcão was Governor of Alagoas were plowing the fundamental reorganization of the working class and the rapprochement between workers and Communists. In a attempt to determinate the demands of the working class mainly in Alagoas were analyzed the Acts of Union of Workers in Industry Spinning and Weaving of Fernão Velho, between 1953 and 1964 and the Communist newspaper "A Voz do Povo" that brought information and publications regarding daily lives of the working class in Alagoas. We hold ourselves to understand the process and working conditions of the proletariat textile factory because his life is a dimension of everyday life and so we can understand more properly their daily demands.

Keywords: Trade Unions; Textile Industry; Alagoas.

LISTA DE TABELAS

TABELA I: Nome, partido e quantidade de votos dos Deputados Federais eleitos no ano de 1950 em Alagoas..... 33
TABELA II: Exportações de algodão em toneladas: Brasil – Estados Unidos..... 61
TABELA III: Estimativas da Distribuição Geográfica das Fábricas de Tecidos de Algodão, 1866 – 1875 – 1885..... 62
TABELA IV: Capacidade produtiva e quantidade de operários nas primeiras fábricas têxteis alagoanas no ano de 1920..... 67
TABELA V: Presidentes de diretorias do Sindicato Têxtil de Fernão Velho..... 109

LISTA DE ABREVIATURAS

APA – Arquivo Público do Estado de Alagoas

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

DOPSE – Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGAL – Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

JCJ – Junta de Conciliação e Julgamento

PCB – Partido Comunista do Brasil

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PST – Partido Social Trabalhista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TST – Tribunal Superior do Trabalho

UDN – União Democrática Nacional

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNCISAL – Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

1. ATUAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE OPERÁRIA TÊXTIL (1945-1964) 23
1.1. Os primeiros anos da Redemocratização: permanência de práticas antidemocráticas 27
1.1.1. A vitória udenista e a nova organização política alagoana 30
1.2. O novo já nasce velho: governo Arnon de Mello e a violência contra a classe trabalhadora em Alagoas (1951-1956) 33
1.3. Apoio popular e a vitória de Muniz Falcão 39
1.3.1. Uma via de mão dupla: relação da classe operária com Muniz Falcão 42
1.4. A derrota dos partidos de centro e esquerda nas eleições de 1960 em Alagoas 46
1.4.1. A ascensão da classe operária em Alagoas: resistência e luta nos limites da democracia (1961-1964) 49

2. A ECONOMIA TÊXTIL EM ALAGOAS: O SURTO INDUSTRIAL TÊXTIL NO FINAL DO SÉCULO XIX E SUA CONSOLIDAÇÃO COMO IMPORTANTE ATIVIDADE ECONÔMICA NO SÉCULO XX 60
2.1. Industrialização Têxtil Brasileira 60
2.2. A Solitária Fábrica em Fernão Velho e o Surto Industrial Alagoano Nos Fins do Século XIX 64
2.2.1. A Indústria têxtil consolidada como importante atividade econômica em Alagoas 68

3. RESISTINDO: VIDA NA FÁBRICA E A VILA OPERÁRIA 77
3.1. A organização do espaço de trabalho dentro da lógica capitalista: isolamento espacial, núcleo fabril e vila operária 78
3.2. Processo e condições de trabalho 89
3. 2.1. A divisão setorial da fábrica têxtil 92
3.2.2. Como era calculado o valor da produção dos trabalhadores 96
3.3. Exploração, vigilância e resistência 98
3.3.1. Repressão para além dos muros das fábricas 102

4. SINDICALISMO, CAMPANHAS SALARIAIS E GREVES 107
4.1. Finanças e gastos de um sindicato têxtil 110
4.2. Campanhas salariais e greves 113
4.2.1. A campanha salarial de 1953 115
4.2.2. A greve a lei e a ordem: o movimento dos têxteis em 1956 118
4.2.3. Campanha salarial de 1958 126
4.2.4. Mulheres de ferro: a greve das tecelãs contra o aumento no número de teares (1962) 130
4.2.5. Campanhas salariais de 1962 a 1964 136

CONSIDERAÇÕES FINAIS 145

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 148

INTRODUÇÃO

Para a classe operária brasileira o período de (1945 – 1964) foi bastante intenso e único dentro do cenário de lutas em Alagoas. Por muitos anos foi dito que os trabalhadores e suas organizações não se defendiam das investidas dos patrões e principalmente do aliciamento do Estado, sendo facilmente manobrados pela estrutura de poder. Essa visão foi revista, analisada e criticada pela historiografia. Atualmente, podemos dizer a classe operária brasileira durante 1945 – 1964 viveu uma reconstrução, amadurecimento e fortalecimento.

No final do ano de 1958, estava terminando mais uma campanha salarial de escala nacional que resultou na aprovação do novo salário mínimo. A classe operária em alagoas havia participado do processo ativamente e os operários das Fábricas têxteis Alexandria e Carmen, em Maceió, conjuntamente com os têxteis da cidade de Rio Largo estiveram à frente do processo entre o proletariado têxtil.

O salário decretado para janeiro de 1959 em Alagoas foi de Cr$ 3.600 (três mil e seiscentos cruzeiros), bem abaixo dos Cr$ 5.000 mil cruzeiros pretendidos pela classe trabalhadora no Estado. Além do salário abaixo do esperado, algumas fábricas têxteis não reajustaram os salários de seus trabalhadores de acordo com o decretado pelo governo.[1] Na Fábrica Carmen, no bairro de Fernão Velho, os patrões não pagaram o reajuste por dois meses (janeiro e fevereiro). Na Fábrica Alexandria, no bairro do Bom Parto, os salários reajustados foram pagos em fevereiro de 1959. Então, temos operários que não receberam a diferença de Cr$ 1.400 (mil e quatrocentos cruzeiros) por cada mês de atraso no reajustamento salarial.

Os funcionários da Fábrica Carmen, através do sindicato, pressionaram e notificaram a empresa para conseguir o reajustamento e o que haviam deixado de receber.[2] Analisando o Banco de Dados dos Processos da Justiça do Trabalho de Alagoas, encontramos dois processos de proletários da Fábrica Alexandria[3] reclamando a diferença salarial no início de 1959.

Esses trabalhadores não receberam a diferença salarial do mês de janeiro (Cr$1.400,00) e esperaram o pagamento por um ano e como não receberam, deram entrada na

---

[1] Situação semelhante havia acontecido no ano de 1956 e em resposta a negativa da Fábrica Carmen, foi deflagrada uma greve, iniciada na tecelagem, paralisando as atividades da fábrica por cerca de 04 horas. Chegando ao fim com a chegada da polícia, o Delegado do Trabalho e a promessa que a situação seria revista e os operários grevistas não sofreriam punições. Porém, cinco operários foram processados e demitidos da Fábrica Carmen.

[2] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho.* Ata da reunião de 27 de fevereiro de 1959.

[3] O nome conhecido e utilizado por todos era Fábrica Alexandria, mas era registrada como Cotonifício M. Lobo S/A.

Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Maceió. Os dois processos foram os seguintes: o 02/60[4] dado entrada no dia 04 de janeiro de 1960 e o processo 13/60[5] impetrado em 28 de janeiro de 1960. Todos os reclamantes eram associados do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecidos de Maceió[6] e foi através do sindicato que os operários se organizaram para poder lutar pelo direito devido, além do mais o advogado dos reclamantes nos processos era Rubem Ângelo,[7] advogado do sindicato.

A reclamação dos proletários era a seguinte:

> PRIMEIRO - Que, instituído pelo decreto nº 45.106 - A, de 24/12/58, entraram em vigor os novos níveis de salário mínimo, ficando estabelecido para esta capital Cr$ 3.600,00 mensais, a começar de janeiro de 1959.
> SEGUNDO - No entanto, a reclamada somente passou a pagar os salários [...] a partir de fevereiro de 1959.
> TERCEIRO - Assim, vem o Sindicato citado, por seu advogado abaixo firmado, reclamar o pagamento da diferença salarial de Cr$ 1.400,00 por cada reclamante abaixo relacionado [...] sejam os reclamantes representados pelo presidente do Sindicato.[8]

Na JCJ foram marcadas as audiências, mas todas foram adiadas e a negociação não aconteceu no espaço da JCJ. Acreditamos nisso porque não encontramos nenhuma menção a audiência realizada, somente o documento do Termo de Conciliação entre as partes nos dois processos (02/60 e 13/60), datada no dia 04 de março de 1960:

> Pelo presente acordo, o Cotonifício M. Lobo S/A pagará aos reclamantes dos processos JCJ - 13 e 02/60, (reclamantes Manoel Alexandre dos Santos e outros (37) e Augusto Delmiro de Souza e outros (297) a importância de Cr$ 280.560,00 correspondente a 60% sobre o valor do pedido, em quatro prestações semanais.[9]

Na conciliação foi acordado o pagamento de 60% do valor correspondente à diferença salarial, cabendo Cr$ 840,00 (oitocentos e quarenta cruzeiros) a cada um dos reclamantes. Com o final do processo chegamos a duas situações: 1) os operários da Fábrica Alexandria, através do Sindicato Têxtil de Maceió, desafiaram os patrões e lutaram em massa na justiça por um direito que estava sendo negado, saindo vitoriosos e recebendo parte da diferença salarial. 2) Mesmo esses trabalhadores conquistando a vitória na esfera jurídica, no final das contas, a fábrica ainda saiu ganhando, porque na conciliação pagou 60% da diferença salarial e nem todos os empregados da fábrica procuraram a justiça nesse caso.

---

[4] Augusto Delmiro de Souza e outros 297 operários.
[5] Manoel Alexandre dos Santos e outros 37 operários.
[6] Passaremos a nos referir ao sindicato pelo nome: Sindicato Têxtil de Maceió.
[7] Rubem Ângelo chegou a ser advogado de 18 sindicatos em Alagoas, durante meados doa anos 1950 até 1964, quando foi preso e impedido de trabalhar na maioria dos sindicatos.
[8] Processos nº 02/60 e 13/60.
[9] Processos nº 02/60 e 13/60.

Nesse pequeno trecho podemos registrar a resistência da classe operária em Alagoas, na luta por um novo salário e melhores condições de vida, utilizando o sindicato como espaço de organização e a Justiça do Trabalho como meio de buscar seus direitos. A classe operária em Alagoas estava em pleno processo de ascensão.

A presente dissertação abordará o processo de reconstrução e robustecimento das lutas do operariado têxtil alagoano. Amadurecimento conquistado a partir da participação em lutas de caráter econômico e político. O período estudado será entre os anos 1951 – 1964, que faz parte dos anos da Redemocratização (1945 – 1964), tempo de grande atuação política da classe trabalhadora no Brasil.

A escolha desse corte temporal aconteceu por dois motivos: 1) entre os anos de (1951 – 1956) Arnon de Mello da União Democrática Nacional (UDN), governou o estado com mãos de ferro, perseguindo trabalhadores e comunistas. Em 1955, a vitória de Muniz Falcão[10] para Governador do estado contribuiu para o crescimento do movimento operário alagoano acirrando ainda mais as lutas entre patrões e operários. Podemos observar como a experiência adquirida por esses trabalhadores foi fundamental para o fortalecimento da sua categoria, atingindo o ápice da luta a partir de 1961, quando a classe operária em Alagoas entrou em atrito com o governador Luis Cavalcanti, protagonizando lutas econômicas e políticas até golpe de 1964. 2) o resultado das investigações nos levaram a um corpo documental que nos deu possibilidade de nos determos a um período relativamente extenso. Inicialmente pensávamos a dissertação até o final do governo Muniz Falcão, no entanto, os conselhos da orientadora e os documentos que estávamos trabalhando nos impulsionaram a modificar o corte temporal até o ano de 1964.

Quando estudamos as suas lutas e o processo de trabalho, estamos nos detendo a dimensões do cotidiano desses homens e mulheres, trajetórias de vida que se cruzam no labor. Para isso foi fundamental o estudo da vida na fábrica como se processava o dia a dia daqueles operários que passavam entre vinte e trinta anos nas indústrias, compreendendo assim a dinâmica da exploração de sua força de trabalho, parte integrante na construção da consciência de classe.

Quando nos referimos a consciência de classe, ao seu crescimento entre os têxteis, analisamos a partir de E. P. Thompson quando afirma:

> [...] em primeiro lugar, no crescimento da consciência de classe: a consciência de uma identidade de interesses entre todos esses grupos de trabalhadores, contra

[10] Muniz Falcão pertencia ao Partido Social Progressista (PSP). Seu governo (1956 – 1961) foi de aproximação com a classe trabalhadora e não perseguia os comunistas, acarretando em uma maior interação entre esses dois grupos, o que foi benéfico para o movimento operário alagoano.

> interesses de outras classes. E, em segundo lugar, no crescimento nas formas correspondentes de organização política e sindical.[11]

O crescimento da consciência se dá por décadas e encontramos no início dos anos 1960 seu ápice: sindicatos, sociedades beneficentes, organização política e a própria sensibilidade da classe operária. A consciência não é um processo espontâneo inerente ao sistema fabril.

Tentamos não criar uma visão esotérica da história,[12] ou seja, tentar atribuir ao movimento operário uma importância maior que ele realmente possuía. Nem confundir a história do movimento operário com a história operária, como nos diz Hobsbawm:

> A história operária tendeu, portanto, a identificar-se com a história dos movimentos operários, se não até com a história da ideologia desses movimentos. E quanto mais forte e unificado o movimento em um país ou um período, maior era a tentação desta identificação.
>
> Ela conduziu a uma deficiência para distinguir o relativamente importante do relativamente corriqueiro.[13]

Entretanto, ao mesmo tempo em que procuramos não superestimar o movimento operário, também tivemos o cuidado de não subestimar sua importância, participação no processo político, suas lutas de caráter econômico e o processo de formação de uma identidade de classe. Há o crescimento da consciência de classe dos operários têxteis e isso é compreendido através dos anos e obervamos isso nas fontes.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, mais as considerações finais. No primeiro capítulo apresentaremos o universo em que a classe operária têxtil em Alagoas estava inserida, focando a atuação política do proletariado têxtil e sua relação com os diferentes governos entre os anos 1945 – 1964. Posto isso, afirmamos que essa análise da política é de suma importância dentro da dissertação, ela não é meramente ilustrativa, mas fundamental na compreensão do objetivo da dissertação.

No segundo capítulo, abordaremos de forma breve o início da industrialização têxtil brasileira, sobretudo a alagoana, observando o processo de consolidação da indústria têxtil alagoana como uma importante atividade econômica para o estado.

No terceiro capítulo, abordaremos a vida na fábrica e o processo de trabalho. Um estudo da organização espacial das localidades em que eram instaladas as fábricas têxteis e alocados os operários, analisando teoricamente as estratégias de dominação do cotidiano e

---

[11] THOMPSON, 2002, p. 17.
[12] HOBSBAWM, 2000, p.18.
[13] Ibid., p.17.

costumes do proletariado têxtil. Focamos também o chão da fábrica: a divisão setorial dos trabalhadores na indústria, a organização das escalas de trabalho, como era realizado o cálculo da produção operária e a ação coercitiva de vigias, capangas, contramestres e mestres iniciada a partir da entrada no espaço de trabalho para retirar o máximo do trabalhador, estendendo-se por todas as esferas da vida do trabalhador.

Em nosso trabalho, não há uma separação das fontes por capítulo, todas as fontes foram utilizadas nos quatro capítulos. Mas de acordo com a especificidade do tema, há preponderância de tipos específicos de fonte. No segundo capítulo, os depoimentos dos ex-operários contribuíram de sobremaneira na construção do perfil do processo de trabalho e da vida cotidiana.

O quarto capítulo será fundamental para entender como os têxteis alagoanos passaram cada vez mais a estar na vanguarda das lutas da classe trabalhadora alagoana. O objetivo central deste capítulo é discutir o fortalecimento da classe operária têxtil em Alagoas, desenvolvendo a capacidade de luta do movimento operário nos anos 1950 e chegando aos seus momentos mais fortes nos anos 1960, no cenário de embates econômicos e políticos que antecederam o Golpe de 1964. E para isso, tomamos o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho,[14] em Maceió, como base para compreender a dinâmica sindical dos anos 1950 até 1964. A partir das atas do Sindicato Têxtil de Fernão Velho,[15] matérias do jornal *A Voz do Povo* e através da memória de ex-operários observamos o cotidiano sindical, os embates internos, as dificuldades financeiras, reivindicações de classe, greves, campanhas salariais, conflitos com os patrões e a complexa relação do sindicato com o Estado.

Quando fomos pesquisar os sindicatos têxteis, encontramos uma carência no levantamento de fontes e sobre dados estatísticos, quantidade de greves e informações que pudessem nos revelar um pouco mais da atuação do sindicalismo alagoano. Mesmo com certa carência, tivemos acesso à documentação que nos levou a hipóteses sobre os sindicatos em Alagoas, a esquerda alagoana e o sindicalismo têxtil.

Locais de pesquisa e Fontes utilizadas

[14] Para facilitar a compreensão e a escrita do texto, criamos uma sigla para o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil de Fernão Velho (STFV) e chamaremos de Sindicato Têxtil de Fernão Velho.

[15] Não há um grande número das atas correspondente ao cotidiano deste sindicato. Há, entre os anos de 1953 a 1964, em torno de 90 atas, o que dificulta a análise, porém, não as inviabiliza.

A pesquisa de História em Alagoas ainda é de certa forma embrionária. A historiografia e a pesquisa histórica avançaram muito nos últimos 20 anos, produzindo trabalhos que revisitaram e a estão reescrevendo, incluindo a classe trabalhadora como sujeito da história alagoana.

Esse desenvolvimento é latente, no entanto, não avançou na mesma velocidade a preservação e instrumentalização dos locais de pesquisa. O fato é que não há uma política arquivística eficiente no estado, a falta de condições, equipamentos e logística por parte dos locais onde seriam realizadas tornam "o fazer pesquisa", em Alagoas, uma tarefa árdua. Porém, os problemas não são especificidade alagoana, sabemos que há dificuldade, em níveis diferentes, por todo Brasil.

Mesmo apresentando aspectos desanimadores, há uma maior quantidade de pesquisas e uma melhora nas condições de realizá-las. As duas instituições que concentram uma maior quantidade de documentos, sendo os principais horizontes para pesquisadores são o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) e o Arquivo Público de Alagoas (APA).

O APA foi onde realizamos grande parte de nossas pesquisas. Houve uma melhora substancial nos últimos anos com novas administrações, aproximando relevantemente o arquivo dos pesquisadores e da Universidade Federal de Alagoas. Destacamos a grande hemeroteca e a chegada de muito material sobre a classe trabalhadora e os comunistas.

Outro local importante nas nossas pesquisas foi o "Memorial Pontes de Miranda da Justiça do Trabalho", pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho da 19° Região.[16] Local até então inexplorado pelos historiadores alagoanos. Iniciamos, juntamente ao historiador Anderson Viera Moura, as primeiras incursões em seu acervo. O memorial na verdade é um museu em homenagem ao seu patrono, o jurista alagoano Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda. Além de encontrarmos um grande acervo sobre a vida e obra de Pontes de Miranda, há um espaço que conta a história da Justiça do Trabalho em Alagoas. Nosso interesse foi especificamente processos envolvendo operários têxteis que datam o início da Justiça do Trabalho até no início do ano de 1964.

Fora de Alagoas, pesquisamos no acervo da biblioteca da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em Recife, Pernambuco. Como a sede de Recife era a central, lá se encontra um acervo com livros organizados pelos governos estaduais, obras encomendadas pela própria SUDENE e documentos estatais de todos os estados do nordeste.

---

[16] Em 1941, quando criada a Justiça do Trabalho no Brasil, foi fundada no dia 01 de maio de 1941 a primeira Junta de Conciliação e Julgamento, as JCJ, subordinadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 6° Região, em Pernambuco. O TRT de Alagoas foi instalado só em 28 de junho de 1992. (Cf. ALAGOAS, 1996).

A utilização das fontes primárias foi imprescindível para a construção da nossa pesquisa que estão divididas em cinco categorias: atas de sindicato, jornais, documentos governamentais, depoimentos orais e processos trabalhistas.

Ao analisar os depoimentos de homens e mulheres comuns, estamos adentrando em "histórias dentro da história", segundo Verena Alberti.[17] E isso cria a possibilidade de uma melhor interpretação do passado.

Quando somos instigados a olhar para o passado, criamos interpretações do que aconteceu e essas interpretações vão ser geradas a partir do confronto entre as fontes que usamos para estudá-lo. Temos a nítida noção de que memória não é história, mas ela nos dá condições, junto com outras fontes, de uma melhor interpretação do passado. Antigamente a subjetividade da memória fazia com que sua viabilidade científica fosse questionada, no entanto, atualmente as distorções da memória são vistas como possibilidade de melhor enxergar valores coletivos.[18]

Posto isso, a história oral se torna essencial no estudo de sujeitos a quem não foi dado voz e a temas costumeiramente deixados de lado pela imprensa e documentos oficiais. Essa característica da história oral é fundamental na pesquisa histórica, ainda mais quando o objeto de estudo passa por um grupo marginalizado, Michael Pollak nos diz:

> Ao privilegiar a analise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional.[19]

Como Pollak afirmou, a história oral ressaltou memórias subterrâneas de personagens, insistentemente "apagados" pela história oficial. Em nossos estudos, foi fundamental a utilização da história oral para compreender como a memória está numa contínua disputa, na qual fatos lembrados e esquecidos são reflexos de uma construção. Podemos tomar como exemplo o fato que entre os testemunhos realizados com ex-operários e ex-operárias uma greve realizada em 1956 não é citada, mas quando analisamos a situação vemos que o desfecho negativo e a demissão de companheiros em longos processos judiciais significaram a derrota dos trabalhadores ocasionando um "esquecimento" por parte dos operários. Já a vitoriosa greve de 1962, iniciada pelas tecelãs é tida como a referência dos têxteis de Fernão Velho, quando perguntados sobre disputas com os patrões e greves.

---

[17] ALBERTI, 2008, p. 155.
[18] Ibid., p. 166.
[19] POLLAK, 1989, p.4.

Visto isso, fazem-se necessárias algumas considerações sobre a memória. Segundo Verena Alberti:

> Ao mesmo tempo a História oral pode mostrar como a constituição da memória é objeto de contínua negociação. A memória é essencial a um grupo porque esta atrelada à construção de sua identidade. Ela [a memória] é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade.[20]

A riqueza da história oral esta intimamente ligada ao fato de levar ao conhecimento as experiências e modo de vida de diferentes grupos sociais, dependendo do seu alcance permite até alterar a hierarquia de significações históricas.[21]

A maioria dos depoimentos que nos serviram de fonte é do projeto de pesquisa "Trama da Memória, Tessitura do Tempo", realizado Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL).[22] Foram realizadas 10 entrevistas com ex-operários, criado um banco iconográfico com fotos de Fernão Velho, e das atas do Sindicato Têxtil de Fernão Velho. As entrevistas, realizadas em vídeo, assim como o acervo iconográfico estão disponíveis para consulta no APA.

Arquivos da Justiça do Trabalho

Os arquivos da Justiça do Trabalho em Alagoas merecem estudo específico para uma compreensão da utilização desse recurso pela classe trabalhadora. Ao não nos concentrarmos em um tipo específico de fonte documental, não conseguimos dar o tratamento necessário para os arquivos da justiça do trabalho. Nós utilizamos os processos como fonte de análise de casos em que os trabalhadores se envolveram. Nesta dissertação não há uma análise da justiça e sim de alguns processos isoladamente.

Teceremos algumas considerações sobre a esta documentação alocada no Memorial Pontes de Mirada. A quantidade de processos entre 1945 – 1964 é muito pequena e quando levamos isso aos processos de operários têxteis, os números caem bruscamente. A maioria dos processos se perdeu devido ao descaso e por uma negligência consciente. Esse quadro se espalha por todo território nacional, segundo Negro:

---

[20] ALBERTI, Op. cit., p. 167.
[21] Ibid., p. 166.
[22] Projeto coordenado por Analice Dantas Santos e Golbery Lessa. *Trama da memória, tecitura do tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*, 2008. Realizado pela iniciativa da Universidade Estadual de Ciência da Saúde de Alagoas (UNCISAL) e apoiado financeiramente pelo Ministério da Cultura. Integrei o projeto como bolsista.

> Um inestimável registro histórico está sendo incinerado com a permissão da lei. Queixas, processos, acordos, testemunhos e relatórios – afora diversos documentos anexados para fins de comprovação – estão sendo queimados em todos os cantos do país.[23]

Em Alagoas, essa triste realidade não está mais agravada, pois, as administradoras do Memorial literalmente salvaram a documentação que ainda poderia ser salva e criaram um espaço no museu para os processos. O que há além desses processos é um banco de dados onde constam informações como: número do processo, nome do reclamante, nome do reclamado, ano do processo, objeto, profissão do reclamante, atividade, solução, a data (caso houvesse conciliação), o sexo e se era maior de idade. Com esses dados e um estudo específico há a possibilidade de fazer uma história serial da Justiça do Trabalho alagoana.

O que podemos apresentar sobre a Justiça do Trabalho é que ela criou um paradoxo porque os trabalhadores a partir de 1941possuíam uma nova arma na luta por direitos e eles a utilizavam de maneira ostensiva, conquistando vitórias que, em tempos anteriores à sua criação, seria bem mais difícil. Porém, na maioria das vezes, a justiça busca a conciliação, mas essa conciliação significava sempre uma perda para o trabalhador e também pelo caráter da Justiça do Trabalho que era de buscar a ordem e desqualificar os outros meios legítimos de luta dos trabalhadores. Segundo Negro:

> Criada em 1941, a Justiça do Trabalho foi uma iniciativa em alguma medida dotada de autenticidade e franqueza. Ao varguismo interessava que funcionasse, mesmo que apenas parcialmente, para que greves e conflitos pudessem ser vistos como desnecessários. Em segundo lugar, ao varguismo interessava, para valer, a Justiça do Trabalho como fator de ordem e progresso, isto é, como fator de contenção de tensões e conflitos.[24]

A classe trabalhadora alagoana se valeu muito da Justiça do Trabalho e, analisando superficialmente, podemos ver que os têxteis deram entrada em diversos processos e tinham a CLT como uma arma na luta pela manutenção dos seus direitos revelando que fora do movimento operário se podia lutar. A documentação da Justiça do Trabalho nos revela:

> Assim como não reinavam o desarraigo e a imoralidade nas senzalas, não reinam entre os trabalhadores do século XX a apatia, a passividade, o conformismo e a ignorância. Precisamente, como evidência disso, o que as fontes da Justiça do Trabalho podem nos revelar são demonstrações claras da existência de identidades operárias horizontais, estruturando os mundos do trabalho com a presença ativa das classes subalternas, que quase nunca são um bloco coeso e homogêneo disposto para o protesto social.[25]

---

[23] NEGRO, 2006, p.194.
[24] Ibid., pp. 195 e 196.
[25] Ibid., p. 196.

A imprensa operária e oficial

O estudo da imprensa era marginalizado dentre os historiadores, considerada inadequada para recuperar o passado, "uma vez que essas 'enciclopédias do cotidiano' continham registros fragmentários do presente, realizados sobre influxo de interesses, compromissos e paixões." Eles forneciam somente imagens distorcidas do passado.[26]

Mas hoje não somente se faz uso da imprensa como ela é objeto de pesquisa histórica. Hoje ela é importante fonte histórica, assim como qualquer documento, "desde que seja analisado com toda atenção" pelo seu caráter fragmentário, dependência econômica e a "mistura do imparcial e do tendencioso", mas isso, não torna o jornal uma fonte subalterna.

Já no caso da imprensa operária, segundo Maria Nazareth Ferreira: "esse problema fica descaracterizado pelo fato de que ela sempre foi [...] totalmente desvinculada da ordem instituída, sendo mesmo de oposição ao sistema e tendo que agir muitas vezes clandestinamente."[27] Claro que devemos considerar deslizes do tendencioso, pois os jornais operários tinham um público alvo.

Em nosso trabalho utilizamos dois tipos de imprensa: a imprensa oficial do Estado e a imprensa política (operária). Esses dois tipos de jornais eram contrastantes porque enquanto um seguia toda uma burocracia na sua organização e suas páginas eram destinadas as altas classes sociais, o outro jornal foi criado para a classe trabalhadora.

O Diário Oficial do Estado de Alagoas nos ajudou a fazer uma análise da economia têxtil e aspectos políticos de Alagoas. É um exemplo de como a imprensa oficial mesmo não informando diretamente sobre os trabalhadores e não abrindo espaço ao operariado, pode ser muito útil, no tocante aos balanços anuais das indústrias têxteis que eram publicados para prestação de contas aos seus acionistas. Fornecendo-nos informações relevantes para apresentar um contexto econômico, valores de produção de cada indústria, expectativas das diretorias, informações sobre as vilas operárias e os maquinismos.

Antes de tudo, informamos que o jornal *A Voz do Povo* representa bem mais a imprensa política de esquerda que uma "imprensa operária" em si. Isso é para deixar claro, pois *A Voz do Povo* foi o periódico oficial do PCB alagoano, o periódico passou por três fases, segundo Osvaldo Maciel:

> [...] a primeira sob a direção de André Papini de Góis (1946/8); a segunda sob a tutela de Osvaldo Nogueira (1951/3); e a terceira, possuindo como principal articulador Jaime Miranda (1953/64). Nesta fase, Nilson Miranda assume a direção

[26] DE LUCA, 2008, p. 112.
[27] FERREIRA, 1978, p. 87.

> do jornal em breve momento, na intervenção realizada durante o governo Muniz Falcão.[28]

O jornal vinha ao público em quatro páginas e tinha diversas periodicidades. Essa irregularidade de sua presença nas bancas foi determinada pela recorrência de difíceis conjunturas políticas e pelas dificuldades financeiras do PCB local. O jornal enfrentava várias dificuldades para chegar às ruas. Os comunistas se arriscavam entre a polícia e capangas das fábricas alagoanas. "[...] eram montadas estratégias de vendas avulsas e distribuição aos assinantes. Os comandos de venda do jornal eram realizados aos domingos nos bairros de Maceió".[29] O jornal existiu até o ano de 1964, quando foi empastelado, saqueado e destruído no início do Golpe Militar.

Os temas tratados no jornal do PCB eram os mais variados: política internacional, nacional e local; a classe trabalhadora alagoana tinha espaço privilegiado com diversas matérias sobre a realidade operária e denúncias de trabalhadores contra seus patrões, principalmente abordado o universo têxtil por concentrarem um grande número de proletários e estudantes do ensino básico e superior. Também havia notas sobre cinema, literatura, principalmente internacional. Destacamos entre as colunas, a sobre direito do trabalhador, escrita pelo advogado Rubem Ângelo, explicando a cada edição pontos da CLT e como o trabalhador deveria proceder para manter seus direitos.

Atas de sindicatos têxteis

Estudar o movimento operário significa estudar uma dimensão da classe operária, pois a classe não se resume ao movimento operário e o sindicato. No entanto, não podemos deixar de analisar essa esfera da classe operária, visto isso, o movimento operário é o objetivo principal do nosso trabalho.

Ao adentrar no universo sindical têxtil através da documentação do Sindicato Têxtil de Fernão Velho, conseguimos observar para além das questões que envolvem o sindicato. Encontramos relatos da situação de pobreza e falta de recursos de toda uma categoria e problemas que envolvia a comunidade local. Demos ênfase nas lutas desses trabalhadores, mas como a maioria das lutas tinha caráter econômico, havia participação de grande parte dos operários, mesmo aqueles que normalmente não participavam da vida sindical, mas como classe se envolvia por questões coletivas e individuais.

---

[28] MACIEL, 2007(a), p. 130.
[29] Ibid., p.132.

Não há uma preservação da história sindical têxtil, visto que a entidade teria uma maior possibilidade de fazer um arquivo de sua história. As fontes representam um período relativamente pequeno da história do Sindicato Têxtil de Fernão Velho. Temos cerca de 90 atas que cobrem, de forma espaçada, os anos de 1953 a 1964. A falta de uma continuidade nas atas dificulta a análise do próprio movimento operário, mas ao mesmo tempo revela a riqueza desse sindicato porque, a partir da documentação encontrada, há diversas possibilidades: identificar características de diretorias sindicais, analisar a ação anticomunista de grupos dentro do sindicato, observar a participação de comunistas na atividade sindical têxtil, ver a relação entre sindicatos de categorias diferentes nas lutas cotidianas, analisar a ação fiscalizadora da Delegacia do Trabalho e como a classe operária têxtil em Alagoas ficou a partir de cada luta, ganhando experiência e se fortalecendo.

1. ATUAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE OPERÁRIA TÊXTIL (1945-1961)

Com o fim do Estado Novo e a ditadura de Vargas (1945), houve o início de um novo período democrático no Brasil. A abertura política e a volta dos partidos políticos inaugurou um novo momento na história brasileira que durou até o ano de 1964.

No entanto, devemos deixar claro que tipo de democracia estava surgindo. Havia limites claros nessa nova experiência, as "possibilidades de organização popular, que davam já os seus acordes, e num tom que não agradava aos ouvidos de uma elite política acostumada a impor seus projetos de forma autoritária, eram vistas como uma real ameaça".[30] O governo sabia que o país passava por um novo momento e teria que modificar medidas coercitivas do Estado Novo. Após anos de autoritarismo e predominância do Executivo, o populismo favoreceu a reentrada de atores como o político profissional, juntamente com a participação de industriais e banqueiros em atividades político-partidárias, no então, reativando o Congresso.[31] A democracia instaurada durante o período – 1945-1964 – não permitiu, verdadeiramente, "liberdades democráticas". A vigilância e perseguição aos trabalhadores foi uma constante nesses anos.

Entre os diversos partidos podemos citar o Partido Social Democrático (PSD), liderado por Getúlio Vargas congregando a elite remanescente dos interventores do Estado Novo; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) idealizado por Vargas para ser seu elo com os trabalhadores e a esquerda; a maior expressão da direita no Brasil foi a União Democrática Nacional (UDN) que unificou boa parte dos opositores a Vargas em um único partido; temos o Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido Social Progressista (PSP) como grupos menores, mas importantes no cenário nacional e o Partido Comunista do Brasil[32] (PCB), partido nacional, primeiro com esse caráter no país, com seções regionais que cobriam grande parte do território brasileiro e com grande influência na luta de classes no país.[33]

---

[30] COELHO, 2003, p.204.

[31] DREIFUSS, 1981, p.27.

[32] O Partido Comunista do Brasil foi fundado em março de 1922. Após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, vários militantes não concordaram com o apoio do partido ao Relatório Kruschov (1958). O grupo insatisfeito permaneceu até 1962. O PCB modificou seu nome para Partido Comunista Brasileiro, indicando o caráter nacional do PCB contra uma postura de seção do PC soviético. Em 1962, houve a saída de vários integrantes e criaram uma nova legenda, se apropriaram do nome anterior do PCB (Partido Comunista do Brasil) e criaram a nova legenda PCdoB (Partido Comunista do Brasil).

[33] O partido passou por poucos momentos de legalidade entre as décadas de 1930 e 1964. O período da redemocratização foi importante para o PCB, pois conseguiu voltar à legalidade e eleger vários candidatos no Brasil, porém essa legalidade durou pouco tempo sendo posto novamente na ilegalidade no ano de 1947 com o surgimento da Guerra Fria.

Alagoas, conhecida pelo poder e desmandos de suas oligarquias, caminhou no mesmo sentido da trajetória política nacional com pequenas peculiaridades, assim como outros estados brasileiros. As principais forças políticas no período da redemocratização foram a UDN, PSD, PSP, PTB, PCB,[34] PST e PDC.

Representada pelos bacharéis, parte das oligarquias rurais, industriais e amplos setores da classe média de Maceió e de outras cidades do interior, a UDN foi uma das principais forças políticas dentro do estado. Um partido com muitas ambiguidades.

> No caso da UDN, a ambiguidade parece mais evidente. Dos idealistas democráticos de 1945 aos adeptos do ato institucional nº 5, do purismo de lenço branco ao populismo da vassoura, a trajetória da UDN é marcada por contradições várias, num desafio à busca de unidade e identidade.[35]

Os udenistas produziram teses liberais e progressistas, ficaram contra a cassação dos mandatos políticos do PCB, mas também possuíam atitudes reacionárias e golpistas em nível nacional e localmente. Teve como líderes Arnon de Mello, Rui Palmeira e Teotônio Vilela. Em Alagoas, conquistou muitas vitórias no poder legislativo, elegendo em 1950 Arnon de Mello para governador e, contrariando o que se fala sobre a UDN ser um partido ligado aos grupos urbanos das grandes cidades, elegendo diversos prefeitos nas cidades do interior alagoano.[36]

O Partido Social Democrático (PSD) congregava a oligarquia rural alagoana e possuía forte ligação com os trabalhadores rurais, dirigido pelo coronel e ex-interventor do Estado Novo Ismar de Góis Monteiro.[37] Entrou muito fortalecido no novo período democrático. Eurico Gaspar Dutra (PSD) foi o primeiro presidente na redemocratização brasileira e em Alagoas, com amplo apoio do PSD, Silvestre Péricles de Góis Monteiro (PST) foi eleito governador nas eleições de 1946. Sempre buscando acordos com outros partidos como o PTB, PST e PSP o PSD, partido de direita, aglutinou posições ambíguas. O partido era poderoso em

---

[34] Mesmo na ilegalidade a partir de 1947, o PCB e seus militantes participaram ativamente das lutas políticas e sociais.

[35] BENEVIDES, 1981. p. 12.

[36] Não queremos dizer com isso que o fato de ter elegido diversos prefeitos no interior é uma peculiaridade alagoana, mas pretendemos mostrar que a UDN era muito forte no interior do estado, devido a suas ligações com comerciantes e com as elites agrárias.

[37] Desde o início do Estado Novo, os Góis Monteiro, que gozavam de uma tradição militar, ganharam muita importância na política alagoana. Teve dois interventores no período do Estado Novo, Ismar de Goís Monteiro (1941-1945) e seu irmão Edgar, que por duas vezes foi interventor (1935 e 1945), nas duas ocasiões ficou no cargo em torno de dois meses. E com o primeiro governador eleito no período da redemocratização: Silvestre Péricles de Góis Monteiro (1947-1951). Após as eleições de 1950 a família começou a perder o poder que preservara durante mais de dez anos. TENÓRIO, Op. cit., p.157. Silvestre Péricles mesmo sendo da família, não recebia o apoio dos seus irmãos que diversas vezes entraram em conflitos, devido suas posições, o que abalou a estrutura do clã dos Góis Monteiro.

Alagoas, conquistando vitórias em muitas cidades do estado ou apoiando candidatos de partidos com menor expressão.

A presença de Sebastião Marinho Muniz Falcão[38] foi fundamental na constituição do PSP e nas conquistas eleitorais. Muniz Falcão é um importante personagem político da história de Alagoas, querido pelo povo, apoiado pela esquerda e ferrenhamente combatido pela direita, governando o estado entre os anos de 1956 a 1961. Ademar de Barros foi a expressão do partido no sudeste que em Alagoas conseguiu vitórias importantes.

O PTB teve relevância política na capital, Maceió. A primeira eleição no período democrático na capital ocorreu no ano de 1952, com a vitória de José Lucena de Albuquerque Maranhão na aliança PTB-PSP.[39] Na eleição seguinte (07/10/55), a aliança PTB-PSP elegeu Abelardo Pontes Lima,[40] partindo com importância nas lutas políticas do estado, mas ainda levantando muitos questionamentos sobre seu papel na política do período. Discordamos que o PTB em Alagoas era sem expressão e sempre levado a reboque por outros partidos como o PSD, no entanto, com isso não estamos negando que o PTB em Alagoas tenha feito alianças a cada processo eleitoral para conseguir eleger seus candidatos. Negar uma participação ativa do PTB é diminuir a participação política dos trabalhadores, pois nas eleições de 1947 o PSD fez 27.090 votos, a UDN 15.618 votos, o PTB 7.736 votos e o PCB 5.496 votos.[41] Lembrando que os votos no PCB e PTB eram os votos de centro e esquerda e somando os dois partidos teríamos 13.232 votos chegando próximo aos votos da UDN. Um partido que consegue eleger por duas vezes (1952 e 1955) o prefeito da capital do estado não pode ser considerado sem expressão.

Destacamos como um dos principais partidos desse período democrático o PCB, composto de alfaiates, artesãos, estivadores, portanto, era, essencialmente, de operários[42]. Havia também, intelectuais como Jayme Miranda, Sebastião da Hora e Dirceu Lindoso. E mesmo diante de grande repressão, sempre participou da vida política estadual. A ação comunista no pós-guerra foi intensa com a fundação de jornais e a luta pela influência no

---

[38] Sebastião Marinho Muniz Falcão nasceu em 6 de janeiro de 1915. Em 1941, após poucos meses como delegado do trabalho em Sergipe, esteve em Alagoas para presidir um inquérito sobra agressão sofrida pelo delegado do trabalho por um empresário. Em 1942 assumiu a Delegacia do Trabalho em Alagoas, no entanto é exonerado em 1945, por gerar insatisfação em seus opositores e foi transferido para Bahia, mas com a vitória de Silvestre Péricles de Góis Monteiro foi trazido novamente para ser delegado do trabalho em Alagoas. Foi muito criticado pelos empresários que o acusavam de jogar os trabalhadores contra os patrões, ao mesmo tempo conquistando o apreço da classe trabalhadora alagoana. Assim conseguiu grandes vitórias políticas e se tornou uma figura lendária na política alagoana. TENÓRIO, Op. cit., pp.255-256.

[39] José Lucena de Albuquerque Maranhão foi coronel da Polícia Militar de Alagoas e exerceu o mandato de prefeito entre 1953-1955. MAJELLA, 2010. p. 51.

[40] SÁ JUNIOR, 2008, p. 221.

[41] TENÓRIO, 1995, p. 161.

[42] MAJELLA, Op. Cit., p. 28.

meio sindical se tornou aguda. Ao mesmo tempo em que o governo Dutra intensificou o combate aos comunistas, a Guerra Fria dividiu o mundo, criando o pretexto ideal para a luta anticomunista, o fechamento do PCB e cassação dos comunistas eleitos.[43] Nas eleições de 1947, o PCB consegue eleger para a câmara estadual os deputados André Papine de Góis, José Maria Cavalcanti e Moacir Rodrigues de Andrade, que sofreram grande perseguição e tiveram os mandatos cassados em 1947. Agindo na ilegalidade, o partido contava com uma série de táticas e era dotado de um nível organizacional que o levou a muitos municípios alagoanos e a participar da fundação de sindicatos urbanos e rurais,[44] utilizando outras legendas para tentar eleger seus integrantes. Uma das características importantes da conjuntura é a relação entre o PCB e o movimento organizativo dos trabalhadores.[45] Em Alagoas é notória essa relação, e especificamente com os operários têxteis encontramos, na documentação já citada, elementos que comprovam a participação na vida sindical alagoana.

O Partido Social Trabalhista (PST) em Alagoas foi liderado pelas figuras do Gen. Pedro Aurélio de Góis Monteiro e Silvestre Péricles de Góis Monteiro, que governaram Alagoas com mãos de ferro, perseguiram todos seus opositores que iam de udenistas a comunistas. O PST viveu sobre a proteção e apoio do PSD e, a partir desse apoio, teve presença marcante no período democrático. Vemos o PST como um partido de direita com inclinações para renovações, liderado por um político que tinha posições antidemocráticas como Silvestre Péricles, que utilizou o poder público para manter a soberania política de sua família.

O Partido Democrata Cristão (PDC) compôs a direita católica alagoana, que ganhou força no final dos anos 1950 e nas eleições de 1960 elegeu Sandoval Ferreira Caju como prefeito de Maceió. O PDC conquistou algumas vitórias no interior do estado e, assim como outros partidos, fazia suas alianças a partir de seus interesses na luta contra os comunistas e as ideias de esquerda.

---

[43] CARONE, 1980, p. 11.

[44] Ibid. Importante contribuição no estudo do PCB e da esquerda no Nordeste, a obra de Geraldo de Majella, além da incrível trajetória do líder sindical e comunista Rubens Colaço, nos conta como se deu a formação de sindicatos rurais e a atuação do PCB no meio rural alagoano.

[45] SANTANA, 2001. p 39.

1.1. Os primeiros anos da Redemocratização: permanência de práticas antidemocráticas

A transição política do Estado Novo para a redemocratização foi marcada pela permanência de diversos grupos que estavam exercendo os cargos políticos, e isso é compreensível porque não houve nenhuma revolta armada e sim uma transição, "com muitos acordos", que proporcionou a chegada de novos atores e a continuidade de outros no poder.

Governador eleito em 1947, Silvestre Péricles Góis Monteiro marcou a política do estado como, sua truculência e o anticomunismo que levou a uma verdadeira perseguição a qualquer opositor do seu governo e à prisão dos deputados do Partido Comunista do Brasil (PCB). Ele foi o primeiro governante do novo momento democrático em Alagoas, representou a continuidade do autoritarismo do Estado Novo visto na forma de lidar com a oposição, sobretudo com os comunistas. Perseguição que vai a todo o momento tentar interferir na aproximação entre PCB e trabalhadores na busca por seus direitos.

Silvestre Péricles de Góis Monteiro governou o Estado de Alagoas de 1947 a 1951. Esse governo representou o último de sua família, fechando um ciclo de cerca de vinte anos na política alagoana.[46] O governador foi uma figura marcante no Estado conhecido por "[...] sua instabilidade emocional, seu espalhafato e gestos desabridos [...]".[47]

O PCB em Alagoas uniu-se à UDN apoiando a candidatura de Rui Palmeira[48] para o cargo de governador.[49] Luiz Carlos Prestes, que compareceu ao estado num comício no dia 07 de janeiro de 1947, afirmou que "[...] o PCB apoiaria a candidatura de Rui Palmeira, para combater a oligarquia dos Góis Monteiro".[50] O PCB seção Alagoas assumiu uma posição de aliança somente para a cadeira de governador, contrária à do partido que nacionalmente apoiava Eurico Gaspar Dutra (PSD) e Getúlio Vargas (PTB). No entanto, o fato do próprio Prestes apoiar abertamente essa decisão dos comunistas alagoanos em fazer aliança com a UDN contra a oligarquia dos Góis Monteiro não criou nenhuma questão entre direção

---

[46] Seus irmãos foram interventores em Alagoas no período do Estado Novo e mesmo perdendo poder com a abertura democrática conquistaram vitórias políticas no período democrático, conforme já indicado.

[47] TENÓRIO, Op., cit., p. 106. É descrito como um homem espalhafatoso e truculento, que comprou muitas brigas com seus opositores.

[48] Nasceu em São Miguel dos Campos/AL em 1910 e faleceu no Rio de Janeiro em 1968. Foi eleito Deputado Federal em 1950 e Senador em 1954 e 1962. Foi derrotado em nova disputa por Muniz Falcão para governador do estado em 1965. Porém, a candidatura de Muniz Falcão não foi homologada pelo governo militar.

[49] Naquele momento o principal inimigo do PCB em Alagoas era a oligarquia dos Góis Monteiro que a cerca de 20 anos reprimia o movimento organizado dos trabalhadores e o PCB. Há uma divisão, pois o PTB ia apoiar Silvestre Péricles de Góis Monteiro (PST) seguindo a orientação nacional.

[50] LIMA, Op., cit. p.18.

nacional e estadual, até porque o PCB em Alagoas manteve Eurico Gaspar Dutra como candidato a presidente.

A violência e o clima de insegurança da classe trabalhadora foi uma constante durante o governo Silvestre Péricles. Segundo Mario de Carvalho Lima:

> Infelizmente, foi bem efêmero o período de harmonia e sossego no nosso campo político. Silvestre não escondia seu firme propósito de luta sem quartel aos comunistas, e em constantes declarações a respeito do assunto. Juntou também aos comunistas, os deputados da UDN, que lhe faziam oposição. Anunciou mesmo estar organizando um exército alagoano anticomunista para o que der e vier.[51]

Suas ameaças são postas em prática rapidamente; um dos momentos em que ficou registrado acerca desse autoritarismo foi quando o PCB foi posto na ilegalidade novamente.

No dia 6 de agosto de 1947, o Tribunal Eleitoral, no Rio de Janeiro, cancelou o registro do PCB[52], o governador "[...] ordenou o imediato fechamento das células comunistas em funcionamento ostensivo",[53] além de fechar o jornal *A Voz do Povo*, apreendendo seus arquivos.[54] No dia seguinte, há a cassação dos mandatos dos deputados e senador comunistas[55] e em território alagoano tropas da polícia cercaram a Associação Comercial, onde funcionava a Assembleia Constituinte, fortemente armados para inibir qualquer ação oposicionista. A cassação do PCB foi utilizada como pretexto para o uso exacerbado da violência como forma de repressão à classe trabalhadora e aos comunistas, tomando proporção nacional, levando Luis Carlos Prestes, em discursos, a denunciar a truculência do processo em Alagoas.[56]

A UDN estava dividida sobre que posição tomar no caso do PCB. A maior parte do partido era favorável à cassação, no entanto havia deputados que queriam o PCB na legalidade até como uma forma de controle de suas ações.[57] Os udenistas alagoanos da

---

[51] Idem, p.45.

[52] Usando uma brecha na Constituição de 1946, que previa que os partidos considerados antidemocráticos pudessem ser impedidos de participar abertamente da política, o então presidente Dutra, por meio judicial e com amplo apoio dos militares, põe o partido na clandestinidade. SKIDMORE, 2003, p.93. *Apud* MELO, 2009, p. 15.

[53] LIMA, Op., cit. p. 45.

[54] Foram realizadas prisões de operários e militantes do PCB. Mesmo com o cancelamento do registro, os deputados comunistas continuaram em pleno exercício de seus mandatos.

[55] "A Mesa da Câmara dos Deputados, em face do disposto do art. 2 da Lei nº 211, de 7 do corrente, e tendo em vista o ofício nº P.R.-0-38, de ontem, em que o Tribunal Superior Eleitoral, nos termos do parágrafo único do citado artigo de lei lhe comunica haver sido cassado pela Resolução desse Tribunal, de 7 de maio de 1947, o registro do Partido Comunista do Brasil". CARONE, Op., cit., p. 19.

[56] LIMA, Op., cit. p. 45.

[57] Benevides (pp 63-69) vai através da documentação da UDN e de entrevistas a partidários, analisar os principais discursos contra e a favor da cassação do PCB, chegando à conclusão que vários udenistas tentaram pleitear a permanência dos comunistas seguindo as ideias de liberalismo clássico, porém seguindo o espírito enraizado do anticomunismo e autoritarismo reacionário a UDN, em sua maioria, é a favor de por o PCB na ilegalidade novamente. BENAVIDES, Op., cit.

Câmara estadual inicialmente foram contra a cassação solidarizando-se com os comunistas, porém sem muitas possibilidades não travaram nenhuma luta nesse sentido até pelo seu pensamento autoritário e ojeriza aos comunistas.

No dia 25 de outubro de 1947, o episódio representativo do sentimento de ojeriza pelos comunistas e da total falta de apego às liberdades democráticas foi a prisão dos deputados comunistas André Papini de Góis, Moacir Andrade e José Maria Cavalcante na cidade alagoana de São Luiz do Quitunde.

A prisão foi notícia em jornais de Alagoas e do Brasil, tendo várias versões do acontecido, denunciando o governo de armar uma prisão ilegal ou acusando de criminosos os deputados de esquerda. O governador enviou um telegrama comunicando ao Ministério da Justiça que os deputados e "outros criminosos" (operários) foram presos "em flagrante delito" porque "à mão armada promoviam a fuga de presos à cadeia pública do município de São Luiz do Quitunde".[58]

A história divulgada pelo governo do estado não pareceu aos olhos do povo e da imprensa ser verídica. Motivos não faltavam para acreditar em uma prisão arbitrária dos comunistas. No dia 28 de outubro, o *Jornal de Alagoas* publicou o seguinte texto:

> Conforme soubemos, pessoas chegadas ontem a Maceió procedentes de São Luiz do Quitunde, cidade onde foram presos os deputados comunistas, deram ao fato a seguinte versão. Os deputados comunistas foram a São Luiz do Quitunde a fim de requererem *habeas corpus* em favor do operário Manoel Santana, que, segundo se sabia estava recolhido à cadeia daquele município.[59]

As informações chegadas de São Luiz do Quitunde estavam contradizendo o que foi transmitido através do governo. Nos depoimentos, foi dito que os deputados estavam esperando a ordem para serem levados ao operário, que estaria preso sob circunstâncias duvidosas.[60] Enquanto esperavam a ordem judicial e temendo uma nova remoção dos presos, os três deputados ficaram na frente da delegacia fiscalizando e no período que esperavam foi destacada uma guarnição da polícia de Maceió até São Luiz do Quitunde, que efetuou a prisão.[61]

---

[58] LIMA, Op., cit., p. 69.
[59] IDEM, p.70.
[60] Além do operário Manuel Santana, outros operários foram presos em Maceió e removidos para a cidade de São Luiz do Quitunde e lá ficaram por três dias escondidos, até a chegada dos deputados comunistas.
[61] LIMA, op. cit., p. 72. Declaração do Deputado Mário Gomes de Barros, que acompanhado do deputado Rui Palmeira (UDN), foram à cidade de São Luiz do Quitunde para averiguar as versões contraditórias. Os mesmos voltaram afirmando a ilegalidade da prisão, a farsa armada contra os comunistas, pois nenhum tiro foi ouvido por habitante algum. Os deputados da UDN defenderam a soltura dos comunistas.

Foi instaurado processo contra André Papini Góis, Moacir de Andrade e José Maria Cavalcante.[62] No dia 08 de novembro, foi concedido o *habeas corpus* aos deputados. Sobre essa decisão o desembargador Carlos de Gusmão afirmou:

> Os três deputados estavam ilegalmente presos, sofrendo coação na sua liberdade de locomoção, em consequência que não bastava ser feita em flagrante (se flagrante houve) e em crime inafiançável, para manter os representantes do povo afastados de suas funções porque precisava em seguida ser consentida pela Assembleia Legislativa, e não o foi, em face do preceito constitucional. A ilegalidade da prisão pela falta desse consentimento ficou claramente demonstrada.[63]

Os magistrados que votaram na soltura dos deputados do PCB sofreram muitas ameaças, foram perseguidos pelo governador chegando a ter carros suspeitos rondando suas casas e crivando-as de balas como intimidação, criando uma verdadeira "guerra" entre o executivo e o judiciário.[64] Ficou comprovada a farsa contra os comunistas que não sofreram nenhuma penalidade e o processo foi encerrado. Esse foi um dos fatos que aumentou a guerra de nervos que posicionou o governador do estado contra os direitos democráticos e a classe trabalhadora, a qual respondeu aos atos tirânicos nas eleições de 1950.

1.1.1. A vitória udenista e a nova organização política alagoana

Houve um intenso combate entre as forças governistas e a oposição, que determinou a organização das forças políticas para as eleições de 1950 e a vitória da UDN.

Mario de Carvalho Lima, em seu *Sururu Apimentado,* destaca diversos fatos que antecederam as eleições de 1950. Momentos nos quais a tirania e o desrespeito pelas liberdades democráticas aconteciam ao conhecimento de toda população alagoana. Iremos fazer uma rápida exposição de alguns desses fatos e analisar indícios que justificam a vitória eleitoral da UDN.

Em 1949 aconteceu um escandaloso atentado à liberdade de expressão, que foi o empastelamento do jornal da oposição *Diário do Povo*, pertencente a UDN. O periódico publicou que eram conhecidas as ameaças de empastelamento e destruição de máquinas pelo

---

[62] Os deputados liderados pelos correligionários do governador Silvestre Péricles (PSD) não vão as Assembléias convocadas para apreciar o processo referente à prisão, prolongando a estadia dos referidos presos na cadeia.
[63] GUSMÃO, 1970, p.245.
[64] Mais informações sobre esses acontecimentos envolvendo o executivo e judiciário alagoano na obra de Carlos de Gusmão (1970).

governador Silvestre Péricles de Góis Monteiro como forma de calar a voz dos opositores ao seu governo.[65] Sete dias após a denúncia, o *Jornal de Alagoas* contou em seu jornal:

> Anteontem (22/12/1949) cerca das 23 horas um movimento estranho era notado no quarteirão da rua do comércio, onde está localizado o "Diário do Povo". Pessoas que procuram atravessar as imediações da redação do jornal da UDN eram advertidas que deveriam tomar outra direção, pois o trânsito por ali estava interditado por ordem superior. [...] Colhidos de surpresa foram intimados pelos assaltantes de armas em punho. Começou então o trabalho de destruição do jornal, tendo sido os próprios operários do "Diário do Povo" obrigados a ajudarem os assaltantes que munidos de marreta danificaram os linotipos, máquinas de impressão, caixetas [...] o trabalho durou cerca de duas horas. Alguns operários foram maltratados pelos assaltantes que se retiraram levando parte do material das oficinas do jornal.[66]

Não só esse fato gerou grande escândalo na sociedade e revolta nos deputados da UDN, mas também como o poder público trabalhou em conjunto para que a ação não fosse impedida. O deputado udenista Rui Palmeira, um dos diretores do jornal, denunciou o empastelamento do *Diário do Povo* e acusou o governador Silvestre Péricles do acontecido, informou que esteve no local, mas foi impedido por policiais armados de seguir para o jornal, e depois soubera que havia a ordem de que, se estivessem na redação do jornal, assassinar os deputados udenistas Melo Motta e Segismundo Andrade. No momento a oposição ficava privada de imprensa.[67] Silvestre Péricles justificou de forma absurda o empastelamento afirmando que o referido jornal refletia o pensamento "udeno-comunista" e que a ação ocorreu para reprimir atividades bolchevistas e as comemorações do aniversário de Stalin.[68]

Outro fato foi o rompimento dentro da família Góis Monteiro. Separam-se Ismar de Góis Monteiro (PSD), senador, e Edgard de Góis Monteiro (PSD), exonerando-se da presidência do Instituto do Açúcar e do Álcool[69], do seu irmão Silvestre Péricles (PST), devido os acontecimentos violentos em Alagoas, envolvendo o governador. O irmão e chefe da Família Gen. Pedro Aurélio de Góis Monteiro ficou ao lado de Silvestre e criticou duramente seus irmãos. Esse fato dividiu a família com maior poder político no Estado, encurtando a distância eleitoral entre o PSD e UDN.

Durante a campanha eleitoral, ocorreram fatos bastante violentos, que foram atribuídos a Silvestre Péricles como o assassinato do pai do deputado oposicionista Oséias Cardoso,[70] quando o governador Silvestre Péricles colocou para correr a tiros estudantes que

---

[65] LIMA, Op., cit., p. 157.
[66] Jornal de Alagoas, 24/12/1949. *Apud* LIMA, Ibid., p. 158.
[67] Diário do Congresso Nacional. 24/01/1950, p. 168. Lima Ibid., pp. 159,160 e 161.
[68] Ibid., 161.
[69] Ibid., 167.
[70] Ibid., 191.

faziam propaganda do Brigadeiro Eduardo Gomes, nas vésperas da visita do líder da UDN a Alagoas. [71] E quando na cidade de Mata Grande ocorreu um grande tiroteio no dia do pleito eleitoral de 03 de outubro de 1950,[72] misturando a disputa entre famílias e as questões políticas.

A campanha eleitoral feita por Arnon de Mello no ano de 1950 será classificada por Tenório como um novo momento no fazer política dentro do estado de Alagoas.[73] O político da UDN fez uma grande campanha eleitoral, utilizando os seus conhecimentos de jornalista para sair na frente na disputa eleitoral. A tecelã M. L., em entrevista ao projeto *Trama da Memória: tessitura do tempo*, conta que a campanha de Arnon de Mello foi muito animada, quando ele chegava ao bairro de Fernão Velho era uma festa. Ele sempre era atencioso com as pessoas, distribuía dinheiro e presentes para os operários. Ela se recorda de uma história, na qual o candidato, discursando em cima de um caminhão, ao lado uma máquina de costura, prometia a entrega do objeto. Alvo do desejo de todas as mulheres, mas a máquina nunca foi entregue.[74]

O fato de Arnon de Mello ter ido várias vezes e ter utilizado estratégias diversas para conquistar os operários é plausível, pois o contingente de votantes nas regiões fabris era significativo. Prova dessa importância foi o resultado político que o PCB obteve nas eleições de 1947. O PCB recebeu 5.496 votos e conseguiu eleger a única bancada comunista na história do partido em Alagoas.[75]

Elencamos três motivos essenciais, a partir da análise das fontes e bibliografia, fatores preponderantes no sucesso da campanha da UDN, com a vitória de Arnon de Mello sobre o candidato da situação Campos Teixeira do (PST). 1) A forma que Silvestre Péricles conduziu seu governo com autoritarismo e violência, o que afastou grande parte do apoio popular. 2) O rompimento dos irmãos Ismar e Edgard de Góis Monteiro, lideranças do PSD, com Silvestre e Pedro Aurélio de Góis Monteiro que colocou em lados opostos o PST e o PSD, e a consequência foi a aliança entre UDN e PSD para eleição de 1950. 3) O Crescimento da UDN dentro de Alagoas. Arnon chegou à disputa eleitoral com a imagem de um homem moderno e

---

[71] Ibid., 215.

[72] Ibid., 231. Foi baleado o senador Ismar de Góis Monteiro e mortos em conflito o Sr. Eustáquio de Albuquerque Malta, seus filhos Josué Ubaldo de Alencar Malta e Maria Sônia de Alencar Malta, e seu empregado Napoleão Henrique de Souza. Após algumas horas chegam as tropas do exército que foram designadas para dar segurança e condições para o pleito eleitoral.

[73] TENÓRIO. Op. Cit., 1995, pp. 27-28. Arnon de Melo foi governador do estado de Alagoas de 1951 a 1955.

[74] M.L. *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 7. 2008. Nasceu no dia 12 de junho de 1926, foi tecelã da Fábrica Carmen por mais de 30 anos. Conhecida por seu temperamento forte.

[75] TENÓRIO, op. cit., p. 161.

inteligente, afastado de qualquer rótulo ligado à violência. Acreditamos que esse conjunto de motivos sejam os principais na vitória udenista.

1.2. O novo já nasce velho: governo Arnon de Mello e a violência contra a classe trabalhadora em Alagoas (1951-1956)

Sobre o governo Arnon de Melo, o que nos interessa analisar é a sua relação com a classe trabalhadora, enfatizando o operariado têxtil. Para esse intento, apresentaremos algumas características do governo da UDN, representando quase toda elite do estado. Governo que se elegeu sob a égide da modernidade e do pacifismo, o que, no entanto, é contrariado pela memória e fontes pesquisadas.

No pleito eleitoral de 1950, Getúlio Vargas (PTB) sagrou-se vencedor da disputa presidencial. Em Alagoas, Getúlio obteve 45.877 votos, superando por mais que o dobro Eduardo Gomes (UDN) com 25.268 e Cristiano Machado que apurou 22.863 votos.[76] A partir de 1950, Alagoas formou o seguinte quadro político: Governador, Arnon Afonso de Farias Mello (UDN-PSD), com 56.962 votos. Vice-Governador, Antônio Guedes de Miranda (UDN-PSD), 56.265 votos. Senador, Ezequias Jerônimo da Rocha (UDN-PSD), com 49.482 votos. A tabela I mostra os Deputados Federais.

Tabela I – Nome, partido e quantidade de votos dos Deputados Federais eleitos no ano de 1950 em Alagoas.

Nome	Partido	Número de votos
Ari Pitombo	PST	7.041
Joaquim Barros Correia Veigas	PST	5.516
Sebastião Marinho Muniz Falcão	PST	3.894
José Caralampio de Mendonça Braga	PST	3.428
Antônio Saturnino de Mendonça Junior	PSD	3.895
Luís Medeiros Neto	PSD	5.047
Antônio Soares Freitas Cavalcante	UDN	9.896
Rui Soares Palmeira	UDN	8.370
Arnon Afonso de Farias Mello*	UDN	8.209

* Arnon de Mello concorreu a Governador e Deputado Federal, e como foi eleito Governador do Estado, em seu lugar foi diplomado Mario Gomes de Barros (4.344 votos). Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.[77]

[76] TENÓRIO, Op. cit., p162. João Mangabeira, que foi candidato a presidente pelo PSB, conseguiu apenas 51 votos dos alagoanos.
[77] LIMA, 1970, Op. Cit., p. 250.

Para Deputados Federais, das nove vagas, a UDN consegue eleger três candidatos, que foram os três mais votados do pleito; o PSD com dois eleitos e o PST obteve quatro diplomados, entre eles estava Sebastião Marinho Muniz Falcão que seria eleito Governador do Estado pelo PSP em 1955. Esses dados significaram que a (UDN-PSD) teria maioria na Câmara Federal. Também podemos observar o início da carreira política de Muniz Falcão, que tem sua ascensão política ligada ao trabalho realizado como Delegado do Trabalho, no qual conquistou a simpatia popular e criticado pelos empresários em suas ações.

Essa Nova reorganização, na política alagoana, lançou como principais partidos o PST e a UDN, seguidos e próximos ao PSD. Na Assembleia Legislativa Estadual, o "PST silvestrista liderou as legendas com 38.173, seguido da UDN com 32.200 votos e o PSD com 18.942. O PSP e o PRP com 1.309, não alcançaram votação suficiente".[78] O PTB não conseguiu eleger nenhum candidato, já o PST fez maioria com dezesseis, a UDN com nove, o PSD com cinco eleitos, o PSP com dois e o PSB com um diplomado. Mesmo o PST tendo a maioria na câmara estadual, o grande vitorioso das eleições de 1950 foi a UDN.[79]

Arnon era a imagem do liberalismo e modernidade, o filho da terra que saiu jovem e venceu no Rio de Janeiro.[80] O povo apoiou essa ideia de trazer o novo, promover a paz e caminhar para o progresso tão propagado pela UDN. Durante todo o governo dos udenistas, principalmente, Arnon de Mello fazia questão de, em todos os momentos, rememorar a grande vitória nas eleições de 03 de outubro de 1950 e o "novo clima de paz que a UDN tinha instaurado." Em todas as falas do governador, observamos referências à dita eleição como data histórica da libertação de Alagoas.[81] E assim era chamada a vitória udenista: o dia da libertação do povo contra a violência que reinava no estado.[82]

Douglas Apratto Tenório classifica o governo Arnon de Mello como aquele que impulsionou as transformações dentro de Alagoas, como abastecimento de água e rede de esgotos, apenas restrita a Maceió, depois expandida para outras sedes municipais.[83] Além da construção do Centro Educacional, complexo que reunia várias escolas e milhares de alunos, a

---

[78] TENÓRIO, Op. cit., 163.

[79] LIMA, Op. cit., 251. Depois da grande derrota, que atingiu até o consagrado Gen. Pedro Aurélio de Góis Monteiro que foi derrotado na disputa pelo senado, Silvestre se transferiu com a família para o Rio de Janeiro.

[80] Arnon de Mello era jornalista e dono de uma construtora no Rio de Janeiro. E também era genro do ex-ministro do Trabalho Lindolfo Collor.

[81] MELLO, 1958, p.59. Este livro de autoria do próprio governador Arnon de Mello possui diversos discursos feitos pelo próprio em vários momentos de seu governo. Em todos os discursos presentes no livro e em outros documentos como o diário oficial, o governador faz referência à vitória udenista de 1950 elevando-a como um dos maiores momentos da história alagoana.

[82] Não queremos aqui desmerecer o grau da vitória da UDN que derrotou a oligarquia dos Góis Monteiro, os quais governaram Alagoas durante todo estado novo e o início da redemocratização, no entanto essa "libertação" proclamada pelos udenistas é uma falácia, servia para a elevação política de algumas personalidades.

[83] TENÓRIO, Op. cit., p.30.

grande obra em seu governo foi à construção de estradas que ligavam a capital ao interior e Alagoas aos seus vizinhos. A obra considerada mais importante na sua gestão foi a da BR-26, inaugurada no dia 29 de janeiro de 1956. Na solenidade, em seu discurso, Arnon disse que "deveria ser o rodoviário o primeiro problema para solucionar, e solucionar de forma definitiva".[84] Analisou ainda que o interior alagoano deveria ter uma ligação maior com Pernambuco e que sua economia não era melhor pela falta de estradas e que agora se iniciava um novo capítulo dentro do Estado.[85]

Encontramos dentro da obra *Uma Experiência de Governo*, de Arnon de Mello, a tentativa de criar uma representação do político como moderno, democrático, um homem que mesmo com todas as dificuldades políticas faz seu árduo trabalho. Essa imagem é propagada durante muitos anos, até hoje no Estado de Alagoas, pois era o dono da principal emissora de televisão e jornal do estado, que ainda pertence à sua família. Douglas Apratto também faz essa análise, o que, acreditamos influenciado por toda uma representação criada em torno dessa figura que além do grande poder político e econômico, detinha o poder da informação. Questionamos se Arnon realmente era esse modernizador e democrata, pois a perseguição violenta contra a classe trabalhadora, ações antidemocráticas como o empastelamento do jornal comunista, *A Voz do Povo*, por duas vezes, fizeram parte do seu governo. E essas ações não combinam nada com a democracia, no entanto, perpetuam a democracia vigilante e opressora que foi iniciada em 1945.

Os operários buscaram manter boa relação com o governo Arnon de Mello, acreditando e firmando o compromisso da manutenção da paz e conquista por direitos dita pelo governo dentro da legalidade, e a partir disso buscavam seus direitos em alianças políticas, como aconteceu no início do governo udenista. Os trabalhadores tentavam não se indispor com o governo porque essa relação definiria muita coisa nas suas vidas. Nos primeiros meses de governo, os trabalhadores davam mostra do apoio ao novo líder do estado, cartas feitas por sindicatos eram publicadas em jornais e até no Diário Oficial, reafirmando que os trabalhadores esperavam ajuda do governador na luta por melhores condições de vida, mesmo que o governo já desse mostra que os operários iriam viver sob vigilância e repressão constante da polícia.[86]

---

[84] MELLO, Op. cit., p.84.

[85] Nesse mesmo discurso Arnon de Mello explica os gastos com a obra, fala sobre a produção agrícola da cana de açúcar, algodão e coco. Interessante quando revela a busca do governo do estado para trazer imigrantes para iniciar colônias em território alagoano, buscando formas contrárias ao latifúndio. MELLO, Ibid., pp.118-120.

[86] No Diário Oficial nos dias 15 e 19 de maio, encontramos cartas de operários em apoio ao governo de Arnon de Mello. Mesmo que sob circunstâncias suspeitas como será apresentado nesta página.

No dia 1° de maio de 1951, em meio à movimentação dos trabalhadores pelas comemorações, alguns operários têxteis, pertencentes ao Sindicato Têxtil de Maceió, foram detidos por policiais, o que gerou protesto e denúncia contra o governo na forma de um telegrama ao ministro da justiça. Porém, no dia 15 de maio foi publicada no Diário Oficial que presidentes de entidades sindicais contestam falsas acusações ao governo do estado afirmando que:

> [...] no incidente ocorrido no dia 1° de maio, em que foram envolvidos membros de sindicato desta capital, - caso de pronto esclarecido, - não se verificou qualquer violência por parte da polícia, que apenas no seu zelo pela manutenção da ordem, laborou em equivoco ao efetuar a prisão dos referidos membros.[87]

Ainda a referida carta afirma que "quatro dos signatários das mencionadas assinaram por equivoco o referido telegrama, mas, melhor informados depois, resolveram desfazer o mal entendido, restabelecendo a verdade".[88] Presidentes de sindicatos como o dos metalúrgicos, estivadores, *carris* urbanos, de óleo de coco e os sindicatos na indústria e tecelagem de Maceió assinaram afirmando que houve foi um equivoco.

As notícias são controversas. A polícia reprimiu uma manifestação da classe trabalhadora e prenderam injustamente alguns desses trabalhadores, o que, por si só, é uma forma de violência. E não há informações se os operários presos estavam de acordo com o documento a favor do governador. Nenhum dos operários presos assinou o telegrama a favor do governador. O fato da prisão dos operários têxteis serviu como estopim para ativar uma série de reclamações contra o governo de Arnon de Mello, pois, se este caso fosse isolado, não haveria a ação dos trabalhadores e muito menos o contra-ataque do governo do estado.

Pareceu-nos que após a truculenta ação policial e seu reflexo na sociedade, gerando acusações contra os métodos do novo governo em lidar com a classe trabalhadora, os representantes do governo se movimentaram para trazer uma nova versão dos fatos e criminalizar os operários que assinaram o telegrama ao ministro da justiça. A carta de contestação às acusações feita ao governador não parece ter sido escrita pelos operários, na verdade a prisão dos operários fica em segundo plano, pois o tema abordado são "as falsas

---

[87] "Presidentes de Entidades Sindicais Contestam Falsas Acusações ao Governo do Estado". *Diário Oficial de Alagoas*. Maceió, 15/05/1951, p. 2.

[88] Ibidem. Foram eles: José de Almeida Andrade, Presidente do sindicato do Óleo; Daniel Augusto de Alcântara, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos; Sérgio Ferreira, Presidente do Sindicato dos Carris Urbanos de Maceió e José Antônio dos Santos, Presidente do Sindicato dos Estivadores.

acusações" e que "nunca, nesta terra, se respeitaram mais as liberdades do povo e os superiores interesses da coletividade."[89]

Temos algumas hipóteses sobre este fato controverso. Primeira hipótese: os trabalhadores foram pressionados pelo governo e aceitaram a explicação do governo na pessoa do Delegado do Trabalho Álvaro Mendes para manter uma boa relação com Arnon de Mello. Essa hipótese nos parece a mais aceitável pelo fato de quatro presidentes de sindicatos voltaram atrás em suas posições e participaram da carta em apoio ao governador. Outra hipótese que só podemos ventilar é nos perguntarmos qual o nível de envolvimento desses presidentes que assinaram a carta com a Delegacia Regional do Trabalho, porque há violência e mesmo assim representantes dos sindicatos saem em defesa do governador amenizando o fato ocorrido.

Encontramos na documentação pesquisada, indícios que nos levaram a compreender a relação do governo Arnon de Mello com a esquerda e os operários como problemática. A classe trabalhadora e os grupos de oposição sofreram com a repressão praticada pela polícia a partir das ordens do governo do Estado. Pouco tempo depois da posse de Arnon de Mello como governador, a violência e a perseguição à classe trabalhadora voltaram a ser rotina no estado.

Na edição de 18 de fevereiro de 1951, o jornal *A Voz do Povo* publica que este foi empastelado por militares do exército.[90] O jornal mais uma vez é atacado e saqueado, até máquinas foram levadas do semanário, o editorial do jornal atribui o empastelamento às denúncias feitas sobre a deserção de 50 soldados que se negaram a lutar na Guerra da Coréia, o que envolveu a participação do exército alagoano na apreensão de seus equipamentos.

Na mesma edição do referido jornal, há a denúncia de que operários e comunistas reunidos no congresso sindical e na campanha coletando assinaturas para o "Apelo de Estocolmo" foram emboscados, espancados e presos, sendo Jaime Miranda[91] (editor do jornal) ferido a faca por um policial.[92] Dentro dessa atividade do PCB, na cidade de Rio

---

[89] Ibidem.

[90] "Enfurecidos os provocadores de guerra atacam 'A Voz do Povo' - Definem-se os campos da paz e da guerra em nosso estado - O que o povo deve fazer". *A Voz do Povo*. Maceió: 18/02/51. Ano VI, número 03, p. 1.

[91] Jaime Miranda, a maior liderança do PCB em Alagoas foi diretor do jornal (1953-1964) com uma breve interrupção no ano de 1958, escreveu muitos artigos e atuou intensamente na vida política alagoana. Foi candidato a deputado estadual pelo PSP nos anos 1960 (pois o PCB encontrava-se cassado desde 1947) e chegou a integrar o Comitê Central do PCB. Em 1975, nos anos da ditadura, foi sequestrado no Rio de Janeiro, onde morava, e nunca mais foi encontrado.

[92] "Ação de Massas dos operários de Fernão Velho em defesa da paz". *A Voz do Povo*. Maceió: 18/02/51. Ano VI, número 03, pp. 1-3. Esta notícia do jornal *A Voz do Povo* será analisada no terceiro capítulo desta dissertação.

Largo, o alfaiate Luiz Luna teve as mãos quebradas de palmatória.[93] O discurso de respeito às liberdades nunca antes visto em Alagoas, não correspondia à realidade dos acontecimentos, já nos primeiros meses de governo houve diversos fatos que colocaram a classe trabalhadora em alerta. As ações do PCB continuavam sendo duramente reprimidas, chegando ao militante Luiz Luna ter suas mãos quebradas pela polícia. No entanto, observamos também a inserção do PCB no interior alagoano em uma ação política como o apelo de Estocolmo.

Na ata de reunião do sindicato dos operários têxteis de Fernão Velho, no dia 06 de maio de 1953, o presidente Carlos Araujo "advertiu aos presentes da reação política existente [...] [que] era grande a guerra de nervos local e que só os pequenos seriam os prejudicados".[94] O clima de insegurança e temor fez o presidente pedir aos trabalhadores que evitassem ações de cunho político no bairro. As atas também registram que muitos operários não confiavam na delegacia do trabalho, acreditando que ela estaria a serviço das empresas ao mandar os operários sempre acatarem os desmandos do patronato fabril.

O jornal *A Voz do Povo*, durante o governo de Arnon do Mello, foi implacavelmente perseguido e empastelado. Em 1955, Jaime Miranda escreveu a matéria "Assalto A Voz do Povo e a renuncia de Arnon", denunciando mais um empastelamento sofrido pelo periódico.

> A polícia de bandidos de Arnon ferindo a constituição do país praticava um verdadeiro assalto ao nosso jornal. Não só depredou, empastelou, como também roubou todos os materiais redacionais que lá se encontravam como arquivos, revistas etc. e prendeu ainda os gráficos que lá estavam trabalhando. O operário Renalvo Siqueira dos Santos não só foi preso como barbaramente espancado.[95]

O motivo do empastelamento, segundo palavras de Jaime Miranda, ocorreu pela luta do jornal para que o direito democrático dos eleitos em 1955, Juscelino Kubitschek como presidente do Brasil e Muniz Falcão como governador do Estado, não fosse usurpado pelo movimento liderado pela UDN.

Há várias denúncias contra o governo da UDN, que vão de encontro ao que tentava passar Arnon de Mello quando afirmava que não perseguia seus opositores e era a favor das liberdades democráticas. A classe trabalhadora não conseguiu viver em uma atmosfera pacífica no período udenista no poder, mesmo havendo uma melhoria substancial após os desmandos de Silvestre Péricles. Podemos afirmar que os trabalhadores foram muito

---

[93] O "Apelo de Estocolmo" foi um movimento internacional contra a Guerra da Coréia e as armas atômicas. Foi uma atividade tipicamente internacional, mas os comunistas brasileiros e alagoanos participaram coletando assinaturas. A polícia tentou impedir a coleta utilizando a violência. MAJELLA, op. cit. p.48.

[94] Sindicato dos Trabalhadores na Indústria têxtil de Fernão velho. Maceió. Ata da reunião de 06 de maio de 1953.

[95] Jaime Miranda. Assalto a Voz do Povo e a Renuncia de Arnon. *A Voz do Povo*. Maceió: 11de dezembro de 1955. Ano X, número 13, p. 1.

perseguidos durante todo período da redemocratização, a diferença é o nível da repressão e a forma que o poder público agiu perante os trabalhadores.

1.3. Apoio popular e a vitória de Muniz Falcão

No ano eleitoral de 1955, havia uma configuração diferente dos grupos da eleição passada. O PSD que perdeu espaço no momento em que formou a aliança com a UDN e PR, depois de certo tempo rompera com os udenistas[96] e na eleição de 1955, se voltou para Muniz Falcão (PSP), o candidato com maior apelo popular e representante do trabalhismo varguista.

A utilização do nacionalismo e da figura de Muniz Falcão como representante do trabalhismo ficou nítida na disputa eleitoral. Além do mais, o candidato udenista para governador foi Afrânio Lages, um conhecido advogado representante legítimo da aristocracia alagoana e com passado integralista, que gerou muitas criticas e associações ao fascismo em relação a um novo momento democrático brasileiro.

A morte de Vargas foi muito explorada na campanha e para termos noção de como pode ter afetado os trabalhadores, utilizaremos a memória da operária M.J, conhecida como Zezinha, que nos conta que, no dia da morte de Getúlio Vargas, viu muitos operários chorando pelas ruas em um grande clamor, dizendo frases como "nosso pai morreu". No entanto, Zezinha era jovem e não conhecia a figura de Getúlio e não sabia que o mesmo era presidente, só através de seus companheiros "soube que era presidente e era bom".[97] Vemos, em Zezinha, uma construção coletiva da memória, "a História oral pode mostrar como a constituição da memória é objeto de contínua negociação. A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade".[98] A operária conviveu com a representação feita de Vargas pelos seus companheiros e criou sua própria, mas justifica características de Vargas pela opinião e memória coletiva.

A UDN sabia do poder popular nas eleições e que os operários possuíam muitos votos. Acreditamos que foi por esse motivo que, em 1955, o primeiro discurso público do

---

[96] No Teatro Deodoro, em Maceió, dia 30 de agosto de 1953, Arnon de Mello lamenta que a aliança formada entre a UDN, PSD e PR não tenha resistido por muito tempo (MELLO, Op. cit., p.35). No dia 03 de outubro de 1953, no já citado discurso de prestação de contas, Arnon falou ao povo na rádio difusora sobre as dificuldades de governar Alagoas sem a "cooperação do Poder Legislativo", mas que havia sido diferente no início do governo quando obteve ajuda "do Poder Legislativo. As leis que me permitiram executar grande parte do programa administrativo [...] por que contei com o apoio de vários deputados, que, eleitos por legendas adversárias nossas". O Governador afirma que em 1952 que a UDN vai perder força, devido à grande oposição. MELLO, Ibid., p.71.

[97] *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 6. 2008.

[98] ALBERTI, 2008, p.167.

governador Arnon de Mello aconteceu no distrito de Fernão Velho para os operários têxteis da fábrica Carmem. O Governador em seu pronunciamento falou mais uma vez da grande vitória de 1950, da paz que Alagoas vivia em seu governo, em grande parte atacou a oposição e fez um balanço das eleições de 1954.

> Em três de outubro último, tive o ensejo e comprovar mais uma vez, e definitivamente, os meus propósitos democráticos ao presidir o pleito em que se renovaram dois terços da nossa representação no Senado Federal, e foram eleitos os membros da nossa representação na Câmara dos Deputados, da Assembleia Legislativa e das Câmaras de Vereadores, além dos prefeitos dos municípios recém-criados.[99]

Arnon falava ao povo do ano eleitoral de 1954 como mais uma vitória da UDN, na tentativa de mostrar que a posição da UDN estava inabalada, pois o partido perdeu o apoio do PSD, mas já se havia consolidado como força dentro da política alagoana, conseguindo muitas vitórias no interior e na capital. O fato da UDN ter o governo e controlar a máquina do estado foi fundamental.[100]

E falando sobre as eleições de 1955, Arnon vai tratar de um assunto muito usado em 1954 e que já estava na pauta da oposição novamente, que era a culpa da UDN na morte de Getúlio Vargas.

> [...] meus adversários, agressivos e maus, desumanos e perversos [...] Tudo foi utilizado na sua campanha. Todo o material combustível, por mais sórdido, foi empregado no sentido de incendiar o povo, de agitá-lo, de emocioná-lo contra mim e meu partido. A morte do Presidente Vargas deu-lhes, aos oligarcas, o grande argumento com que se apresentaram à atenção popular. Valendo-se da emoção e da perplexidade provocadas pelo grave acontecimento, eles, que até então se mantinha cabisbaixos, certos do próprio descrédito, instantes após alçavam o colo e já andavam de microfone à boca, pelos altos falantes dos partidos e das caminhonetes, espalhando a infâmia de que a UDN, de que eu era Presidente, matara o chefe da Nação! Ainda insepulto o cadáver deste, já a pretexto de homenagear-lhe a memória, convocavam o povo para praça pública e aí o ludibriavam explorando a desgraça do presidente, com agressões gratuitas e acusações infundadas aos udenistas. E era de ver-lhes a alegria com que tratavam o assunto que lhe dera coragem para falar ao povo. Não percebiam, opacos como sempre, que tal atitude ultrajavam a memória do ex-chefe da Nação, que, habituado às lutas políticas mais acerbas, não iria suicidar-se com receio da oposição.[101]

---

[99] "Meus perversos adversários se afogaram em 54 na liberdade como se haviam afogado na violência, quando no governo", *Diário Oficial de Alagoas*. Maceió, 12/02/1955, p.1.

[100] Nas eleições de 1954 vários candidatos "populares" foram impedidos de disputar as eleições por serem conhecidos comunistas e terem um bom respaldo da população, entre os que foram impedidos de se elegerem está: o operário comunista de Fernão Velho Silvio Lira, Jayme Miranda, Maria Augusta Neves, Tibúrcio Tenório das Neves, Murilo Vaz entre outros. "Manifesto da comissão central eleitoral dos candidatos populares". *A Voz do Povo*. Maceió: 02 de outubro de 1954. Ano IX, SN, p. 3.

[101] "Meus perversos adversários se afogaram em 54 na liberdade como se haviam afogado na violência, quando no governo", *Diário Oficial de Alagoas*. Maceió, 12/02/1955, pp.1-2.

Alertou o povo sobre a utilização do nome de Vargas, sem criticá-lo, até porque era sabido que os trabalhadores tinham grande estima pelo ex-chefe na Nação, e expôs que essa poderosa arma seria utilizada novamente contra a UDN.

A eleição de 1955 foi realmente disputada. O candidato oposicionista Muniz Falcão (PSP) venceu de forma apertada, com 53.085 votos. Afrânio Lages (UDN) recebeu 49.669 votos.[102] A presença do ideário trabalhista dentro do estado era real e na capital isso acontecia de maneira mais elevada. A vitória dos candidatos trabalhistas de centro em Maceió demonstrou a força do varguismo e a experiência dos trabalhadores que combateram a UDN e realizaram alianças com o Estado na figura de Muniz Falcão com 12.034 votos, contra 6.123 de Afrânio Lages e para prefeito venceu o "populista-democrata Abelardo Pontes Lima com 10.878 votos contra Oséias Cardoso com 5.272 votos e o candidato da esquerda Sebastião da Hora, 3.329 votos".[103]

A partir de 1955, cidades que possuíam indústrias têxteis tiveram a seguinte configuração na Câmara de Vereadores: de doze cadeiras em Maceió, quatro ficaram com a situação, três com a UDN e uma com o PR. As outras vagas ficaram divididas entre o PTB com uma, o PSB duas, o PSD duas, o PSP uma e o PTN, dois vereadores da oposição; em Delmiro Gouveia,[104] a UDN elegeu oito e o PSD, um vereador; Pilar[105] ficou com seis vereadores do PTB e três da UDN; na cidade de Penedo, o PTB teve três vereadores, o PSD dois, o PSP um e a UDN com três; Em Piaçabuçu,[106] a UDN elegeu cinco vereadores contra quatro do PSD e no município de Rio Largo[107] o PSD elegeu cinco, o PTB um e a UDN três vereadores.[108] Nas cidades têxteis, com exceção de Delmiro Gouveia, há vitória dos candidatos trabalhistas, superando a UDN, então, situação. Esse momento representa a confiança no trabalhismo que possibilitava manter direitos e lutar por melhores condições de vida. É um novo acordo entre a classe trabalhadora e o Estado no qual os trabalhadores sabiam muito bem de suas necessidades e se aliaram a Muniz Falcão para consegui-las.

---

[102] TENÓRIO, Op. cit., p.168.

[103] Ibid., p.169. Abelardo Pontes Lima (PTB) e Oséias Cardoso (PSD). Sebastião da Hora (PSB), Médico, entrou para a militância comunista na década de 1930. Em 1935, um dos fundadores e membro da direção da Aliança Nacional Libertadora – ANL, em Alagoas. Disputou eleições por outro partido pelo fato do PCB ter seu registro cassado em 1947.

[104] Em Delmiro funciona até os dias atuais a Fábrica de Linhas da Pedra, indústria têxtil fundada por Delmiro Gouveia quando o município se chamava Água Branca.

[105] Em Pilar havia a Companhia Pilarense de fiação e tecidos.

[106] Em Piaçabuçu estava localizada a Fábrica Marituba.

[107] Reduto operário, pois na cidade funcionavam duas fábricas têxteis: a Fábrica Progresso e a Fábrica Alagoana.

[108] "Relação dos Vereadores municipais de Alagoas eleitos em 08.10.1954", *Diário Oficial de Alagoas*. Maceió. 19/01/1955, pp.4-5-6.

1.3.1. Uma via de mão dupla: relação da classe operária com Muniz Falcão

O governo de Muniz Falcão deu continuidade às transformações em Alagoas. Tenório afirma que podemos "entender a década de 1950 como um período de passagem de uma sociedade em vias de se inserir no esforço brasileiro de industrialização, com suas contradições e conflitos".[109] No governo Muniz Falcão, foi criada a Companhia de Eletricidade de Alagoas (CEAL), foi realizada a construção de estradas, acompanhando o movimento nacional rodoviário de JK, assistência social entre outras coisas. Nessa década, Alagoas estava com o setor industrial consolidado e essas mudanças aconteceram no sentido de modernizar e dinamizar as relações principalmente urbanas.

Esse novo governo foi "caso único na história do estado em que a oligarquia alagoana não esteve representada na chefia do executivo por um dos seus quadros".[110] A postura democrática de Muniz Falcão foi a forma de criar vínculo com os setores populares. Recebeu o apoio da classe trabalhadora em todos os momentos do seu conturbado governo, por assumir a política de não agressão aos trabalhadores e de não perseguição aos comunistas.[111] Esse período favoreceu a elevação do nível de organização dentro dos sindicatos têxteis, a utilização cada vez maior da Justiça do Trabalho como mediadora nos problemas entre patrões e operários e permitiu uma maior aproximação entre trabalhadores e militantes comunistas.

Por outro lado, essa liberdade política estimulada pelo governador acirrou ainda mais a luta de classes em Alagoas. A postura oficial de não agressão aos trabalhadores não impediu a repressão das fábricas nem da oposição ao governo. Além disso, a antiga aliança entre os industriais do setor têxtil e o aparato repressor do estado não cessaria a violência aos operários têxteis. O que acreditamos ter ocorrido, foi uma diminuição das ações policiais contra as lideranças sindicais e, principalmente, contra os comunistas.

Apresentaremos brevemente os acontecimentos que levaram a embates altamente violentos na política alagoana e a postura dos trabalhadores, lutando ao lado do governador e apoiando sua conduta. O governo de Muniz Falcão foi conturbado devido à grande oposição política que sofreu, principalmente pela UDN, o que não classificamos uma singularidade alagoana, pois essa forte oposição udenista acontecia nacionalmente. Muniz Chegou a sofrer tentativa de *impeachment*.

---

[109] TENÓRIO, Op. cit., p.28.
[110] Ibid., p.169.
[111] É no período do governo Muniz Falcão que encontramos o maior número de edições do jornal *A Voz do Povo*, pois nos governos anteriores as perseguições e interrupções nas atividades do jornal eram constantes.

Houve uma grande aproximação entre o Estado e a classe trabalhadora, de forma poucas vezes vista na história alagoana. O trabalhismo varguista foi muito bem recebido pelo proletariado. Muniz foi a vários sindicatos a convite de operários para receber homenagens, escutar o clamor dos trabalhadores e reafirmar o compromisso com os direitos trabalhistas. A Delegacia Regional do Trabalho estava mais presente significando maior observação dos problemas dos operários, porém, maior controle de suas ações.

No dia 15 de abril de 1956, aconteceu uma manifestação em apoio ao governador que já era alvo da oposição. A partir da descrição da ata do dia 14/04/1956 do sindicato dos operários têxteis de Fernão Velho e Maceió, Osvaldo Veloso, delegado da Confederação dos Trabalhadores na Indústria, "convidou todos os trabalhadores para a manifestação de apoio ao governo do estado, no dia seguinte, que também tinha o objetivo de, junto ao governador, apresentar as reivindicações da classe".[112]

Nessa mesma ata, com a presença do Delegado do Trabalho Edson Falcão, encontramos o novo presidente do sindicato Abelardo Lins e José Viana Filho, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria no Estado de Alagoas, confirmando o apoio tanto da nova direção do sindicato de Fernão Velho como dos operários das fábricas alagoanas ao governador Muniz Falcão e esperando a retribuição sob a forma de fiscalização e o cumprimento das leis trabalhistas.

Um dos principais motivos para a tentativa e impeachment por parte das oligarquias dentro de um processo altamente turbulento, devido as ações inspiradas no *modos operandi* do nacional-trabalhismo, foi, nos conta Tenório:

> a intenção de equilibrar a receita com a despesa e gerar algum recurso para investimento em setores vitais, criando-se a taxa Pró-economia, Educação e Saúde, em 22 de outubro de 1956, que precipitou a ofensiva contra o governo por parte dos udenistas, conseguindo atrair os deputados pessedistas e a união das classes conservadoras.[113]

Muniz Falcão não fazia parte das oligarquias, mas tinha vários representantes dela como seus parceiros, que aos primeiros sinais de ações políticas que pudessem interferir de forma mais rígida na continuidade de velhas práticas dos grupos oligárquicos se voltaram

---

[112] Sindicato dos Trabalhadores na Indústria têxtil de Fernão Velho. Maceió. *Ata da Assembleia* de 14 de abril de 1953.

[113] TENÓRIO, op. cit., p. 202. A taxa Pró-Economia, Educação e Saúde, com o fim de fomentar atividades econômicas e o desenvolvimento da educação e saúde pública no estado iria incidir sobre a produção de açúcar, tecidos, fumo, arroz, álcool, cana de açúcar e coco. Os industriais não aceitaram a nova lei e ao seu lado estavam os políticos que estavam ligados ao poder econômico de Alagoas.

contra seu governo. Muniz perdeu o apoio do PSD e começou a ficar com a minoria entre os deputados.

A maquinação golpista liderada pela UDN e absorvida pelo PSD vai aumentar a violência política no Estado, acirrando disputas familiares pelo poder político nas regiões alagoanas. A troca de acusações e assassinatos entre oposição e situação chegou ao limite e levou a UDN a liderar o pedido de *impeachment*, atropelando a legislação brasileira e tentando rasgar os votos da população que elegeram Muniz Falcão democraticamente. A denúncia feita no dia 09/02/1957 acusou Muniz de conivência com assassinatos de líderes políticos e de violência contra o legislativo, o que impossibilitava este de funcionar livremente. Douglas Apratto Tenório apurou que a maneira "incontinente como se efetivou a denúncia e a agilíssima tramitação do processo [...] suscitou suspeitas e interpretações maliciosas de que a oposição finalmente conseguira o mártir que desejava para atingir sua grande meta".[114]

Depois de muitos conflitos entre defesa e acusação, no dia 13 de setembro de 1957, quando na Assembleia Legislativa seria votada a denúncia, aconteceu um importante fato político na história de Alagoas, quando as duas facções políticas travaram um intenso tiroteio ferindo vários deputados e vitimando o deputado Humberto Mendes (sogro de Muniz Falcão). Os deputados levaram para o plenário de votação pistolas e metralhadoras e antes que houvesse votação, se deu a tragédia. Uma das consequências imediatas foi a intervenção federal parcial, ficando o general Armando Âncora com o poder de polícia.

Muniz não aceitou e se licenciou do cargo que ficou com seu vice Sizenando Nabuco.[115] Com a ausência de Muniz Falcão e de seus correligionários no dia 15 de setembro de 1957 foi aprovada a denúncia e escolhido o tribunal que praticou fraude no sorteio do tribunal misto, pois só havia oposicionistas sorteados. O STF anulou o processo e houve novo sorteio para julgar as acusações. Além dos desembargadores votaram quatro deputados da oposição e um da situação[116]. No dia 11 de dezembro de 1957, a decisão final do tribunal misto foi favorável a Muniz Falcão, que perdeu a votação por 06 votos a 04 votos, mas como a lei nº 1.079 exigia quorum mínimo de dois terços para a condenação, ele foi absolvido e seu mandato preservado. No dia 24 de janeiro de 1958, Muniz Falcão reassumiu o cargo de Governador do Estado.[117]

---

[114] Ibid., p.65. A UDN tentou transformar em mártir o Deputado Estadual Marques da Silva, que foi morto em Arapiraca, devido às disputas políticas e familiares no início de 1957.
[115] Ibid., p.81.
[116] FALCÃO, 1980, PP. 88-89. *Apud* TENÓRIO, Op., cit., PP.81-82.
[117] TENÓRIO, OP., cit., p.83.

A participação popular no processo foi intensa. Os sindicatos e a população em geral ficaram unidos a Muniz Falcão e queriam a legitimação da eleição e que o voto do povo fosse respeitado. Houve diversas manifestações populares envolvendo várias categorias de trabalhadores e populares não vinculados a nenhum movimento que foi às ruas. No dia 13/09/1957, quando aconteceu a tragédia na assembleia, ocorreram manifestações, em muitos lugares da cidade, se concentrando na Praça Pedro II, contra a votação e a favor da manutenção da validade do voto dos trabalhadores. O jornal comunista *A Voz do Povo* vai publicar diversas matérias e entrevistas sobre o caso da tentativa de *impeachment* e a posição de muitos sindicatos.[118]

Foram feitas várias manifestações de apoio ao governador tanto no momento do impeachment como no seu retorno ao cargo de governador do estado. Comemorações com fogos de artifício, festas e manifestações como noticiou o jornal *A Voz do Povo*: "Apoteótica manifestação jamais vista em Alagoas – a maior homenagem já tributada a um homem público. Cerca de 40 mil pessoas ganharam as ruas na tarde de sexta-feira [...]."[119] Milhares de pessoas acompanharam o cortejo, a partir do aeroporto Zumbi dos Palmares até o Palácio dos Martírios. Muniz Falcão recebeu grande apoio popular após o momento em que foi atacado e isso lhe rendeu certa proteção para conclusão do seu governo após o término da tentativa golpista. Os editores do jornal em vários momentos classificavam a permanência do governador Muniz Falcão como uma vitória popular de Alagoas.

Quando nos deparamos com a pergunta sobre qual nível do apoio popular que recebeu o governo Muniz Falcão, não queríamos decair no erro de mitificar uma figura realmente importante na história política de Alagoas, pois sabemos que se no passado quando da ditadura militar – iniciada em 1964 – e a vitória de seus opositores, seu nome esteve ligado à corrupção e violência. Após os anos 1980 e alguns trabalhos e principalmente a obra *A Tragédia do Populismo,* de Douglas Apratto Tenório, foi modificada na história alagoana o seu papel frente a classe trabalhadora e ao Estado. No entanto, o livro de Tenório, apesar de confirmar que a classe trabalhadora esteve presente ao lado de Muniz, percebemos que era essencial uma análise da política e, por isso, somente a partir do contato com as atas do sindicato dos operários têxteis de Fernão Velho e os registros do jornal *A Voz do Povo* compreendemos essa relação como muito poderosa e conflituosa. Em alguns momentos, quando os trabalhadores enxergavam que o governo se esquivava de compromissos referentes

---

[118] *A Voz do Povo*, 29 de setembro de1957, ano XII, Nº 38, p.1-4.

[119] "Acima de nós – governo e oposição – funciona uma entidade eterna que é o povo". *A Voz do Povo*. Maceió: 26 de janeiro. 1958, ano XII, número 4, p. 1.

à manutenção de direitos, pois esse apoio, apesar de gigantesco, não era incondicional, demonstrando um amadurecimento nas suas relações a partir de suas experiências. A classe trabalhadora alagoana e, especificamente para nosso trabalho, os operários têxteis, deram apoio em todos os momentos do governo Muniz Falcão, mas não deixaram de manifestar seu desagrado principalmente na forma do governo mediar, de forma harmoniosa, os conflitos entre patrões e empregados.

1.4. A derrota dos partidos de centro e esquerda nas eleições de 1960 em Alagoas

Depois do governo de centro democrático com ganhos para a classe trabalhadora realizado por Muniz Falcão, a direita vai conseguiu retomar a cadeira de governador com a vitória do Major Luiz de Souza Cavalcante.[120] A eleição foi considerada uma grande derrota para os grupos de centro e de esquerda em Alagoas.

Neste tópico do capítulo, nosso objetivo é apresentar alguns dos embates entre a classe trabalhadora e o Estado, originados pela ação violenta e conservadora estatal contra a ascensão dos movimentos sociais e o PCB até o início do Golpe civil-militar de 1964.

O resultado das eleições de 1960 foi: para Governador o Major Luiz de Souza Cavalcante, registrado pelo PL e UDN, eleito, com 38.915 votos; Abraão Fidélis de Moura,[121] registrado pelo PSP, com 37.213 votos; Silvestre Péricles de Góes Monteiro, registrado pelo PDC, com 31.020 votos; Ari Boto Pitombo, registrado pela aliança entre o PTB e o PSD, com 7.938 votos; Votos em branco – 3.632; Votos nulos – 5.201; Total – 123.919.[122]

Os números mostram a pequena diferença entre o primeiro e segundo colocado e o consequente erro de estratégia dos grupos de centro e esquerda de Alagoas. Abraão Fidélis de Moura (PSP) chegou a ser o candidato mais votado no interior.[123] Os grupos de oposição, a UDN, não conseguiram uma pauta unificada e não houve acordo para uma candidatura única, o que levou tanto o PSP quanto o PTB a lançarem candidatos próprios para Governador e Vice-Governador. O PCB retirou seu apoio à candidatura de Abraão Fidélis, pois o comitê

---

[120] Luiz de Souza Cavalcante nasceu em 1913, no município de Rio Largo. Chegou a patente de general de brigada. Foi diretor da comissão de Estradas e Rodagens no governo Arnon de Mello, estreou na política em 1954, pela UDN, quando foi suplente do Senador Rui Palmeira. Em 1958, pelo Partido Liberal (PL), foi eleito Deputado Federal e em 1960 sagrou-se vencedor na disputa de Governador do Estado de Alagoas (1961-1965).

[121] Abrahão Fidelis de Moura [1916-1993] – pecuarista, ex-deputado Federal, foi candidato a governador de Alagoas. [...] teve os direitos políticos e mandato parlamentar cassados pelos militares em 1964, durante dez anos. Manteve aliança com o PCB e foi um fiel aliado de João Goulart. MAJELLA, 2011(a), p. 30.

[122] SÁ JUNIOR, op. cit., pp. 195-196.

[123] LINS, 2000, p.2. http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_alagoas_01.pdf. Consultado em 20 de junho de 2008.

central tentou impor o nome do Coronel Henrique Oest como Vice-Governador, porém, o economista Beroaldo Maia Gomes (PSP) foi o candidato na chapa de Abraão Fidélis.[124] O PCB rompeu a aliança e se aliou ao antigo inimigo, Silvestre Péricles (PDC).[125]

Não seria a primeira vez que os comunistas apoiariam uma candidatura de Silvestre Péricles de Góis Monteiro. Para compreender melhor essa decisão nas eleições de 1960, voltaremos ao ano de 1958 e observaremos as explicações comunistas para o apoio a Silvestre Péricles para Senador por Alagoas. No pleito eleitoral de 1958, foi criada a "Frente Única dos Candidatos Democráticos e Nacionalistas," congregando candidatos nacionalistas sem nenhum exclusivismo partidário, com objetivo de combater o "entreguismo" e "os golpistas da UDN". A entrevista concedida por Jayme Miranda falava sobre diversas posições do PCB frente às eleições de 03 de outubro de 1958. Quando perguntado sobre o significado das eleições de 1958, Jayme disse que "a tendência que abre caminho predominantemente, é a da luta entre duas correntes que polarizaria as forças políticas do Estado, isto é, o nacionalismo e o entreguismo, que refletia o real processo histórico em franco desenvolvimento em todo país."[126]

Jayme Miranda também explica os motivos que levaram ao PCB apoiar Silvestre Péricles, analisando que:

> Já estamos apoiando decisivamente a candidatura do Sr. Silvestre Péricles de Góis Monteiro para o Senado Federal porque é em torno desse político alagoano que se unificou a coligação nacionalista e democrática eleitoral e que vem se dando a aglutinação das grandes massas da cidade e do campo. Trata-se de uma correlação de forças políticas concretas e objetivas, pois, embora haja quatro candidaturas ao Senado, isto é, as dos senhores Guedes de Miranda, Ezequias da Rocha, Silvestre Péricles e Arnon de Mello, é em torno desse dois últimos candidatos que estão se polarizando a maioria das forças políticas e sociais do Estado. Havíamos tentado anteriormente uma terceira candidatura que reunisse a chapa Guedes-Ezequias que no pareceu a fórmula mais democrática para o apoio popular. Contudo isso não dependia só de nossa vontade. Esta fórmula foi posta de lado por outras forças, isolando esses dois senhores das reais possibilidades do eleitorado alagoano. [...] Decidimos dar todo apoio ao Sr. Silvestre Péricles, independentemente das restrições que lhe fazíamos no passado e sem nenhum compromisso partidário ou pessoal...
>
> Estamos convencidos de que a candidatura do Sr. Silvestre Péricles é a única que atende, no momento, aos supremos interesses populares no sentido de reforçar de ato o movimento nacionalista da Alagoas e derrotar a candidatura

---

[124] O resultado das eleições para Vice-Governador: Teotônio Brandão Vilela, registrado pela UDN, eleito, com 33.952 votos; Beraldo Maia Gomes Rego, registrado pelo PSP, com 29.066 votos; Aurélio Viana da Cunha Lima, registrado pelo PSB, com 23.964 votos; Luiz de Medeiros Netto, registrado pela aliança entre o PTB e o PSD, com 14.870 votos; Cícero Virgínio Torres, registrado pelo PDC, com 4.808 votos; Votos em branco – 13.085; Votos nulos – 4.174; Total – 123.919 (SÁ JUNIOR, op. cit., p.196).

[125] MAJELLA, Op. cit.,(a) pp. 34-45.

[126] "Jayme Miranda declara A Voz do Povo: Os comunistas alagoanos apoiam: Silvestre Péricles para Senador - Odilon de Souza Leão - a Câmara Federal - para Deputado Estadual a Nelito Nunes de Carvalho - para Vereador a Renalvo Siqueira Dos Santos na frente única do candidatos democráticos e nacionalistas sem nenhum exclusivismo partidário". *In: A Voz do Povo*, 21 de setembro de1958, ano XII, número 38, pp.1 e 4.

> comprometida com os grupos mais reacionários, golpista-estreguistas, representados pelo reacionário entreguista Arnon de Mello.[127]

Através da citação podemos constatar que o PCB inicialmente não pretendia apoiar Silvestre Péricles e Jayme Miranda deixa claro isso ao falar que a intenção do PCB era uma chapa única com os candidatos Guedes de Miranda e Ezequias da Rocha, no entanto, como não houve essa possibilidade, o PCB avaliou que entre os dois candidatos com maiores possibilidades (Silvestre Péricles e Arnon de Mello), a escolha do PCB foi apoiar Silvestre Péricles. Também levamos em conta que o PCB estava fazendo parte da Frente Única dos Candidatos Democráticos e Nacionalistas. Suas escolhas não eram individuais, mas com os outros grupos políticos integrantes da frente.

Voltemos a eleição de 1960 em Alagoas. Suas consequências foram desastrosas para a classe trabalhadora alagoana, porque a soma de votos dos candidatos superou em milhares de votos o vencedor Luiz Cavalcante. Ele, além de declarado anticomunista foi ferrenho opositor do Governo João Goulart e um dos articuladores do golpe de 1964, em Alagoas.

Com a direita conservadora e golpista da aliança PL-UDN no comando da cadeira de Governador, foram organizadas investidas contra a classe trabalhadora. Esta iria por em prova a consistência da experiência e amadurecimento dos movimentos sociais conquistados durante os últimos 15 anos e principalmente no governo de Muniz Falcão (1956-1961), através do avanço organizacional.

O fato dos partidos de centro e esquerda não terem conseguido chegar a nenhum acordo os colocou de lados opostos. Não houve a possibilidade de uma nova frente única, devido à intransigência do PCB e PSP e isso deu a grande vitória a UDN-PL, colocando a classe trabalhadora em uma situação altamente adversa.

Na eleição para prefeito de Maceió, Sandoval Ferreira Caju (PDC) foi eleito. Paraibano, surpreendeu nas eleições municipais e venceu a corrida pela prefeitura da Capital alagoana graças a um enorme prestígio popular amealhado na condução de programas de rádio.[128] Sandoval Caju não era da esquerda, mas também foi perseguido e teve seu mandato caçado com o golpe de 1964.

---

[127] "Jayme Miranda declara A Voz do Povo: Os comunistas alagoanos apoiam: Silvestre Péricles para Senador - Odilon de Souza Leão - a Câmara Federal - para Deputado Estadual a Nelito Nunes de Carvalho - para Vereador a Renalvo Siqueira Dos Santos na frente única do candidatos democráticos e nacionalistas sem nenhum exclusivismo partidário". *In: A Voz do Povo*, 21 de setembro de1958, ano XII, número 38, p.1.

[128] LINS, Op. cit., p.2.

1.4.1. A ascensão da classe operária em Alagoas: resistência e luta nos limites da democracia (1961-1964)

No dia 07 de setembro de 1961, João Goulart tomou posse no Congresso Nacional. O país estava em euforia, no entanto, em uma conjuntura muito difícil. João Goulart saiu do país como vice e voltou como presidente, mesmo sem ter a certeza se assumiria. Ao mesmo tempo em Alagoas, na noite de 07 de setembro, era realizado um grande "comício da legalidade", como fora chamado. Esse comício, realizado no parque Rodolfo Lins, contou com a participação de parlamentares, vereadores, líderes estudantis, sindicatos, jornalistas, democratas e populares que saíram as ruas em defesa da constituição contra os golpistas, para comemorar a posse de Goulart.[129]

Esse comício era resultado da renúncia, no dia 25 de agosto de 1961, do então presidente Jânio Quadros.[130] Essa renúncia levou o país a uma gravíssima crise militar, com as contas públicas já descontroladas. Goulart teria que administrar um país endividado interna e externamente, além da delicada situação política. O novo presidente estava impedido de implantar seus projetos, devido ao parlamentarismo. Jorge Ferreira nos diz que:

> O sistema parlamentarista, implantado às pressas, visava, na verdade, impedir que ele exercesse seus poderes. Sob um parlamentarismo "híbrido", o governo não tinha instrumentos que dessem a ele a eficiência e a agilidade. Tratou-se de uma solução que resultou de uma ampla coalizão para impedir o golpe militar, isolando os grupos civis e militares que não se conformaram com sua posse, garantindo, assim, as instituições democráticas.[131]

A solução encontrada foi restringir os poderes de Goulart, mas isso deixou descontentes os grupos nacionalistas e de esquerda que lutavam pelas reformas de base. Isso levou a grandes movimentações, a nível nacional, de grupos democráticos pelo fim do parlamentarismo e a favor de plenos poderes para Goulart.

Em Alagoas, antes mesmo da renúncia de Jânio Quadros, a classe trabalhadora enfrentava dificuldades para lidar com o governo. Um imbróglio aconteceu quando o governador pressionou líderes sindicais para tornar seu irmão Delegado do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Denúncia feita por Joel Joaquim,

---

[129] "7 de setembro, também 'dia da legalidade': povo no grande comício do parque Rodolfo Lins comemorou a vitória sobre o golpismo". *In*: *A Voz do Povo*. 10 de setembro de 1961, ano XV, número 34, p. 1.

[130] Jânio Quadros (JQ) [1917-1992], sul-mato-grossense fez carreira política no Estado de São Paulo. Foi vereador, Deputado Estadual, Prefeito da capital, Governador do Estado de São Paulo e depois presidente (eleição de 1960). "JQ visava, contudo, o fechamento do Congresso que lhe fazia oposição. Não tendo o povo saído às ruas para exigir dos militares a volta do renunciante, o golpe se frustrou" (TOLEDO, 2004, p.18).

[131] FERREIRA, 2008, p. 348.

presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alagoas ao jornal a *A Voz do Povo*, que publicou uma matéria-denúncia.[132] Na mesma edição, se fala de problemas no transporte público e a cobrança de alguma ação do governo perante 500 operários têxteis lançados ao desemprego com o fechamento e transferência das máquinas da Fábrica de Fiação e Tecidos Pilarense, na cidade do Pilar, para o Estado de Pernambuco.

A partir do mês de setembro, as lutas se acirraram em todo país, em Alagoas a direita tentava impedir o avanço dos protestos pelo fim do parlamentarismo, em favor de Goulart. Em setembro, aconteceram alguns protestos e comícios públicos em Maceió, boa parte deles liderados pelo movimento estudantil (secundaristas e universitários), nas escadarias da assembleia legislativa, na tribuna da câmara de vereadores e a tentativa da passeata de "enterro do corvo, Lacerda," impedida pela força policial e forças pró-golpe.[133]

Inicia, em 1961, uma campanha de luta pelo aumento do salário mínimo e combate a carestia de vida. Campanha foi encampada pelo PCB junto aos movimentos sociais e sindicatos. Naquele ano, já havia aumentado o custo da energia, carne, pão, no transporte dos ônibus de Rio Largo e no bairro de Fernão Velho. Os comunistas fizeram um estudo e publicaram uma tabela com os valores de produtos essenciais na casa de uma família de renda pobre, para mostrar quanto o salário mínimo estava defasado e como era difícil sobreviver desse salário.[134] Também repercutiu a atitude de donas de casa alagoanas que preparam um memorial com mais de 500 assinaturas, pelo aumento de salário e contra a carestia de vida, na capital, para ser enviadas ao presidente João Goulart.[135]

No dia 16 de setembro de 1961, houve a posse da nova diretoria do Sindicato dos Radialistas, na qual teve empossado o comunista Nilson Miranda como presidente. Essa reunião aconteceu na sede do Sindicato dos têxteis de Maceió, no bairro do Bom Parto, em Maceió. Posse que contou com a presença de muitos comunistas do PCB e várias delegações de sindicatos: "Estivadores, Arrumadores, Portuários, Marítimos, Ferroviários, Petróleo, Têxteis, Construção Civil, Óleo, Jornalistas e mensagens dos enfermeiros e Açúcar, além do presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Alagoas." O que mostra um entrosamento entre o PCB e os sindicatos e um momento de maior aproximação entre

---

[132] "Governo pressiona líderes sindicais para nomear seu irmão Delegado do IAPI". *In: A Voz do Povo*. 25 de junho de 1961, ano XV, número 24, p. 1.
[133] "Estudantes comandam a batalha pela legalidade". *In: A Voz do Povo*. 17 de setembro de 1961, ano XV, número 35, pp. 1 e 4.
[134] "Oito meses de governo udenista do general Luiz Cavalcante: carestia, mais fome e miséria para os alagoanos simples, trabalhadores e camponeses". *In: A Voz do Povo*. 24 de setembro de 1961, ano XV, número 36, p. 4.
[135] "Ações de massa pelo novo salário e contra carestia de vida". *In: A Voz do Povo*. 08 de outubro de 1961, ano XV, número 37, p. 1.

categorias diferentes em torno de pautas como o aumento do salário mínimo e pela vigilância democrática e apoio a Goulart.[136]

No final de 1961 e a partir de 1962, explode uma série de lutas e participação de categorias de trabalhadores nas frentes pelo aumento de salário e contra a alta dos produtos de primeira necessidade. Em outubro de 1961, acontece a greve dos bancários de Maceió, paralisando 17 agências de crédito e cerca de seiscentos funcionários por seis dias. Consagrando-se vitoriosa com aumento de 40% do salário aos bancários e com aumento do salário mínimo para Cr$. 10.000,00 (dez mil cruzeiros) para os funcionários de portaria.[137]

Em 1962, muitos outros acontecimentos vão marcar o calendário de lutas do povo alagoano como manifestações nos dias 09 e 10 de janeiro de 1962, em Maceió, em solidariedade e defesa da União Nacional dos Estudantes (UNE). A polícia impediu violentamente, atirando o carro contra a população que participava da manifestação, dois estudantes foram presos (Anivaldo Pinto e Walfrido Pedrosa) e o proprietário do serviço de alto-falante, Célio Camerino. Na mesma manifestação, a polícia agrediu e prendeu o jornalista Nilson Miranda, e ao tentar impedir a violenta prisão, o redator de *A voz do Povo*, Laudo Braga, também foi preso. No dia seguinte, 10 de janeiro de 1962, continuaram os protestos em favor da UNE e também contra a violência praticada contra estudantes e os jornalistas do PCB.[138]

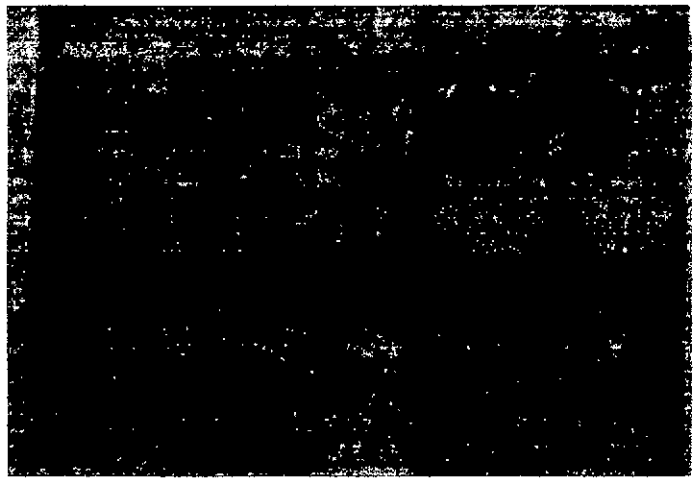


Foto dos protestos: acima, o momento em que falava o deputado Mendes de Barros (PSP). Abaixo estão estudantes e sindicalistas. *A Voz do Povo*: 21/01/1961, p.1.

---

[136] "Unidade sindical e ação comum pelas reivindicações na possa do Sindicato dos Radialistas". *In: A Voz do Povo*. 24 de setembro de 1961, ano XV, número 36, p. 1.

[137] "Vitoriosa a greve dos bancários". *In: A Voz do Povo*. 29 de outubro de 1961, ano XV, número 41, pp. 1 e 4. A matéria ainda nos diz que a greve contou com apoio de bancários da cidade de Palmeira dos Índios.

[138] "Polícia de Luiz Cavalcante desencadeia terror contra povo e estudantes, agride, sequestra e prende jornalistas no comício da UEEA". *In: A Voz do Povo*. 21 de janeiro de 1962, ano XVI, número 01, pp. 1 e 4. As imagens da repressão policial na foram exibidas, devido e má qualidade da imagem.

No combate ao aumento dos preços e custo de vida, o Sindicato dos operários têxteis de Fernão Velho, o maior sindicato têxtil de Alagoas, passou a integrar a denominada "comissão sindical permanente contra a carestia", dando mais gás ao movimento encabeçado pelo PCB e outros sindicatos alagoanos. Na reunião do dia 04 de fevereiro de 1962, foi aprovada a participação do Sindicato na comissão e lido um memorial que seria entregue, junto a um abaixo assinado, para as autoridades estaduais e federais. O presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alagoas, Joel Joaquim, leu o memorial aos operários.

> Os abaixo assinados líderes sindicais de Alagoas [...] da grave e desesperadora situação em que trabalhadores da cidade e do campo se encontram frente à desenfreada e insuportável alta do custo de vida, [...] de gêneros de primeira necessidade, vamos publicamente protestar veementemente contra este estado de calamidade pública. Já não se trata somente [...] da desorganização social, do desemprego, da falta de assistência [...] e a miséria física [...] pela fome que se abate contra os trabalhadores da cidade e do campo em Alagoas, onde está a farinha de mandioca [...] custando mais de Cr$ 300,00 a cuia.[139]

Depois de lido o referido memorial e aprovado, a diretora, em ata, firmou sua posição contra o governo, pela melhoria de vida de seus associados e toda população alagoana. Concluindo que "Diante da indiferença dos poderes constituídos resolvemos em assembleia sindical constituirmo-nos em comissão sindical permanente de combate a carestia de vida", se comprometendo participar da luta.[140]

A entrada do Sindicato dos têxteis de Fernão Velho representou muito para o movimento contra o governo, porque a sua entrada foi acompanhada de outros sindicatos têxteis, como o Sindicato dos operários têxteis da cidade de Rio Largo e de Maceió (Fábrica Alexandria).[141]

No dia 07 de fevereiro de 1962, três dias depois da adesão dos operários têxteis da Fábrica Carmen, em Fernão Velho, ao movimento pela melhoria das condições de vida em Alagoas, aconteceu um grande ato realizado no Palácio do Trabalhador. Estava lá uma grande quantidade de trabalhadores reunidos, inclusive delegações das fábricas têxteis da cidade de Rio Largo (Progresso e Cachoeira), dos bairros de Saúde (Cotonifício Nogueira), Fernão Velho (Carmen) e Bom parto (Alexandria), contando com a presença e participação de muitos

---

[139] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho.* Ata da reunião, 04 de fevereiro de 1962.

[140] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho.* Ata da reunião, 04 de fevereiro de 1962. Grifos nossos.

[141] "Movimenta-se a classe operária de Rio Largo pelo ajustamento salarial". *In: A Voz do Povo.* 20 de maio de 1962, ano XV, número 11, p. 1.

sindicatos alagoanos[142] e de ferroviários do Recife/PE. Nessa grande reunião, foram firmadas três primeiras exigências: 1) congelamento imediato dos preços de gêneros de primeira necessidade, 2) Substituição do atual representante junto à COAP, por um autêntico trabalhador, 3) o governo garantir o abastecimento de leite, carne e mais gêneros de primeira necessidade.[143]

A classe trabalhadora estava se voltando contra o governo Luiz Cavalcante com muita força e organização. As questões econômicas eram as bandeiras levantadas para a união das categorias, no entanto, essas reivindicações não eram puramente econômicas, possuíam um caráter político quando esse movimento expressava publicamente a insatisfação com o governo em suas ações locais como nacionais. E o Governador tentava se reaproximar das organizações sindicais. A sua presença, na posse da nova diretoria do Sindicato têxtil de Fernão Velho, expressa bem essa tentativa. O novo presidente do Sindicato, José Conrado Alves, agradeceu a vitória da eleição (08/04/62) e afirmou esperar contar com o Delegado do Trabalho José de Barros Sarmento e o Governador.[144]

Para o dia 01 de maio de 1962, foi organizado pela Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alagoas e o PCB, um 1° de maio de lutas com fogos de artifício, hasteamento da bandeira do Brasil e palestras. No Sindicato dos Têxteis da Fábrica Alexandria, a palestra foi proferida pelo jornalista do PCB Jayme Miranda e, no Sindicato dos Estivadores, a palestra foi realizada pelo seu irmão, Nilson Miranda (do PCB e presidente do Sindicato dos Radialistas). À noite, aconteceu a concentração de trabalhadores, às 20hs, na frente do Palácio do Trabalhador.[145]

Vários protestos, reivindicando melhores condições de vida e conquista de direitos, foram realizados. Os Operários têxteis de Alexandria protestaram contra o corte de 110 trabalhadores e pelo aumento salarial de 50%.[146] Na cidade de Rio Largo, operários das

---

[142] Aurélio Cavalcante, pres. do Sind. têxtil de Alexandria; Jayme Miranda(PCB), (consultor jurídico) membro da Comissão Permanente de Luta Contra a Carestia; Manoel Matias, representante do Sind. do Óleo; Comandante Cristovão Rego, sind. dos Aeronautas; José Luiz, Sind. Termo Elétrico; Joel Joaquim, pres. da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alagoas; Francisco Claudemiro, Sind. da Construção Civil; Nilson Miranda (PCB), pres. do sid. dos Radialistas; vereadores Renalvo Siqueira (PCB) e Claudenor Sampaio; Silvio Lins, pres. Sind. dos Sapateiros; Benedito Leão, pres. Sind. dos Panificadores; Gabriel Soares, representante universitário; Rubens Colaço, pres. Sind. dos Rodoviários.

[143] "Sindicatos unidos advertem ao governo: medidas imediatas pela contenção do custo de vida". *In: A Voz do Povo*. 18 de fevereiro de 1962, ano XV, número 03, p. 3. Na mesma edição (p. 4) noticiou o protesto de vários sindicatos contra o governo no dia 14 de fevereiro de 1962.

[144] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho*. Ata da reunião, 21 de abril de 1962.

[145] "Sindicatos organizam 1° de maio de unidade e de lutas". *In: A Voz do Povo*. 29 de abril de 1962, ano XV, número 9, p. 1.

[146] "Operários têxteis de Alexandria protestam contra o corte de 110 trabalhadores e vão a luta por aumento de 50%". *In: A Voz do Povo*. 20 de maio de 1962, ano XV, número 11, p. 4.

fábricas têxteis realizaram diversas assembleias reivindicando aumentos salarial de 50%.[147] No dia 05 de junho de 1962, os "Arrumadores" (trabalhadores da orla, estivadores, portuários e conferentes) participaram de uma greve geral de 24hs de advertência, em apoio à Federação dos Arrumadores pela regulamentação da classe.[148] As tecelãs da Fábrica Carmen iniciaram um movimento grevista por não aceitar a elevação no número de teares que trabalhavam, que passava de quatro para seis teares, paralisando o serviço por três dias, a partir do dia 19 de agosto de 1962. As operárias saíram vitoriosas e não tiveram aumento no número de teares.[149] Operários têxteis da Fábrica do bairro de Saúde, em Maceió, ameaçaram paralisar os trabalhos até o pagamento do décimo terceiro salário. Afirmaram que o prazo era até o dia 24 de dezembro.[150]

Para as eleições de 07 de outubro de 1962, o PCB fez uma intensa campanha pela candidatura de vários nomes, alguns comunistas, que se candidatavam por outros partidos, principalmente o PSP. Os nomes eram: José Otávio Moreira para Senador; para Deputado Federal, Muniz Falcão (PSP), Abrahão Moura (PSP), Mendes de Barros (PSP), José Octavio Moreira (PSP) e C. Henrique Oest (PSP); para Deputado estadual, Jayme Miranda (PSP); Vereadores, Nilson Miranda (PSP) e Renalvo Siqueira (PSB).[151] Os dois deputados Federais mais votados foram Muniz Falcão (PSP) e Abrahão Moura (PSP). O PSP iria ter a maior bancada na Câmara de Vereadores, três de doze, com o comunista Nilson Miranda, Hamilton Morais e Alcides Falcão. A nova composição era de oposição ao governo do Estado. A UDN formou dois vereadores e o PDC, partido do prefeito, um vereador.

O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)[152] teve uma destacada atuação na cena política brasileira. Juntamente com outras centrais sindicais de menor vulto, o CGT foi responsável pelas primeiras greves de caráter explicitamente *político* na história brasileira. "Enquanto de 1958 a 1960, sob o governo JK, haviam ocorrido cerca de 180 greves, nos três

---

[147] "A Assembleia de Rio Largo e a luta dos têxteis por 50% de aumento". *In: A Voz do Povo*. 03 de junho de 1962, ano XV, número 13, p. 4.
[148] "Greve geral dos arrumadores no dia 05". *In: A Voz do Povo*. 03 de junho de 1962, ano XV, número 13, p. 1.
[149] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho*. Ata da reunião, 22 de agosto de 1962. Três operárias foram presas por ordem da fábrica, ficando três dias presas e foram soltas com a intervenção do padre da localidade.
[150] "Operários de saúde poderão ir à greve pelo 13° salário". *In: A Voz do Povo*. 23 de dezembro de 1962, ano XV, número 39, p. 1. Como na edição seguinte não houve noticia sobre greve, indica que a empresa pagou o 13° salário aos funcionários.
[151] "O povo alagoano confirmará hoje a vitória dos candidatos nacionalistas". *In: A Voz do Povo*. 07 de outubro de 1962, ano XV, número 33, p. 1.
[152] Entidade intersindical criada em São Paulo em 1962, no IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores. O objetivo do CGT era coordenar o movimento sindical brasileiro, urbano e rural. Funcionou sem que o Ministério do Trabalho o reconhecesse como uma entidade representativa dos sindicatos, federações e confederações a ela filiados até o dia 1° de abril de 1964, quando foi fechado e seus dirigentes foram presos e tiveram de se exilar (MAJELLA, op. cit, p. 59).

primeiros anos de Goulart foram deflagradas mais de 430 paralisações". Nesse mesmo período, diversas instituições sindicais de caráter regional ou nacional foram criadas.[153] Em Alagoas, ficou determinado pelo 4° Encontro Nacional Sindical que deviam ser criadas comissões de campo para dar assistência à fundação de sindicatos camponeses. O PCB já possuía experiência, porque tinha participado da fundação do Sindicato dos Rodoviários de Penedo.[154] Eram 25 Sindicatos membros do CGT em Alagoas, Sindicatos industriais e de operários.[155] Na opinião do comunista e líder sindical (rodoviário) Rubens Colaço, o "fator predominante na luta, na organização dos sindicatos camponeses foi a decisão do CGT".[156]

Observando a ficha na Delegacia de Ordem Política Social e Econômica (DOPSE) de Rubens Colaço, podemos ver não só a vigilância constante contra os trabalhadores durante 1945-1964, como parte das ações políticas desse operário de esquerda.

> Observações: Em 25 de outubro de 1962, foi preso, por agitação, por ocasião de um comício anunciado pela Associação dos Amigos de Cuba, na Praça Moleque Namorador - Ponta Grossa - comício esse frustrado pela autoridade policial. O portador da presente ficha é Presidente do Sindicato dos Rodoviários. Discursou no comício do dia 19 de maio de 1963, na rua do Comércio, em nome do CGT, protestando contra a prisão dos estudantes em Saúde. Assinou manifesto de solidariedade, a nota oficial do Pacto de Unidade do Comando Geral dos Trabalhadores CGT no dia 28 de setembro de 1963. Participou de uma reunião na residência Dr. José Moura, no dia 02 de novembro de 1963. Desenvolve ativo programa subversivo, tanto na Capital como no interior do Estado, tomou parte junto com outros elementos do CGT, e do sindicato do Petróleo nas agitações dos dia 29 de março a 1° de abril de 1964. ORGANIZADOR e orador de todos os comícios realizados nesta Capital, juntamente com Nilson Miranda, Jaime Miranda e Ruben Ângelo. AMEAÇA as autoridades constituídas, em praça publica e convida o povo em pegarem em armas para defender o regime cubano e **libertar o Brasil do domínio dos gorilas**. ASSESSOR sindical do CGT, junto aos camponeses - comunista militante utilizou a estação de rádio clandestina do Sindicato Têxtil de Rio Largo. Para fazer campanha de agitação, realizou comícios pró-Cuba em desrespeito a determinação de autoridades competentes, **orientou a fundação de Sindicatos Rurais dando cunho esquerdista**, compareceu ao Palácio dos Trabalhadores armado juntamente com outros comunistas. Foi orador em termos subversivos do I Seminário Operário Estudantil Camponês. **Esteve preso durante a revolução de 31 de março de 1964**. Foi indiciado em IPM.[157]

Observando a ficha de Rubens Colaço, encontramos referência feita pelas autoridades a vários comícios, fundação de sindicatos rurais[158] ligados ao CGT e comunistas além de toda uma vigilância, a partir da qual a polícia possuía conhecimento na participação de reuniões,

---

[153] TOLEDO, Op. cit., pp. 19-20.
[154] MAJELLA, Op. cit., p. 62.
[155] Ibid., p. 65.
[156] Ibid., p. 64.
[157] Arquivo Público de Alagoas. DOPSE, pasta 11, p. 1. Grifos nossos.
[158] Surgida em Pernambuco, com muita força, experiência da Ligas Camponesas não se efetivou em Alagoas.

comícios e tudo mais que estivesse classificado como atividade subversiva. O golpe de 1964 veio estancar o crescimento das lutas tanto no campo quanto na cidade.

Entre os dias 01 e 07 de agosto de 1963, foi realizada a Semana Nacional de Protestos. No dia 28 de julho, a caravana formada pelo CGT foi à Fábrica de Saúde. No dia 29, a comitiva passou pelas fábricas em Fernão Velho e em Rio Largo. Nas fábricas aconteceram assembleias e nelas, foram aprovados o apoio e participação na Semana Nacional de Protestos pelas reformas de base e contra a carestia.[159]

No último dia da Semana Nacional de Protestos, dentro do calendário de lutas, foi deflagrada uma greve no Porto de Maceió, dia 07 de agosto, e se estendeu ao longo de 11 dias apesar da mobilização das forças policiais para conter o movimento através da força e coação.[160] A greve terminou com os portuários tendo atendidas suas reivindicações, a federalização do Porto de Maceió e o pagamento de atrasados.[161]

A aliança que se estabelecia entre o CGT, as Ligas Camponesas, a UNE, organizações de esquerda revolucionária e o movimento dos sargentos abriam novas perspectivas para as lutas reformistas, nacionalistas e populares. Jorge Ferreira nos diz que:

> Para militantes sindicais, estudantis e de esquerda, surgia a oportunidade de terem o que ainda faltava para o embate com os conservadores: militares em armas. Para os sargentos, o apoio dos movimentos populares os ajudaria a pressionar a cúpula militar na supressão de arbitrariedades e discriminações que sofriam nos quartéis, "democratizando" as Forças Armadas. Para as chefias militares, no entanto, tudo aquilo surgia como algo intolerável.[162]

Ocorreu o acirramento das questões políticas, no início de 1964, com setores da classe trabalhadora, lutando pelas reformas de base e com os conflitos entre os subalternos da marinha e o Comando Militar, levando a prisões de marinheiros e fuzileiros navais e a posição de Goulart em favor dos marinheiros.

A direita conservadora vai encarar o acontecimento do automóvel clube como estopim para iniciar o golpe. Na noite de 30 de março de 1964, no automóvel clube, Goulart discursou contra a minoria que estaria levando o país à crise, denunciando os golpistas e sobre os

---

[159] "Arrumadores, Saúde, Fernão Velho e Rio Largo realizaram assembleias de apoio a Semana Nacional de Protestos". *In: A Voz do Povo*. 04 de agosto de 1962, ano XV, número 26, pp. 3-4. A Semana Nacional de Protestos consistia em atividades iniciada no dia 01 de agosto, com um grande comício no dia 06 e no dia 07 de agosto os trabalhadores não comprariam nenhum produto.

[160] "Prossegue a greve dos portuários apesar das violências policiais". *In: A Voz do Povo*. 18 de agosto de 1962, ano XV, número 30, p. 1.

[161] "Iminente nova greve no porto de Maceió - Deputado Lauro Farias solicitou d câmara envio de telegrama pedido a liberação urgente dos cem milhões de cruzeiros". *In: A Voz do Povo*. 08 de setembro de 1962, ano XV, número 33, p.3.

[162] FERREIRA, 2004(a), pp.187-188.

militares.[163] Essa foi a gota d'água para a direita, que passou a por em prática as articulações golpistas que ansiavam a mais de uma década. E, no dia 01 de abril de 1964, foi dado o golpe de estado pelas forças militares.

Caio Navarro Toledo analisou as ultimas ações de Goulart na presidência.

> [...] em termos de palavras e gestos, Goulart foi o protagonista mais eloquente do drama que se encenaria nas duas últimas semanas de março. Dois gestos de Goulart podem ser interpretados como os de um ator que, de forma desesperada e agônica, se lança de peito aberto diante de seus adversários ou algozes. Primeiro ato: sua complacência em relação à insubordinação de cabos e marinheiros no Rio de Janeiro. Ao anistiar os revoltosos, o presidente afrontou o ministro da Marinha que, dias antes, tinha punido os "rebeldes"; provocou, assim, a indignação de toda a corporação militar. Na passeata dos marinheiros que comemorava o indulto presidencial, Candido Aragão, conhecido como o "almirante vermelho" ou "almirante do povo", foi carregado em triunfo. Segundo ato: o panfletário discurso do Presidente numa assembleia de marinheiros, no Automóvel Clube do Brasil, na noite de 30 de março. Transmitido pela televisão, diante de um auditório repleto de soldados, sindicalistas e políticos nacionalistas, Goulart denunciou as forças reacionárias e golpistas. Com veemência defendeu — para a redenção do país — a necessidade de um "golpe das reformas". As palavras eloquentes e os gestos dramáticos do presidente da República muito se assemelhavam à carta-testamento de Vargas. Sem atirar contra o próprio peito, Goulart parecia decidir pelo suicídio político.[164]

Os últimos momentos que precederam o golpe em Alagoas foram de movimentação e reivindicações de trabalhadores no campo e na cidade. O ano de 1964 foi decisivo nas disputas entre os grupos dominantes e os segmentos que se manifestavam a favor das Reformas de Base, entre elas a reforma agrária cujo significado representou um impasse nas disputas sociais em Alagoas. As elites alagoanas, ligadas ao latifúndio, viam com temor a ideia da reforma agrária, porque a base de seu domínio sobre o povo estava relacionada a divisão do trabalho realizada no Estado.[165]

Paralisações aconteceram no campo. A revolta dos trabalhadores rurais com seus patrões vinha de 1963, pois não haviam pagado o décimo terceiro salário. O CGT tentou organizar em janeiro de 1964, mas sem sucesso, uma greve de cerca de 50 mil camponeses alagoanos.[166] No entanto, a revolta dos trabalhadores levou-os a uma greve, em menos de um mês depois. No dia 09 de fevereiro de 1964, cerca de 5.000 trabalhadores paralisaram as atividades, exigindo o pagamento do décimo terceiro salário. Foi um movimento de paralisação nunca visto das atividades de camponeses de várias usinas e fazendas, no entanto,

---

[163] FERREIRA, Op. cit., p. 390.
[164] TOLEDO, Op. cit., p. 23.
[165] COSTA, 2011, p. 152.
[166] "50 mil camponeses de Alagoas irão à greve pelo 13° mês de salário". *In: A Voz do Povo.* 18 de janeiro de 1964, ano XVII, número 2, p.1.

a reação patronal era bastante conhecida, com muita violência por parte dos jagunços e da polícia comprometida com as classes patronais. O movimento foi eliminado.[167]

Entre os anos de 1961-1964, o governo do Estado de Alagoas tentou frear e acabar com a organização dos movimentos sindicais e sociais. O capital privado esteve mais a vontade para realizar a exploração dos trabalhadores, uma vez que, tinham apoio do governo de direita. A classe trabalhadora alagoana perdeu muito com a vitória da direita nas eleições de 1960, no entanto, conseguiu acompanhar o movimento nacional de lutas pelas reformas de base e por conquistas democráticas. A classe trabalhadora viveu entre 1945-1964, um momento radical e contestador. Sua ascensão aconteceu a partir de 1956, no governo de Muniz Falcão, chegando ao seu ápice entre 1961 e 1964, com uma união nunca vista entre as categorias de trabalhadores, organização e ação efetiva de várias manifestações, comícios, paralisações e greves. Contudo, os trabalhadores e a esquerda alagoana foram nocauteados com o golpe de 1964.

Analisando as fichas do DOPSE-AL, encontramos algumas fichas de operários têxteis, constando informações como profissão, se pertencia ao PCB e algumas observações sobre atividade considerada subversiva. Em algumas fichas havia informação acerca dos que foram presos durante o golpe militar de 1964.

> ***Maria da Conceição (Maria Chorona)***
> Profissão: Operária Local do Trabalho: Fábrica Carmen.
> Observações: Participou de todos os movimentos subversivos, fazendo greves na Fábrica Carmen. Fazia parte da Ala Feminina Comunista. Foi presa durante a Revolução de 31 de março de 1964. Segundo informes, continuou a fomentar greves no meio operário.
> ***Maria José da Conceição***
> Profissão: Operária Local do Trabalho: Fábrica Carmen
> Alagoana
> Observações: OPERÁRIA DA FABRICA CARMEM - grevista. Participava de reuniões subversivas programadas pelo CGT no Sindicato Têxtil. Apoiava movimento grevista de origem subversiva. Presa durante a Revolução de 31 de março de 1964.[168]
> ***Arlindo Lopes Ferreira***
> Profissão: Operário Local do Trabalho: Fernão Velho - Fábrica
> Sindicato a que pertence: Sindicato Têxtil - Fernão Velho
> Observações: ELEMENTO que agia no centro Fabril de Fernão Velho mantinha ligações com os comunistas Rubem Colaço, Rubem Ângelo, participou ativamente de uma greve naquele centro, juntamente com outros elementos esquerdistas movimentando e orientando. Foi preso após a Revolução de 31 de março de 1964.[169]
> ***José Cândido Graça***
> Residência: Saúde

[167] "5000 camponeses paralisam o trabalho nas fazendas e usinas pelo cumprimento das leis". *In: A Voz do Povo.* 09 de fevereiro de 1964, ano XVII, número 5, p.4.
[168] Arquivo Público de Alagoas. DOPSE, pasta 11, pp. 18 e 19. Grifos nossos.
[169] Arquivo Público de Alagoas. DOPSE, pasta 15, p. 5. Grifos nossos.

Operário Local do Trabalho: Cotonifício Nogueira
Sindicato: Sind. Trab. Fiação e Tecelagem - Saúde Alagoano
Observações: Pertencia ao Sindicato Têxtil de Saúde, onde desenvolvia atividades subversivas, apoiando greves e outros movimentos de caráter esquerdista. FOI preso durante o movimento Revolucionário de 31 de março de 1964.[170]

No dia 01 de abril de 1964, com o golpe instaurado, aconteceu mais de uma centena de prisões, encarcerando dezenas de lideranças políticas e sindicais: Jaime Miranda, Rubens Colaço, Nilson Miranda, Ruben Ângelo, dezenas de operários têxteis, etc. O jornal *A Voz do Povo* foi destruído pelas forças policiais e saqueado por populares. A Federação dos Trabalhadores foi fechada e o CGT também desativado com a prisão dos líderes. Vários sindicatos sofreram intervenção do governo, o sindicato dos têxteis de Fernão Velho foi um deles. A democracia incipiente iniciada em 1945 não resistiu a uma transição para uma democracia participativa, no qual os setores progressistas e a classe trabalhadora conquistariam mais espaços no jogo democrático.

[170] Arquivo Público de Alagoas. DOPSE, pasta 15, p. 13. Grifos nossos.

2. A ECONOMIA TÊXTIL EM ALAGOAS: O SURTO INDUSTRIAL TÊXTIL NO FINAL DO SÉCULO XIX E SUA CONSOLIDAÇÃO COMO IMPORTANTE ATIVIDADE ECONÔMICA NO SÉCULO XX

Iremos brevemente fazer um histórico da indústria têxtil no Brasil e analisar como se deu esse processo em Alagoas. Com dados das fábricas, como números de salários pagos aos trabalhadores, valores pagos aos acionistas e diretores das fábricas e o valor da produção podemos visualizar com maior propriedade o universo em que esses operários estavam inseridos.

2.1. Industrialização Têxtil Brasileira

No século XIX, houve dois grandes movimentos na América Latina que modificaram de maneira permanente sua história: as lutas e guerras de independência e o outro foi o processo de industrialização ocorrido nos países latino americanos. O processo de industrialização foi lento e desigual no qual todo país constituiu sua própria dinâmica na implantação das indústrias. Como em outros países da America Latina, o processo de industrialização do Brasil no século XIX foi mais vagaroso que os teóricos previam.[171] Com a larga expansão da agricultura e do comércio para atender as nações que se industrializavam, elas "continuaram a ser os pilares exclusivos da economia nacional. À sombra desse edifício, a indústria têxtil cresceu com dificuldades".[172]

O governo imperial era muito criticado pelas políticas empregadas na indústria e pelo amplo favorecimento as atividades agrícolas, suas políticas financeiras não incentivavam investimentos devido a impostos e taxas. Os investidores, em sua maioria das elites, preferiam os títulos governamentais porque eram isentos de impostos.[173] Outra ação que limitou a crescimento da indústria têxtil foi:

> A tentativa do governo imperial de exigir das associações anônimas garantias adequadas para os seus eventuais acionistas sem dúvida limitou ainda mais a expansão industrial até a década de 1890. A história das sociedades por suas ações na segunda metade do século XIX consiste no relaxamento gradual da supervisão paternalística a que estavam submetidas. De acordo com o código Comercial brasileiro de 1850 e a lei de 22 de agosto de 1860, as sociedades por ações só podiam ser constituídas com autorização do governo imperial. Primeiro, o conselho

[171] STEIN, 1979, p.20.
[172] Ibid., Ibidem.
[173] Ibid., p.24.

> de estado examinava o projeto da companhia para avaliar o seu cabedal e para verificar se ela não visava o monopólio dos gêneros alimentícios.[174]

Essa intervenção era considerada como tutela do governo para com os industriais e realmente dificultava investimentos. Somente a partir de 1882 se criou uma política mais branda com relação à formação das sociedades que ofereciam garantias aos investidores e fixava responsabilidades para as sociedades anônimas.

A produção de algodão no Brasil no século XIX não fora muito expressiva, mas bastava para a produção nacional e tinha certo mercado consumidor fora do país. Rui de Albuquerque em sua pesquisa apresenta a "evolução relativa das exportações brasileiras" no qual o algodão entre 1821-1830 correspondia a 20,6% dos produtos exportados, ficando atrás do açúcar 30,1% e superando o café (18,4%) das exportações brasileiras. No entanto, com a grande ascensão do café e o decréscimo das exportações de algodão entre os anos de 1851-1860 entre os produtos exportados a porcentagem foi: o algodão ficou com 6,2%, o açúcar com 21,2% e o café com 48,8% do que era exportado do Brasil.[175]

A produção de algodão brasileiro assim como a própria produção têxtil era dependente e sobreviveu entre crescimentos e declínios, devido às intempéries internacionais. Durante a Guerra da Secessão (1861-1865) nos Estados Unidos da América, conflito entre estados do Norte e do Sul do país,[176] o Brasil aumentou a exportação de algodão. No entanto, alguns anos depois "os Estados Unidos voltaram a inundar o mercado inglês," como podemos ver na tabela II.

Tabela II - Exportações de algodão em toneladas: Brasil - Estados Unidos.

	Media anual do período	
Quadriênio	**Brasil**	**EUA**
1861-1864	14.900*	4.300
1865-1868	37.700	315.800
1866-1872	50.700	258.100
1872-1876	41.900	634.600

*Nesses dados computaram-se apenas as exportações de 1862-63-64.
Fonte: Médias para o Brasil, Quadro I.3: Médias para os EUA.[177]

[174] Ibid., pp.24-25.
[175] ALBUQUERQUE, 1982, p.36.
[176] Com a Vitória da Abram Lincoln nas eleições presidenciais de 1860, houve uma ruptura política entre os estados do Sul, baseados no latifúndio e escravismo e os estados do Norte, industrializados, que defendiam o fim da escravidão para incorporar a massa escrava ao mercado. A guerra terminou em 1865 com a rendição das tropas sulistas.
[177] Ibid., p.43. *Apud* CANABRAVA, 1951, p.301.

Mesmo o Brasil exportando mais que o triplo dos EUA durante os primeiros anos da Guerra da Secessão, no quadriênio seguinte, o algodão americano volta a dominar o mercado inglês. Albuquerque afirma que uma das saídas encontradas anos depois para o algodão brasileiro foi, além da Inglaterra, exportar para a França.[178]

Ao contrário do que se possa imaginar, o primeiro núcleo fabril brasileiro não foi no Sudeste, mas sim no Nordeste, especificamente na Bahia. Até o final da década de 1860, o Nordeste detinha o maior número de fábricas têxteis, sendo superado nos anos 1870 pelo sudeste, quando Minas Gerais passou a ser o estado com maior número de indústrias do país. Stein fez uma estimativa da distribuição geográfica das indústrias têxteis pelo Brasil de 1866-1885, o que observaremos abaixo.[179]

Tabela III – Estimativas da Distribuição Geográfica das Fábricas de Tecidos de Algodão, 1866 – 1875 – 1885*

Província	1866	1875	1885
Maranhão		1	1
Pernambuco		1	1
Alagoas	1	1	1
Bahia	5	11	12
Rio (cidade, província)	2	5	11
São Paulo		6	9
Minas Gerais	1	5	13
Total	**9**	**30**	**48**

*Essas estatísticas indicam a tendência geral.
Fontes: segue na página 21, Op., cit., lista de material utilizado – três documentos nacionais e dois relatórios em língua inglesa.

Os números apresentados por Stein mostram a mudança ocorrida na produção de tecidos no Brasil que passa do Nordeste para o Sudeste e isso se deu de forma definitiva na história brasileira. Existem vários motivos que tornaram a região Sudeste o centro industrial brasileiro. Temos o Rio de Janeiro que se tornou a capital e o principal centro administrativo do império. Seu crescimento populacional se deu por causa de um número maior de escravos e cidadãos livres. O café se tornou o principal produto de exportação brasileiro, levando as cidades do Rio de Janeiro e Santos a se firmarem como os maiores portos do Brasil. Os

[178] Ibid., Ibidem.
[179] STEIN, Op., cit., p.36.

principais investimentos na indústria têxtil vinham dos cafeicultores paulistas e cariocas. O Sudeste já era o maior produtor de algodão do país. A Guerra da Secessão contribuiu de duas formas, como podemos observar em Stein.

> O colapso do *boom* algodoeiro que se desenvolvera no Brasil durante a guerra civil americana representou um novo incentivo para indústria têxtil do algodão. São Paulo havia expandido sua produção de algodão e o reinício das exportações desse produto pelos Estados Unidos, após 1865, deixou o Brasil com excedentes baratos de algodão, o que favoreceu a fundação de fábricas tanto em São Paulo como no Rio. Havia, ainda, a força hidráulica em abundância perto do Rio e nas províncias de Minas e de São Paulo.[180]

Esses fatores tiveram consequências em curto prazo como a transformação do Rio de Janeiro[181] no principal núcleo fabril têxtil do país no final do século XIX e o distanciamento entre a produção industrial das regiões brasileiras, o qual aconteceu aceleradamente no século XX.

Até o final do século XIX o recrutamento e treinamento dos operários nas fábricas brasileiras foram feitos a partir da ideologia escravagista. O tratamento dado por produtores de café e açúcar era o mesmo que aos industriais. "Não eram muito melhores as oportunidades que se ofereciam aos trabalhadores especializados estrangeiros – mestres de fiação e tecelagem".[182] Stein afirma que os estrangeiros serviam para por as fábricas em funcionamento, mas depois eram absorvidos pela massa de trabalhadores sem distinções ou retornavam para a Europa. A indústria do algodão, que fora um pequeno segmento da indústria nacional, "contribuiu pouco para alterar a atitude dos proprietários em relação aos trabalhadores".[183]

Em boa parte das primeiras fábricas de tecidos, o trabalho escravo era empregado e o número de homens livres era pequeno. Embora a tendência geral fosse das fábricas abandonarem o trabalho escravo a partir de 1850, com o trabalho assalariado urbano e a imigração europeia[184] crescentes, o trabalho escravo permaneceu em algumas indústrias até a abolição. As práticas paternalísticas e o tratamento advindo das relações rurais perdurou por vários anos.

---

[180] Ibid., p.37.
[181] O estado do Rio de Janeiro somado ao Distrito Federal era o principal centro fabril no Brasil. Mesmo o Estado de Minas Gerais até meados de 1920 comportou o maior número de fábricas. Em São Paulo e no Rio de Janeiro o número de fusos, teares e operários era maior, constituindo os maiores produtores de tecidos.
[182] Ibid., p.63.
[183] Ibid. Ibidem.
[184] Foi necessária a contratação de trabalhadores europeus especializados, não só por sua habilidade técnica, mas também para adestrar a inexperiência da força de trabalho local. Ibid., p.64.

Já escrevemos acima que as questões internacionais, principalmente o que ocorria com a Inglaterra afetava a produção e a dinâmica da agricultura e indústria brasileira. Stein nos diz que as consequências da Primeira Guerra Mundial que além do crédito fácil, o mais importante, foi o monopólio do mercado interno.[185] Uma grande oportunidade para industriais têxteis com maiores possibilidades técnicas, pois teriam a chance de:

> [...] abastecer os consumidores de um largo cinturão ao longo de toda costa do Brasil, de Belém, no norte, ao Rio Grande, no Sul. Os trabalhadores rurais, os operários fabris, os empregados domésticos, os artesãos e inúmeras categorias de trabalhadores urbanos mal remunerados- todos precisavam de brins, casimiras de algodão [...] e outros tecidos de algodão para a confecção de calças e paletós para homens, saias, blusas, jaquetas e roupas íntimas para as mulheres.[186]

Esse mercado foi ocupado com a retração das importações passando a vender seus produtos por todo o Brasil, fomentando o surgimento de novas fábricas,[187] devido à febre da industrialização que levou muitos a investir em fábricas já existentes como na construção de outras.

Essa prosperidade durou até meados da década de 1920, dando mostras do seu esgotamento a partir de 1926, sobretudo com o declínio dos preços das mercadorias causado pela superprodução.[188] A indústria têxtil de algodão sofreu as consequências da crise e sobreviveu a elas com dificuldade. Durante a década de 1930, com a chamada revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder, o setor industrial recebeu incentivos governamentais para manter, mesmo instável, sua produtividade, que obteve um novo impulso com a Segunda Guerra Mundial.

2.2 – A Solitária Fábrica em Fernão Velho e o Surto Industrial Alagoano Nos Fins do Século XIX

---

[185] Ibid., p.116.

[186] Ibid., Ibidem.

[187] No biênio 1913-1914, foram inauguradas duas fábricas em Alagoas: em 1913 a Fábrica São Miguel, na cidade de São Miguel dos Campos e em 1914 a Fábrica Santa Margarida, na capital Maceió no bairro portuário de Jaraguá.

[188] Ibid., p.123. Há um considerável aumento das exportações brasileiras de produtos de algodão, principalmente ingleses, a partir de 1924. E em 1925 ocorreram as maiores importações de máquinas e acessórios têxteis. Acreditamos que os industriais podem ter sido iludidos pelas grandes exportações de algodão e o crescimento da produção acreditando que a prosperidade iria durar muitos anos a mais e que o possível declínio no futuro não seria tão grave como a realidade os mostrou. Os industriais tentaram várias soluções, mas sem sucesso o que levou a uma queda progressiva porque os fatores da crise escapavam do controle e ação dos industriais brasileiros.

Ao nos depararmos com a história da industrialização brasileira, encontramos Alagoas como um dos pioneiros estados no Brasil a possuírem indústria. No entanto, isso não significou uma industrialização para o Estado nem uma mudança repentina dos costumes alagoanos, nem mesmo na capital, o que só aconteceu a partir de 1890 com um surto industrial a partir da criação de fábricas têxteis e indústrias açucareiras.[189]

A Companhia União Mercantil[190], sociedade anônima com sede em Maceió, mas instalada em Fernão Velho,[191] foi fundada em 1857 "por iniciativa do Sr. comendador José Antônio Mendonça, Barão de Jaraguá", em cuja casa se realizaram as primeiras reuniões e sessões da primeira diretoria composta de "S. Ex. e mais dos cidadãos Manoel do Nascimento Prado e Manoel Vasconcelos Junior. Foi seu primeiro gerente o cidadão Antônio da Silva Lisboa".[192] A União Mercantil surgiu de forma tímida, assim como a maioria das fábricas brasileiras, passando longe do grupo das 28 maiores indústrias têxteis do país que iniciaram a partir de 1.0000:000$000 (mil contos de réis). Seu capital primitivo foi de 150:000$000 (cento e cinquenta contos de réis) e foi aumentando parcelada e sucessivamente até Rs. 650:000$000 e afinal, por deliberação da assembleia geral de 15 de abril de 1908, elevado a 1.0000:000$000 (mil contos de réis).[193]

Stein afirma que as fábricas geralmente contratavam estrangeiros por determinado número de anos, o que não podemos confirmar no caso da fabrica alagoana; no entanto, sabemos que no ano de 1866 a fábrica com 1.625 fusos e 40 teares possuía oito estrangeiros, ao lado de trina e cinco operários nacionais.[194] Não sabemos, entre os brasileiros, quantos eram brancos, negros e se havia escravos empregados, mas temos a hipótese de que havia operários escravizados pelo fato de seu proprietário, o Barão de Jaraguá, ser um grande senhor de engenho e possuidor de muitos escravos o que facilitaria empregar seus escravos em seu novo empreendimento (É sabido que, até a abolição, homens escravizados trabalharam em indústrias brasileiras).

---

[189] A primeira indústria açucareira alagoana foi a Usina Brasileiro fundada em 1892. A modernização na indústria do açúcar em Alagoas ocorreu com certo atraso, já que em Pernambuco em 1884 iniciou esse processo. ANDRADE, 1997, p.35.

[190] A Companhia União Mercantil quando foi comprada pelo grupo Othon, em 1943, passou a se chamar **Fábrica Carmem**. Ela é comumente conhecida pela população local pelo nome de Carmem e poderemos utilizar esse nome para designá-la mesmo quando nos referimos a ela no período anterior à mudança de nome. Era também conhecida por fábrica Fernão Velho, pois o distrito por ser afastado do centro de Maceió suscitava a dúvida se Fernão Velho pertencia a Maceió ou se havia se tornado município.

[191] Fernão Velho é distrito de Maceió, mas no período da instalação era povoado pertencente aos municípios de Santa Luzia do Norte e Maceió. Devido à quantidade de capital que circulava na fábrica e os impostos que pagava, houve disputas pelo povoado que, por certo período, pretendeu se emancipar. No entanto foi anexada a capital Maceió.

[192] MARROQUIM, 2000, p.201. Acreditamos que sua esposa fez arte da primeira diretoria.

[193] Ibid., Ibidem. A partir de 1908 esteve sob a direção do comendador José Teixeira Machado.

[194] STEIN, Op., cit., p.64.

Na década de 1890 foram instaladas sete usinas açucareiras[195] e quatro indústrias têxteis,[196] que surgiram depois de muitas tentativas num balé entre investidores e governo provincial e federal. No município de Rio Largo[197], a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, Fábrica Cachoeira, incorporada por Propício Barreto, organizada em sociedade anônima por ações, com capital inicial de Rs. 300:000$000 (trezentos contos de réis), começou a trabalhar em 1890,[198] quintuplicando este capital até a década de 1920. A primeira direção foi composta dos Srs. José Januario de Carvalho, José Teixeira Machado e Propício Barreto.[199]

O serviço de fiação ocupava 18.000 fusos e o de tecelagem, 550 teares. O número total de operários era de 1.112 divididos entre 290 homens, 526 mulheres e 296 crianças de ambos os sexos, os quais ganham um salário entre 1$000 e 10$000, por oito horas de serviço.

Foi organizada em 30 de setembro de 1892 A Companhia Progresso Alagoano pelo comendador J. A. Teixeira Basto e Propicio Barreto, e em sua diretoria além dos donos estava Manuel Balthazar Pereira Diégues Junior.[200] A fábrica começou a funcionar no ano de 1895, era composta de máquinas inglesas e utilizava somente algodão alagoano. A Companhia Progresso Alagoano estava localizada no município de Rio Largo, próximo a Companhia Alagoana que por sinal tinha Propício Barreto com um dos proprietários das duas indústrias têxteis.

O historiador Golbery Lessa levantou a hipótese de que a história de Alagoas não é a história do açúcar,[201]argumento do qual concordamos. O fato da cana de açúcar ter sido introduzida com mais de um século de antecedência em relação ao algodão e a indústria têxtil alagoana ter entrado em declínio a partir dos anos 1960 gerou um mito do poder absoluto da economia canavieira na história alagoana. Nomes como o Comendador Teixeira Basto, Propício Barreto e o Comendador José Antônio Mendonça (Barão de Jaraguá), no século XIX; assim como Delmiro Gouveia, criador da Fábrica da Pedra e Gustavo Paiva, diretor e depois dono das fábricas: "Alagoana" e "Progresso" na cidade de Rio Largo, no século XX,

---

[195] ANDRADE, Op., cit., pp.42-43-44. Esses dados foram retirados do "quadro I: usinas instaladas em Alagoas até 1920".
[196] LESSA, 2008, p.12.
[197] Na época de sua fundação, a Fábrica Cachoeira estava localizada na Comarca e Santa Luzia do Norte. A partir de 1915, passou a fazer parte da cidade de Rio Largo, devido sua emancipação.
[198] Em LESSA (Ibid., Ibidem) a data de funcionamento da Fábrica Alagoana é 1893, no entanto consideramos a data de 1890, dita por Marroquim, como a real, pois o autor além de ser contemporâneo da fábrica, possuía acesso fácil a informações das mesmas.
[199] MARROQUIM, Op., cit., p.192.
[200] Este é pai do sociólogo e professor Manoel Diégues Junior, que deu grande contribuição para historiografia alagoana.
[201] LESSA, 2008.

revela que figuras fundamentais no processo político e econômico no Estado durante os séculos XIX e XX, eram industriais têxteis. Uma Fábrica têxtil era bem mais poderosa que uma Usina sucroalcooleira e esse poder refletia nas relações políticas e sociais.[202] O poder econômico e político da indústria têxtil sobrepôs ao da cana de açúcar – que nunca deixou de ter importância – até meados do século XX.

As fábricas de tecido foram ao final do século XIX e XX aumentando os maquinismos, número de operários e sua capacidade produtiva, acompanhando o movimento nacional com seus altos e baixos. Poderemos ver a tabela III que se refere ao ano de 1920.

TABELA IV - Capacidade produtiva e quantidade de operários nas primeiras fábricas têxteis Alagoanas no ano de 1920*

Companhia Têxtil	Fusos	Teares	Operários	Mulheres	Homens	Crianças**
C. União Mercantil	16.554	550	850	520	330	
C. Alagoana de Tecidos	18.000	550	1.112	526	290	296
C. Progresso Alagoano	8.164	300	810***			
Industrial Penedense		230	500			
Fábrica Alexandria	3.400	120	300	160	80	60

*O autor utiliza relatórios até o ano de 1920, mas pode ser que ele tenha utilizado alguns dados até o ano de 1922. Os quadros vazios na tabela significam dados não informados pelas fontes.
**Crianças de ambos os sexos, pois as fontes não especificaram os sexos das crianças.
***Nas informações sobre número de operários da C. Progresso Alagoano, consta que havia 101 fiandeiros e 209 tecelões, não especificando quantos homens e mulheres.
Fonte: MARROQUIM (Op., cit.,) entre as páginas 182 e 204. Informações colhidas com as fábricas para a confecção do livro.

O que podemos analisar primeiramente é que mesmo com os investimentos e grande aumento em número de fusos e teares,[203] as indústrias têxteis alagoanas não se aproximavam das grandes companhias brasileiras. Importa ressaltar o grande contingente operário nas cidades se levarmos em conta o número reduzido de moradores das cidades nas primeiras décadas do século XX, como na pequena cidade de Rio Largo, com duas fábricas têxteis e uma população operária de quase duas mil pessoas.

A implantação do sistema de fábrica com vila operária modificou a paisagem e a forma de moradia das cidades fabris. Introduziu um número maior de mulheres que homens na atividade industrial têxtil, fazendo-as participar ativamente da renda familiar, além de ter dado início a uma série de transformações nos costumes com sua saída de casa. E mesmo sem

[202] Ainda nesse capítulo iremos confrontar os números das duas indústrias.
[203] A Fábrica Alexandria, localizada em Maceió, no ano de 1920, aprovou aumentar o número de teares para 320 e de fusos para 6.400.

a informação sobre todas as fábricas referente à utilização de crianças no trabalho, acreditamos que a prática foi largamente utilizada em Alagoas. Os números acima, iconografias da época, memória dos operários, os Censos pesquisados apresentavam grande número de crianças proletárias nas décadas de 1940-1950-1960, seguindo uma prática de décadas anteriores.

2.2.1 – A Indústria têxtil consolidada como importante atividade econômica

A indústria têxtil em Alagoas vai figurar entre as grandes atividades econômicas do estado durante muitos anos. "Após um primeiro momento de consolidação vivido entre a última década do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, a indústria têxtil alagoana chegou ao seu amadurecimento entre os anos de 1930 e 1950". Nesses anos apresentou para o estado a "[...] configuração que a colocava como polo decisivo de uma alternativa progressista de desenvolvimento". [204]

Mas não pensemos que esse caminho, dito por Lessa foi brando, ela enfrentou um tortuoso percurso. A crise da superprodução em 1929 e sua extensão durante os anos 1930 intensificou a disputa entre as indústrias têxteis brasileiras pelo mercado interno trazendo consequências ruins principalmente para as indústrias nordestinas. Diferentemente da Inglaterra que possuía uma indústria têxtil com alcance global, as companhias de tecidos brasileiras tinham como principal mercado os próprios estados da federação, o que dificultava uma rápida reação perante a crise acirrando a concorrência entre as fábricas brasileiras.

A concorrência entre as regiões do país era claramente desigual pelo aparato econômico das empresas da região Sudeste e também pela força política conseguida após a chamada "Revolução de 1930", com a subida da burguesia industrial ao poder político, e principalmente a que se localizavam no eixo Rio - São Paulo. Para exemplificar temos:

> Dois conceituados industriais foram convidados a ocupar posições-chaves no governo de Vargas: Manoel Guilherme da Silveira assumiu a presidência da maior instituição bancaria do país, o Banco do Brasil; o industrial Jorge Street assumiu a chefia da divisão industrial do ministério do trabalho.[205]

Dentro da nova conjuntura formada a partir de 1930, os empresários têxteis não tiveram dificuldades em conseguir empréstimos do Banco do Brasil para sobreviver à crise. Dentro da busca de alternativas os grandes grupos industriais que, naquele momento,

---

[204] LESSA, Op., cit., p.3.
[205] STEIN, Op., cit., p. 145.

compunham lugares estratégicos na política e economia, pressionaram o governo que promulgou "o decreto de 07 de março de 1931. Esse decreto restringia a importação de maquinaria para todas as indústrias consideradas em estado de 'superprodução".[206] Já o decreto nº 19.739 restringiu por dois anos a importação de máquinas. No dia 13 de maio do mesmo ano, a indústria têxtil foi declarada em estado de superprodução.

Esse último decreto citado expandiu a distância entre as grandes empresas já consolidadas e as que não renovaram seus maquinismos anteriormente, causando desconforto e indignação nos industriais nordestinos. No entanto:

> [...] essa é uma realidade que se apresentou de forma diferenciada em outras companhias. Mesmo sofrendo um pouco com a depressão norte-americana, a indústria têxtil acabou sendo favorecida politicamente com o enfraquecimento da aristocracia do café, que perdeu muito mais com a crise de 1929, já que dependia exclusivamente de mercados externos. Desta maneira, indústrias alagoanas, como a Progresso Alagoano, a União Mercantil, a Norte Alagoas e a Alexandria, não mostraram em seus relatórios graves consequências provocadas pela crise no mercado internacional. Por outro lado, algo sempre citado nos relatórios era a dificuldade em proporcionar melhorias para o barateamento de seus produtos, diante das limitações do decreto governamental.[207]

Uma das alternativas dos empresários alagoanos foi prolongar as horas de trabalho dos proletários elevando a produção e diminuindo o custo. Porém, devido a pressões dos operários o governo instaurou o regime de 8 horas diárias de trabalho. As tentativas de baratear os produtos eram de alcançar o público fora das capitais que mesmo atingido pela crise precisava de roupas, sacos e meias.

O decreto foi prorrogado e durou até 31 de março de 1937. O impedimento da compra de maquinários estrangeiros teve a intenção de minar a concorrência e criar o monopólio da produção de tecidos, o que não deu certo, mas atrasou o progresso técnico da indústria brasileira, pois dentro da lógica do capitalismo mercantil, "mesmo não sendo o mercado exportador o objetivo de início desses industriais têxteis, o avanço técnico é um aliado decisivo no aumento e barateamento dos produtos."[208] Processo que só vai ser amenizado com a eclosão da Segunda Guerra mundial e a procura pelos produtos brasileiros.

Com o objetivo de tornar público para o governo Vargas o poderio da indústria têxtil alagoana, a Associação Comercial de Maceió publicou um livreto intitulado *Alagoas na Economia do Brasil*.[209] A Associação apresentou os seguintes números: em 1932 o setor

---

[206] Ibid., Ibidem.
[207] NERI e SALDANHA DE OLIVEIRA, 2011, p.17. Informações conseguidas no *Diário Oficial de Alagoas*. 25 de fevereiro de 1933.
[208] Ibid., pp.21-22.
[209] ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE MACEIÓ. *Alagoas na Economia do Brasil*. Maceió: Casa Menezes, 1933.

canavieiro possuía 27 usinas e 700 engenhos, alcançou 52.388.580$000 (cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e oito contos, quinhentos e oitenta mil-réis) de valor de produção. No mesmo ano, com a cadeia produtiva de 10 fábricas de fiação e tecidos, produziu 40.516.800$000 (quarenta mil, quinhentos e dezesseis contos e oitocentos mil réis). O núcleo têxtil representava 43,6% do produzido pelos dois setores,[210] elevando a indústria de tecidos a uma posição de destaque na economia alagoana.[211]

Lessa calculou o valor médio da produção por unidade fabril no início dos anos 1930:

> A partir de dados apresentados na mesma fonte sobre o total de capital invertido nas usinas e nas fábricas têxteis, pudemos calcular que uma usina possuía em média um capital de 3.009.556$000 e uma fábrica têxtil, 5.763.383$000. Ou seja, uma fábrica representava quase o dobro de poder econômico de uma usina.[212]

Um fato interessante ligado à produção têxtil é que depois dos anos 1930, não criaram mais fábricas e esse número só diminuiu, mesmo sendo um negócio altamente atrativo e que gerava mais lucro que outros setores industriais no Estado. Pensamos em algumas possibilidades que ajudam a compreender este fato. 1) Por ser mais caro implantar uma Fábrica Têxtil. 2) Pela facilidade de crédito para com a agricultura da cana de açúcar com o Instituto do Açúcar e do Álcool contribuindo para o fim do crescimento. 3) Por haver muitas usinas sendo criadas a partir da união de senhores de engenho, que escolhiam investir e arriscar seu capital em uma atividade onde possuíam larga experiência. 4) Pela existência do decreto nº 19.739 que restringiu até 1937 a importação de maquinários, além de estancar o crescimento técnico, diminuindo a possibilidade de surgimento de fábricas que agora nasciam a partir da compra de maquinismos antigos de indústrias que se modernizavam.

Ao final da década de 1940 o número de estabelecimentos relacionados à indústria em Alagoas era 1.139, já no final da década de 1950 era 1.594.[213] O que representa cerca de 40% de crescimento em dez anos. O estado estava se modernizando e nesta década a população urbana aumentou de maneira rápida. O início da 2º Guerra Mundial, em setembro de 1939, trouxe um novo impulso para um setor que estava saindo de uma crise.

No balanço do ano de 1939, a diretoria da Fábrica Alexandria (M Lobo e CIA) apresentou no relatório encaminhado, no dia 27 de março de 1940, aos acionistas que "Os negócios de tecido estiveram, em geral, em situação precária, até o mês de setembro, quando, em consequência da exportação desses para alguns países da América do Sul, especificamente

---

[210] LESSA, Op., cit., p.3.
[211] Havia fabriquetas de descaroçar algodão, porém, elas representavam muito pouco nesses números.
[212] LESSA, Op., cit., pp.3-4.
[213] "Confronto dos resultados dos censos de 1950 e 1960". *Censo industrial de 1960_PB_PE_AL.* p.65.

a República da Argentina, por influência da deflagração da guerra europeia, se modificou tal situação". E obteve o lucro de cerca de 1.343:650$000 (mil trezentos e quarenta e três contos e seiscentos e cinquenta mil réis). O balanço positivo na empresa é condicionado pela eclosão da guerra e esse vai ser o tom dos discursos das outras Indústrias têxteis.[214]

A Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos possuía três fábricas: fábricas Progresso e Cachoeira, na cidade de Rio Largo e Fábrica Vera Cruz, em São Miguel dos Campos. No relatório, apresentado pela diretoria, referente ao ano de 1939, afirmou que os primeiros seis meses não foram bons, mas com a elevação do preço do algodão e a procura que se deu em setembro o movimento foi intenso, terminando o ano com balanço satisfatório. O capital social da companhia era de 10.000:000$000 (dez mil contos de réis), a manufatura gerou em contos de réis 4.232:201$620, e o lucro líquido da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos foi de 1.002:988$090 (mil e dois contos, novecentos e oitenta e oito e noventa mil réis).[215]

Com números também satisfatórios no ano de 1939 a Companhia Norte Alagoas, localizada no povoado de Saúde, bairro de Ipioca, em Maceió, apresentou para seus acionistas no Diário Oficial o crédito da venda de produtos manufaturados (em contos de réis) no valor de 2.321:780$900 e de um débito de 1.067:770$190, e como resultado dessa conta um lucro líquido de 1.254:010$410 (em contos de réis). E esse lucro foi distribuído da seguinte forma: fundo de reserva (125:401$000), Diretoria (112:860$900), Fundo de Reparação (101:574$800), Fundo de depreciação (101:574$800), Dividendo de 12% aos acionistas (264:000$000) e Reserva para a compra de uma caldeira e uma turbina (548:598$910). Esses dados apresentados no balanço mostram que a companhia pretendia aumentar sua capacidade produtiva em alguns anos porque estava confiante na mudança positiva do mercado.[216]

Dos relatórios analisados, a única fábrica que não apresentou um bom lucro foi a Companhia União Mercantil, em Fernão Velho. No entanto, o baixo lucro é justificado pela modernização da fábrica e investimentos no bairro e na vila operária. Houve a restauração da fábrica, a compra de uma caldeira. Investiu-se também na construção de 65 novas casas para a vila operária, o que gastou cerca de 422:000$000 (quatrocentos e vinte e dois contos de réis). A diretoria da Companhia resolveu que o pequeno lucro seria transformado em reserva.[217]

A Segunda Guerra Mundial fez com que a indústria têxtil brasileira aumentasse muito suas exportações sem ter que fazer grandes transformações em seus maquinários. As fábricas de todo o país se beneficiaram com o novo momento econômico. No entanto, o pós-guerra

---

[214] Diário Oficial do Estado de Alagoas. 27 de março de 1940, pp11-12.
[215] Diário Oficial do Estado de Alagoas. 28 de março de 1940, pp.6-7.
[216] Diário Oficial do Estado de Alagoas. 27 de março de 1940, p.10.
[217] Diário Oficial do Estado de Alagoas. 27 de março de 1940, pp10-11.

lançou as indústrias em um momento complicado com o barateamento do produto e a volta da disputa com a mercadoria internacional. Nesse momento, o déficit técnico da indústria têxtil brasileira vai fazer com que seja mais problemático encarar a concorrência. Veremos os números nos anos de 1946 que a indústria têxtil alagoana ainda se beneficia com a guerra e no ano seguinte a queda nos lucros com a baixa nos preços.

A Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos passou a possuir duas fábricas: Progresso e Cachoeira, em Rio Largo, com um ano satisfatório em 1946.[218] Foi um ano com muitos investimentos, o prédio passava por reformas e muitos maquinários estavam sendo substituídos, além disso, em 1946, construíram mais 46 casas na vila operária, remodelaram 47 adaptando serviço sanitário completo e em 77 casas da vila adicionaram sanitário e fossa. As fábricas venderam (em cruzeiros) Cr$ 23.527.935,70.[219] Com um lucro aproximadamente (em cruzeiros) de Cr$ 14. 116.492,20.[220] Já no ano de 1947, há uma queda nesses valores, exposta no relatório pela diretora no início de 1948.

> O ano de 1947, [...] se caracterizou pela grave crise na indústria de tecidos do nosso país, resultante da falta de mercado para o volume crescente da nossa produção, trazendo absoluta falta de negócios e consequente queda de preços. Essa perigosa situação, que prevaleceu por vários meses, foi prontamente debelada em virtude das medidas tomadas pelo Governo Federal, destacando-se entre estas, a reabertura da exportação para o estrangeiro, pelo que, tivemos a satisfação de encerrar o exercício com o mercado em posição mais estável.[221]

A falta de mercados era fruto da reorganização do setor no pós-guerra, elevando a concorrência e diminuindo o preço dos tecidos. A Companhia consegue se estabilizar e vai ter um lucro aproximado de Cr$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros). Houve uma diminuição de mais de quatro milhões de cruzeiros na margem de lucro entre 1946 e 1947.

O mesmo aconteceu na Fábrica Alexandria, que em 1946 completa as obras no prédio para as secções de embalagem e almoxarifado e a ampliação para uma nova turbina e tem um lucro considerado muito bom pela diretoria.[222] Já no ano de 1947 além dos problemas do mercado, a fábrica enfrentou muitos problemas com energia elétrica, fornecida pela Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil. Ocorreram várias interrupções ao longo do ano, a fábrica chegou a ficar paralisada por quinze dias ao ter os transformadores danificados. A

---

[218] Nos relatórios vistos no Diário Oficial a partir de 1947, a fábrica Vera Cruz estava sob o controle de nova diretoria e aparece sob o nome de Companhia de Fiação e Tecidos São Miguel. Com novos proprietários.

[219] A partir de 01 de novembro de 1942, entrou em circulação o Cruzeiro como nova moeda brasileira. Um cruzeiro equivalia a mil réis.

[220] Diário Oficial do Estado de Alagoas. 21 de março de 1947, pp.6-7.

[221] Diário Oficial do Estado de Alagoas. 30 de março de 1948, p.6.

[222] Diário Oficial do Estado de Alagoas. 23 de março de 1947, pp.6-7. O valor da venda de produtos manufaturados em 1946 foi superior ao do ano de 1947 em quase 800 mil cruzeiros.

alternativa encontrada foi trabalhar com metade da capacidade da fábrica em cada turno (dois turnos). Desorganizando e encarecendo o trabalho, expondo no relatório que gastou em ordenados e salários Cr$ 1.643.445,80.[223]

A Companhia Norte Alagoas, em seu relatório de 1947, aponta que a situação foi pior que no ano anterior. Com a baixa dos preços e retraimento nas vendas de tecidos, "consequente ao pânico que se estabeleceu", tiveram sensível diminuição de lucros com aumento considerável de despesas. A diferença no balanço referente ao valor fabricado, em cruzeiros, foi de Cr$ 15.747.153,32, em 1946, e de Cr$ 6.800.586,30, em 1947. A diretoria viu nisso a necessidade de modificar a aparelhagem da fábrica e instalar uma secção de estamparia. Além de elevar o capital social da companhia para quinze milhões de cruzeiros (Cr$ 15.000.000,00), para o ano de 1948.[224]

A indústria têxtil alagoana entrou na década de 1950, lutando para manter seus lucros mesmo com o alto preço do algodão e o baixo valor do tecido devido a grande produção e a alta concorrência nacional. Podemos acompanhar nos relatórios apresentados no Diário Oficial, durante alguns anos da década de 1950, a dificuldade que passava e uma estabilização a partir do ano de 1953.

No dia 29 de março de 1953, a diretoria da Companhia Norte Alagoas expôs em seu relatório a situação do ano de 1952.

> O preço da matéria prima (1951-1952) atingiu os limites mais elevados, por terem se esgotado nos mercados do Sul, fato que trouxe grande aumento no custo da produção. Em contraste, seguiu-se uma baixa de preços do produto, obrigando a fábrica trabalhar com uma margem de lucro muito baixa.[225]

Para o ano de 1952, não há dados referentes à distribuição do dividendo aos acionistas, o que comprova a retração do lucro dos industriais. Nos anos de 1953 e 1954 há uma melhora nos números apresentados, no entanto, não é suficiente para animar a diretoria para os anos futuros. Comparando os números fornecidos sobre a quantidade de dinheiro conseguida com a fabricação de tecidos, em 1952, o valor conseguido com a fabricação de tecidos foi de Cr$ 5.486.001,10,[226] em 1953, foi de Cr$ 10.970.277,70[227] e em 1954, a renda da venda manufatura foi de Cr$ 13.025.439,60.[228] No entanto, essa melhora nos números não significou grande melhora nos lucros, mas conseguiu estabilizar a empresa. O maior problema que a

---

[223] Diário Oficial do Estado de Alagoas. 14 de abril de 1948, pp.7-8.
[224] Diário Oficial do Estado de Alagoas. 30 de março de 1948, pp.5-6.
[225] Diário Oficial do Estado de Alagoas. 29 de março de 1953, p.7.
[226] Diário Oficial do Estado de Alagoas. 29 de março de 1953, p.8.
[227] Diário Oficial do Estado de Alagoas. 26 de março de 1954, p.7.
[228] Diário Oficial do Estado de Alagoas. 26 de março de 1955, p.8.

Companhia Norte Alagoas parecia enfrentar era de ordem técnica. Os baixos rendimentos impossibilitavam que a companhia se modernizasse e barateasse o custo da produção. Dificuldades de ordem técnica e deficiência no maquinário ocasionaram uma produção decrescente durante 1954.[229]

Na Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos (Rio Largo), vai ter um triênio 1952-1953-1954 semelhante ao das outras indústrias, mas sua situação era melhor que a maioria das indústrias têxteis no Estado. No balanço anual, a diretoria nos diz que as vendas de 1952 superaram em 9 milhões de cruzeiros as do ano de 1951, porém, houve um reduzido lucro, revelando o sacrifício de preço, motivado pela situação do comércio, que continuava jogando com a abundância de oferta.[230] Com mesmos argumentos sobre o ano de 1952, a Companhia M. Lobo e CIA (Alexandria), explica aos acionistas que "ano que veio findar, foi de muitas dificuldades para nossa indústria, não só devido ao retraimento dos compradores de tecidos como pela sensível baixa nos preços dos nossos produtos,[...] acentuada no decorrer do segundo semestre".[231] No entanto, o ano da Fábrica Alexandria foi considerado satisfatório.

Nos anos seguintes (1953-1954), as fábricas Cachoeira e Progresso da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos deram respostas mais eficientes, estabilizando a empresa de forma positiva.[232] A venda de produtos manufaturados em 1953 foi de (em cruzeiros) Cr$ 19.053.367,69[233] e em 1954, de Cr$ 40.342.270,00.[234] Lembramos que esses números não representam o lucro da companhia, mas revelam uma melhora significativa nas vendas. A diretoria considerou o mercado mais firme nesses anos. A capacidade técnica de cada indústria têxtil foi fundamental nos seus resultados econômicos, porque as fábricas que conseguiram se modernizar de forma mais rápida passaram com menos dificuldades pela década de 1950, uma década de grande concorrência no mercado nacional e com o barateamento dos produtos manufaturados.

O valor da produção industrial alagoana em Cruzeiros saltou de Cr$ 843.390,00 em 1950, para Cr$ 5.869.233 em 1960,[235] cerca de 695% em uma década. Um valor que está intimamente ligado às indústrias de transformação, fábricas têxteis, usinas de açúcar e

---

[229] Diário Oficial do Estado de Alagoas. 26 de março de 1955, p.7. Os industriais revelaram que tinham problemas com a diferença de valor entre as moedas (Cruzeiro x Libra), o que impedia a compra de maquinários e a modernização da fábrica.

[230] Diário Oficial do Estado de Alagoas. 29 de março de 1953, p.6.

[231] Diário Oficial do Estado de Alagoas. 28 de abril de 1953, p.8.

[232] Os dados das indústrias nos relatórios, em certos momentos, não estão descriminados e não informa com exatidão a taxa de lucro, isso dificulta ter a certeza do valor do lucro anual. Entretanto, nos possibilita sabermos valores aproximados e se foram considerados positivos.

[233] Diário Oficial do Estado de Alagoas. 10 de março de 1954, p.8.

[234] Diário Oficial do Estado de Alagoas. 16 de março de 1955, p.8.

[235] "Confronto dos resultados dos censos de 1950 e 1960". *Censo industrial de 1960_PB_PE_AL.* p.65.

engenhos,[236] pois nos censos "[...] a indústria açucareira foi submersa no conceito de indústria alimentar, o que dificulta um pouco a comparação, mas não inviabiliza porque sabemos por outras fontes que a indústria da cana devia corresponder a 98% do valor da produção daquela indústria".[237] Em 1960, o valor da produção canavieira em Cr$ é de 2.658.910. E a indústria têxtil, que é composta de apenas onze firmas aparece com Cr$ 1.796.870 de valor de sua produção. As indústrias sucroalcooleiras e têxteis constituíam as maiores forças da economia de Alagoas.

O número de indústrias têxteis era inferior à quantidade de engenhos e usinas sucroalcooleiras no estado, no entanto, as fábricas têxteis pagavam de salários, em milhares de cruzeiros, um total de Cr$ 302.589, enquanto a indústria canavieira pagava Cr$ 301.748.[238]

Há uma valorização do trabalhador urbano. Isso se justificativa: os operários, apesar de explorados, mantinham melhores condições de vida que um cortador de cana. Era o mito da "melhor condição de vida" ou bem-estar social, se consolidando em Alagoas. Recorremos ao texto de Dirceu Lindoso que descreve como a instalação das indústrias têxteis contribuiu na formação de uma estrutura social urbana no estado:

> [...] desde a segunda metade do século XIX, possibilitou uma concentração razoável de mão-de-obra operária não só na capital, mas nas cidades e vilas que formavam um simulacro de vida urbana em torno das lagoas Mundaú e Manguaba (Fernão Velho, Saúde, Rio Largo e Pilar). As condições de existência urbano proletárias se configuram através de um proletariado urbano diversificado: têxtil, portuário e ferroviário, que coincidia com a proletarização rural que se efetuava através do processo de usinização dos engenhos banguês, que se transformavam em engenhos centrais, alguns, e em usinas de açúcar.[239]

Esse processo se deu pelas possibilidades naturais oferecidas pelo estado com lagoas, rios e matas. Árvores a serem queimadas nas caldeiras e água como força motriz e transporte. E também pela lógica completamente industrial do setor têxtil, pois elas não passavam por um processo anual de paralisia na entressafra de sua matéria-prima agrícola e nem necessitavam possuir latifúndios da mesma magnitude. Elas sofriam com as crises do algodão, mas a possibilidade de grandes estoques eliminava essa subserviência excessiva aos humores da agricultura.[240] Essa lógica era muito mais atrativa aos trabalhadores que recebiam melhores

---

[236] Nos censos de 1950 e 1960, os engenhos de açúcar, que existiam em grande quantidade, estão inseridos no mesmo grupo das usinas sucroalcooleiras.

[237] LESSA, Op. cit. p.5. Acreditamos que a indústria da cana representava um pouco menos de 98% nesse quesito, analisando o censo de 1960 e vendo números dos outros setores de alimentos, mas mesmo assim utilizamos os dados fornecidos por Lessa por se aproximarem do valor real e não causar prejuízo na análise.

[238] "2 – Aspectos gerais da atividade industrial – c) classe, gênero e grupo de indústria". *Censo industrial de 1960_PB_PE_AL*. pp.70-71.

[239] LINDOSO, 2005, pp.82-83. *Apud:* MELO, Op., cit., p.26.

[240] LESSA, Op., cit., p.10.

salários que os da produção açucareira e possibilitava, mesmo com dificuldade, planejar melhor suas vidas. Isso acontecia quando recebiam salários durante todo ano e conseguiam morar em uma das casas da vila operária.

Constatamos que a indústria têxtil alagoana esteve por várias décadas ao lado da indústria sucroalcooleira como as principais atividades econômicas do estado, destacando que uma fábrica têxtil possuía maior poder e rentabilidade que uma usina de açúcar. A histórica deficiência técnica das indústrias têxteis de Alagoas as colocava em um patamar abaixo das grandes indústrias do país, ou seja, a capacidade técnica era fundamental nos rumos da produção porque o custo e barateamento da produção e sua lucratividade estava diretamente ligada ao nível técnico de seu maquinário. Nos momentos de crise internacional (guerras), os industriais alagoanos conseguiam obter grandes lucros mesmo sem modernizar suas companhias, porém ao sinal da reorganização dos mercados, como observamos no pós-guerra (1945), a baixa qualidade técnica do parque industrial têxtil alagoano sofria em demasiado com a alta do custo, o encarecimento da produção e consequentemente ficava em desvantagem com a concorrência.

3. RESISTINDO: VIDA NA FÁBRICA E A VILA OPERÁRIA

Neste capítulo, abordaremos o cotidiano fabril e o processo de trabalho dos operários têxteis para compreender como era a vida na fábrica e suas implicações. Compreendendo o universo do proletariado têxtil poderemos observar melhor sua dinâmica de vida dentro das fábricas têxteis, assim como as estratégias de dominação e exploração utilizadas pelas fábricas e como esses operários reagiam à dominação fabril, que ultrapassava os portões da fábrica e se estendia por todas as esferas da vida cotidiana do trabalhador.

Entre as fontes utilizadas neste capítulo estão os depoimentos dos trabalhadores sobre os costumes e a vida dentro e fora da fábrica, o jornal *A Voz do Povo*, que noticiava os acontecimentos nos bairros fabris, com informações de toda ordem, como os que envolviam violência patronal, policial e questões salariais e políticas, também foram utilizadas as atas do Sindicato têxtil de Fernão Velho.

Quando analisamos o cotidiano destes operários, buscamos através das fontes, imergir no mundo desses homens e mulheres, identificando características coletivas, hábitos e peculiaridades das comunidades fabris. Nosso primeiro destaque é o fato de que dentro do sistema industrial têxtil, os proletários vivem em constante processo de resistência.

No entanto, dizer que estas pessoas estão sempre resistindo, não significa a existência de um contínuo estado de luta aberta entre patrões e empregados, de constante rebeldia operária. A resistência a qual nos referindo é demasiado subjetiva, faz parte do dia a dia do operário. Muitas vezes ele não reconhece suas ações como tal, dentro de um forte processo de exploração e coação a que são submetidos. E, de tempos em tempos, ela eclode com força, de forma aberta, a luta de classes.

Em todas as fábricas têxteis, havia um rígido aparato de controle social, ultrapassando os portões das fábricas, atingindo todas as esferas da vida cotidiana,

> Pois esse controle se exerce desde a tentativa de disciplinarização rígida do tempo e no espaço na situação de trabalho até o problema da normatização das relações pessoais ou familiares dos trabalhadores, passando, também, pela vigilância contínua do botequim e da rua, espaços consagrados ao lazer popular.[241]

Quando Sidney Chalhoub estuda o caso dos estivadores cariocas (e nós o caso dos têxteis alagoanos) observamos o controle social sobre o proletário fazendo parte do processo de trabalho capitalista. No entanto, há variações na forma de controle entre as categorias.

---

[241] CHALHOUB, 2001, p. 51.

E no nosso caso, pretendemos desvendar as formas de controle dos operários e das operárias, do ponto de vista dos trabalhadores, e fazendo isso, adentramos e reconstruímos aspectos da vida cotidiana desses agentes sociais. Buscamos enfatizar nas formas de controle social dentro da classe operária, por acreditarmos, assim como Chalhoub, que "as relações de vida dos agentes sociais explorados ***são sempre relações de luta***", não se restringindo aos movimentos reivindicatórios organizados pelo movimento operário.[242]

3.1. A organização do espaço de trabalho dentro da lógica capitalista: isolamento espacial, núcleo fabril e vila operária

Na Europa, o uso do carvão como fonte de energia foi largamente utilizada nas indústrias durante os séculos XIX e XX. No entanto, no caso brasileiro e especificamente alagoano, era a força hidráulica a fonte de energia mais utilizada, e por isso a escolha da implantação da maioria das indústrias têxteis foi próxima a rios e lagoas. As fábricas alagoanas foram instaladas próximas ao curso d'água, utilizando a força motriz hidráulica para as máquinas e seu curso para o transporte fluvial e lacustre. Com o aumento de produção, as fábricas fizeram investimentos em caldeiras alimentadas por lenha. As chaminés tornaram-se símbolo do desenvolvimento técnico das indústrias têxteis. A utilização da energia hidroelétrica aconteceu a partir dos anos 1950, com a Companhia Hidroelétrica de Paulo Afonso na Bahia.

As condições para o surgimento e instalações das fábricas têxteis devem ser levadas em conta. A proximidade de rios e lagoas foi para aproveitar a força motriz hidráulica, transporte fluvial e, em boa parte dos casos, afastamento da zona urbana, isolando a fábrica e os trabalhadores do centro das cidades. Os historiadores negligenciavam o papel do espaço e do lugar no seu recorte das ocupações e indústrias para sua compreensão, pois as particularidades de cada localidade incidem sobre aspectos do proletariado fabril.[243]

O historiador e etnógrafo Dirceu Lindoso apresenta uma análise sobre a formação do início do proletariado-urbano e fabril em Alagoas.

> A existência de condições de vida urbana estruturada socialmente de um modo burguês-mercantil em Maceió, desde a segunda metade do século XIX, possibilitou uma concentração razoável de mão-de-obra operária não só na capital, mas nas cidades e vilas que formavam um simulacro de vida urbana em torno das lagoas Mundaú e Manguaba (Fernão Velho, Saúde, Rio Largo e Pilar).
> Esse processo de concentração de capitais favoreceu a transferência de uma parcela de população rural, constituída de trabalhadores, para a periferia das cidades

[242] Ibid., p. 52.
[243] SAVAGE, 2004, p. 40.

> lacustres, onde se incorporou às novas formas de produção resultantes dos investimentos do capital mercantil-industrial. Fixadas em vilas operárias, essa população de trabalhadores, de procedência rural, se transformou em poucos anos numa força de trabalho industrial. Rompia-se, assim, a continuidade da vida rural na sociedade alagoana, e duplamente, pela transformação dos engenhos banguês coloniais em engenhos centrais a vapor e usinas (e consequentemente pela formação de uma burguesia mercantil-industrial) e pela implantação de projetos, de circuito urbano, de fábricas têxteis, manufaturas e serviços industriais (e consequentemente pela formação de um operariado urbano). Geraram as vilas operárias urbanas, pela primeira vez na cultura alagoana, formas culturais urbanas proletárias. Essas formas, embora contivessem ingredientes ainda rurais, revelavam um conteúdo de nítida oposição às formas tradicionais de organização social vigente na cultura rural. Embora, de início, essa oposição não se revelasse nítida, entretanto já registrava, em termos sociais, uma distinção com as formas sociais de vida de tradição rural. A integração urbana de mão-de-obra de origem rural, fixada em vilas e cidades, fez-se nas condições de existência social que as vila operárias representavam e através do regime disciplinar de trabalho nas fábricas. Esse processo de concentração de moradia em forma padronizada e na nova disciplina de trabalho industrial realizou a homogeneização das disparidades da mão-de-obra rural numa força de trabalho que representava um fato novo na organização do trabalho social em condições alagoanas: a padronização da vida nas vilas operárias correspondia à padronização do trabalho nas fábricas. E esse processo de padronização proletário-urbano diferia da dispersão e disparidade da organização do trabalho em situação camponesa. Marcava-se de um modo diferente do tempo tradicional camponês.[244]

Dentro dessa análise de Dirceu Lindoso, destacamos alguns pontos: 1) a utilização dos rios e lagoas no processo de produção e escoamento do produto; 2) construção das fábricas afastadas das zonas mais densamente ocupadas nas cidades; 3) a empresa privada promotora de todas as ações da vida cotidiana dos proletários; 4) procedência rural de grande parte desses trabalhadores; 5) as vilas operárias como parte fundamental no regime de trabalho capitalista têxtil. Esses pontos destacados só podem ser compreendidos quando analisados concomitantemente, porque constituem, dialeticamente, partes de um todo. Essa divisão apresentada é meramente didática.

A utilização dos rios e lagoas na otimização da produção têxtil

O Estado de Alagoas, por ser cortado por diversos rios e lagoas facilitou a iniciativa têxtil de utilizar-se das águas na produção e transporte.[245] Com a força motriz hidráulica há um barateamento tanto nos custos de instalação como de conservação e produção de energia, fato fundamental para as indústrias têxteis alagoanas. Já o transporte fluvial e lacustre também é importante no processo porque as péssimas condições das estradas entre os estados e entre

[244] LINDOSO, 2005. pp. 83-84.

[245] O fato de o Brasil ser um país abundante em águas ajudou muito no intento dos industriais em alocarem suas indústrias nas margens de rios e lagoas.

regiões durante décadas era um complicador. Posto isso, a proximidade entre fábricas e rios facilitava o desembarque de algodão e o embarque de tecidos vendidos de forma mais rápida.

Os rios, por séculos, dominaram a vida econômica dos lugarejos e das cidades alagoanas que cortavam. O rio Mundaú vai concentrar por muitos anos o comércio, a atividade industrial e a subsistência de comunidades inteiras.[246]

Nas pesquisas de campo podemos constatar, mesmo com a maioria das fábricas desativadas, a utilização da força hidráulica. As duas indústrias têxteis da cidade de Rio Largo, Cachoeira e Progresso Alagoano ficavam próximas ao rio Mundaú[247] (de pequenos encachoeiramentos) e por isso o nome Fábrica Cachoeira que utilizava a água das pequenas cachoeiras como força motriz para o funcionamento de suas máquinas. Já a fábrica Progresso utilizava tanto a força hidráulica como a energia gerada pelas caldeiras. E sua grande chaminé simbolizava o progresso na região. A Fábrica Pilarense de Fiação e Tecidos, na cidade do Pilar, também utilizava o curso do Rio Mundaú como força motriz e para o transporte de mercadorias.

Fernão Velho ficava nas margens da lagoa Mundaú, onde desemboca o Rio Mundaú. A Fábrica Carmen usava esse mesmo rio para gerar energia para movimentar suas máquinas. Mas também existiam fábricas que não se utilizavam dos rios como a Fábrica Santa Margarida, no bairro de Jaraguá, assim como a Fábrica Alexandria, localizada no bairro do Bom Parto, em Maceió.

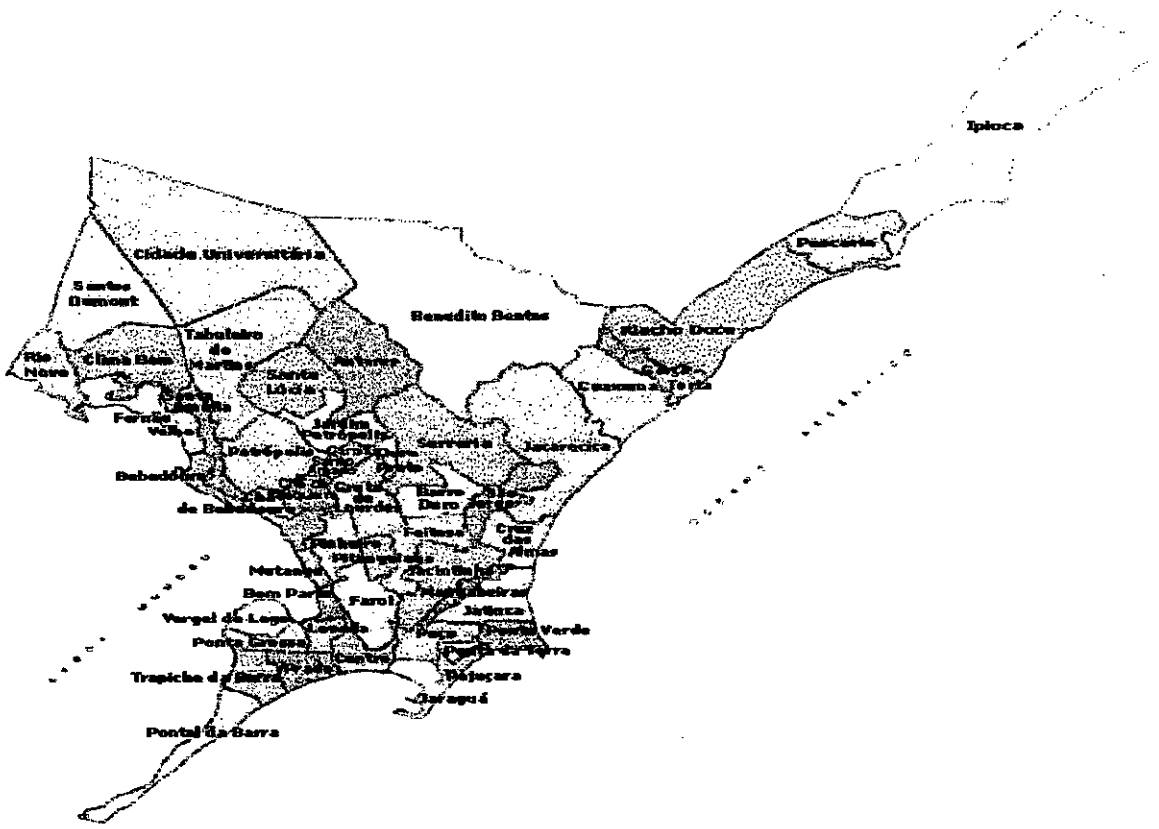
Isolamento espacial e a fábrica como promotora da vida cotidiana local

Quase todas as fábricas têxteis alagoanas ficavam em zonas isoladas, a exceção era a fábrica Santa Margarida, localizada no bairro portuário do Jaraguá, em Maceió. Era latente o desejo dos industriais de se afastarem das zonas mais populosas das cidades, das aglomerações, locais propícios a agitações sociais e uma maior participação do poder público. As cidades representavam espaços progressistas, os ares urbanos transformavam as pessoas.

---

[246] Para compreender melhor a importância dos rios no desenvolvimento cultural de sociedades sugerimos a obra do historiador francês Lucien Febvre: (FEBVRE, 2000).

[247] O rio Mundaú nasce próximo a cidade de Garanhuns/PE e desemboca na Lagoa Mundaú e em Alagoas.



Mapa da cidade de Maceió

O afastamento era puramente estratégico, pois dificultava o acesso a estranhos, propiciando um maior controle dos proletários. Seria um território habitado em quase sua totalidade pelos funcionários da fábrica e seus familiares. A presença de pessoas "estranhas" ao cotidiano do local era percebida pelo aparato de segurança. A instalação das indústrias têxteis em locais pouco habitados e, em grande maioria, próximo de rios cumpria objetivos claros: o barateamento com a utilização das águas na produção, a possibilidade de compra de grandes terrenos por um preço mais acessível e a criação de um poder paralelo porque no momento que a fábrica se afastava das leis e da justiça do Estado, era a promotora da vida cotidiana local com a "cidade fábrica".

O isolamento cria um complexo socioeconômico bastante interessante do ponto de vista do capitalista. Sobre esse sistema, Paulo Fernandes Keller nos diz:

> Tornam-se, a partir dessa perspectiva, um complexo socioeconômico, cultural e político: a fábrica moderna com o trabalho assalariado e sua "servidão burguesa"; o paternalismo industrial com formas específicas de educação (a escola operária), de religiosidade (as capelas com o (a) padroeiro(a) dos operários e da fábrica), de

> consumo (o armarinho, o armazém etc.), de lazer (o clube social, o futebol de várzea).[248]

As esferas da vida do trabalhador passaram a ser organizadas pela empresa privada, tomando, de certa forma, o lugar do Estado, na geração do lazer, saúde, moradia, alimentação e até religião. O isolamento espacial serve para a implementação de um aparato de dominação do espaço de trabalho e da vida do operário.

A origem rural do trabalhador industrial urbano

As décadas de 1930 e 1960 foi o período no qual a agricultura de subsistência começou a ficar relegada ao agreste e sertão. O processo de expansão canavieira alagoana dificultou ainda mais o cotidiano dos trabalhadores camponeses, empurrando-os para as cidades e reduzindo a quantidade dos gêneros alimentícios produzidos no estado, encarecendo os alimentos consumidos por eles e privando-os de poder cultivar alimentos básicos para a sobrevivência.

Fernando Medeiros, analisando Alagoas nas décadas de 1950/1960, encontrou nos Censos de 1920 e 1940 números que explicam bem essa migração para Maceió. A capital alagoana "teve no período um acréscimo em sua população da ordem de 22,5% (passando a representar 9,52% da população de Alagoas) enquanto a população total do estado decrescia em 2,80%", revelando um grande fluxo migratório tanto para Maceió quanto para fora do estado.[249]

Qual o destino dos trabalhadores atingidos pela expansão do cultivo da cana? Antes precisamos entender que grande parte da população de Alagoas foi atingida pela incorporação da cana de açúcar aos tabuleiros. Sobre esse processo Heredia afirma:

> [...] os pequenos produtores se encontravam instalados, até períodos recentes, nas terras consideradas não aptas para a cana, áreas de tabuleiros que, [...] eram divididas com o gado. Ao instalar-se, os engenhos e as usinas monopolizavam as terras mais férteis da área, baixas e úmidas. A exceção era a beira da praia, área ocupada pelos pequenos que plantavam principalmente coco, alternando esse cultivo com produtos de pequena produção. Essa situação secular modificou-se com a incorporação dos tabuleiros ao cultivo da cana, que significou uma nova reordenação do espaço e afetou tanto a área ocupada pelo gado quanto a da pequena produção, onde estava instalado o *povo dos sítios*.[250]

---

[248] KELLER, 2006, p.11.

[249] MEDEIROS, 2011, p.13. FONTE: Anuário Estatístico do Brasil. Apud ALAGOAS. GOVERNO DO ESTADO. Departamento Estadual de Estatística. *Alagoas 150 Anos 1817-1867*. Maceió, Imprensa Oficial, 1968/69. 1ª Parte. p. 15.

[250] HEREDIA, 1989, p. 65. *Apud*: MEDEIROS, Op. cit. p.21. [Grifos do autor]

Os trabalhadores expulsos da terra tinham como alternativa a busca de centros urbanos alagoanos ou fora do estado. Os dados do IBGE apresentados por Fernando Medeiros sobre o crescimento populacional de Alagoas nos dizem que "este crescimento acompanha o fluxo migratório da população para os centros urbanos, cerca de 50%, entre (1950-1960), enquanto a população rural cresce apenas 4% no mesmo período."[251]

Muitas famílias se dirigiram para Maceió em busca de empregos e entre as opções escolhidas por essa massa, existia a indústria têxtil. Dentro das entrevistas do projeto *Trama da Memória tessitura do tempo*, vários ex-operários afirmavam que suas famílias chegaram ao bairro de Fernão Velho vindos do interior do estado, se instalando e almejando um lugar na Fábrica Carmen. A operária M. L., nasceu em São Miguel dos Campos no ano de 1926, dia 12 de junho.[252] Chegou criança em Fernão Velho. O operário M. Lourenço nos contou que era de origem rural e somente com 18 anos foi trabalhar na Fábrica Carmen.[253] Esses são dois exemplos entre muitos operários que saíram com suas famílias do campo para buscar condições melhores de sobrevivência. O depoimento mais interessante sobre a migração para a cidade é o da operária J. S., conhecida como Nenzinha, que disse que chegou a Fernão Velho com 10 anos de idade. Havia nascido no município de Murici e sua família tinha um sítio na região, mas os proprietários da Usina Alegria pediram a terra, e, "se ele não entregasse ou não vendesse, a usina *tomava*, aí ele vendeu e viemos," para Fernão Velho.[254]

Não consideramos que a origem rural do operário têxtil o faça inocente e incapaz de lidar com a modernidade e incapaz de possuir consciência. Quando sublinhamos essa origem camponesa, estamos traçando o perfil do operário alagoano, sem levantar hipótese de inferioridade. Acreditamos que esses operários tinham condições de elevar sua consciência de classe e isso dependeria, além de sua origem, da localidade onde se instalava e como era absorvido e como absorvia todos os ritos e símbolos do cotidiano fabril. Analisando a obra de Leite Lopes (1988), Negro e Gomes nos dizem que sua obra:

> [...] interpela-nos a dirigir a atenção para um núcleo pioneiro de nossa industrialização – longe de São Paulo –, as têxteis (muitas em cidades pequenas). O faz para demonstrar que a propalada origem rural do operariado não era tão desprovida de recursos para o enfrentamento da "modernidade" nem constituía "o" grande obstáculo à formação de uma consciência de classe.[255]

---

[251] MEDEIROS, Op. cit., p. 16.

[252] M. L. depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 7. 2008.

[253] M. Lourenço, depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 2. 2008.

[254] Depoimento cedido a Ivo Farias, realizado no dia 13 de novembro de 2010.

[255] NEGRO & GOMES, 2006, p. 218.

As vilas operárias e núcleos fabris em Alagoas

O sistema socioeconômico criado pelas indústrias Têxteis era formado de vários componentes, já citados acima. Nesse complexo o isolamento propiciava a criação de um poder privado por parte dos industriais, "substituindo" o Estado nas relações cotidianas do proletariado, e dentre desse sistema, a moradia do trabalhador representava um eixo central no processo de dominação patronal.

No Brasil, a construção de vilas operárias e de núcleos fabris por indústrias, usinas de açúcar, empresas de mineração, ferrovias, etc. iniciou-se na segunda metade do século XIX, com o surgimento de aglomerações com organização espacial, seguindo diretrizes estabelecidas pelo proprietário ou por engenheiros envolvidos.[256]

As "vilas operárias" definiam-se como um padrão de moradia popular

> oposto à favela, ao mocambo e ao cortiço, supondo ordem, higiene e decência. O termo sugeria casas salubres e dotadas de ordem espacial interna, que se distinguia da falta de higiene, de espaço e de conforto atribuída às casas dos pobres urbanos. Também sugeria casas de famílias de trabalhadores estáveis, em oposição às misturas entre estes últimos e os indivíduos afastados dos empregos regulares (autônomos, vadios, prostitutas etc.), favorecidas pelas formas de moradia e relações de vizinhança nas habitações coletivas e em moradias precárias.[257]

Segundo Telma Correia, a partir da década de 1930, houve uma inovação na organização desses lugares, com a entrada do arquiteto e do urbanista elaborando planos para vilas e núcleos fabris. É Importante identificarmos essas formas de organização espacial da vida e da produção como projetos justificados pelos interesses de cada empresa.[258]

Antes de continuarmos, devemos fazer uma distinção entre o que é o sistema de "vila operária" e sistema de "núcleo fabril." Comumente, nos discursos, não se vê diferença entre as definições, mas elas existem. Telma Correia nos alerta para essa diferenciação.

> No que diz respeito às habitações construídas por indústrias para seus operários, o termo "vila operária" era utilizado simultaneamente para designar grupos de casas construídos no centro e nos subúrbios afastados das cidades, ou em localidades rurais.
> Semelhante tratamento generalizante contribui para ocultar as enormes diferenças na forma de gestão dos moradores de casas construídas por indústrias em cidades existentes e em localidades isoladas no campo, nas quais a fábrica cria uma "cidade" nova e tem condições de gerir a vida do lugar com grande autonomia.[259]

---

[256] CORREIA, 1999, p. 1.
[257] CORREIA, 2001(a), p. 84.
[258] CORREIA, Op., cit., p.2.
[259] CORREIA, Op., cit., (a) p. 85.

É pertinente fazer essa diferenciação, pois é necessário compreender que no caso das indústrias têxteis alagoanas, a forma de lidar com a organização espacial não foi homogênea. Encontramos diferenças substanciais entre as indústrias. Compreender a existência de diferenças é um passo importante para entender que o capital encontrou formas diferentes de ação, de acordo com suas possibilidades, necessidades e intenções.

Em Alagoas, as indústrias têxteis seguiram um determinado padrão: promotoras de vida para além das fábricas. Eram donas das casas que prestavam serviços médicos, se responsabilizavam pela circulação de itens de primeira necessidade e organizavam o lazer, festejos culturais, ritos religiosos e a educação dos filhos dos trabalhadores. Esse sistema de fábrica com vila operária, segundo Leite Lopes, extrapolava a esfera da produção em direção ao controle e interferência direta da administração da fábrica sobre a vida social dos trabalhadores, significando "uma interferência direta e visível da administração da fábrica sobre o consumo individual dos trabalhadores."[260] Esse foi o padrão geral, mas existiram fábricas que não possuíam o controle de toda localidade. Encontramos essa diferença entre as quatro fábricas de Maceió e algumas do interior do estado.

Assim, julgamos pertinente, a partir da análise de Telma de B. Correia nomear

> [...] "vilas operárias" os grupos de casas – algumas vezes acompanhados de equipamentos coletivos, como escola, igreja ou clube – localizados dentro de cidades ou em subúrbios. Em se tratando de assentamentos isolados criados por indústrias, dotados de moradias e serviços essenciais, consideramos adequado chamá-los "núcleos fabris" ou "núcleos operários", quando conservam uma dimensão reduzida e as empresas mantêm o controle sobre a vida econômica e política do lugar e, sobretudo, o monopólio sobre a propriedade imobiliária. Embora em termos de tamanho possam não se diferenciar das "vilas operárias", afastam-se delas pelo isolamento em relação a outras aglomerações – com repercussões sobre o cotidiano local – e especialmente pelo grau de autonomia da empresa na gestão do lugar.[261]

Iremos inicialmente nos deter nas quatro fábricas têxteis de Maceió. A Fábrica Alexandria estava localizada no bairro do Bom Parto, cerca de 2 km do centro da capital. A fábrica foi construída próxima à lagoa Mundaú, zona de pescadores e próximo a bairros populosos como o Mutange e o Bebedouro. Era mantido um rígido controle espacial nas imediações, por parte de capangas da empresa, mas não havia um grande isolamento entre os operários da vila operária e a população da capital, denotando uma interação maior entre aquela localidade, as instituições estatais e a vida urbana.[262] A Fábrica Santa Margarida, no bairro portuário de Jaraguá, era uma pequena fábrica, e rodeada por um intenso vai e vem de

---

[260] LEITE LOPES, 1988, p. 18.
[261] CORREIA, Op., cit., (a) p. 95.
[262] Ainda hoje encontramos no bairro do Bom Parto, ruas com nomes de diretores e proprietários da Fábrica Alexandria, como as Ruas Dr. Alfredo Lobo e Dr. Luiz Zagalo.

pessoas e mercadorias. Bairro com muitos botequins que abrigavam milhares de operários dos mais diversos setores, incluindo os estivadores, funcionários do porto, trabalhadores dos armazéns, têxteis, ferroviários e além de funcionários públicos, pescadores, vendedores de diversos produtos e prostitutas. O bairro vivia sobre grande vigilância, devido à quantidade de trabalhadores e à importância estratégica do porto. Identificamos nessas duas fábricas o sistema de vila operária, que promovia a moradia e participava da vida extra-fabril de seus operários, no entanto, como estavam localizadas em regiões mais densamente ocupadas, não criaram complexos que dominavam "inteiramente" a vida cotidiana de seus empregados.

Ainda em Maceió, encontramos nas fábricas "Carmen" e "Norte Alagoas", a nosso ver, sistemas de organização espacial que se encaixam na definição de núcleo fabril. As duas indústrias dispunham de grande autonomia na gestão do local e do cotidiano dos operários.

A fábrica Norte Alagoas era localizada no povoado Saúde, no bairro de Ipioca muito distante do centro da cidade, cerca de 20 km. Longe dos olhos cansados do Estado. A fábrica era propriedade da família Nogueira e ficou conhecida como "Alemanha pequena," devido a comparações entre o regime de trabalho na fábrica e a repressão aos operários com o regime nazista de Hitler. A fábrica mantinha o controle sobre a vida econômica, política e, sobretudo imobiliária dos trabalhadores. O isolamento era muito grande: para chegar aos domínios da fábrica, o melhor caminho era a rodovia AL-101, e essa estrada até os anos 1960 era de barro e depois uma estrada com difícil acesso. Só havia uma linha de ônibus fazendo uma viagem pela manhã e outra no fim da tarde, tornando ainda mais complicado chegar e sair do complexo fabril.[263] A localidade era rodeada pela mata tropical e havia uma porteira impedindo a entrada de pessoas não autorizadas ao povoado.[264] A Fábrica Norte Alagoas fornecia serviço de saúde, da chegada dos itens de primeira necessidade e dos festejos religiosos, mas não da mesma forma como as outras fábricas possuidoras do mesmo sistema.

A Fábrica Carmen, localizada no bairro de Fernão Velho, em Maceió, ficava entre a lagoa Mundaú e a mata, que servia de barreira natural entre o núcleo fabril e outros bairros da cidade. Ficava a cerca de 10 km do centro de Maceió. Nas décadas de 1950 e 1960, havia uma menor densidade demográfica na região próxima a Fernão Velho e nos bairros mais próximos,

---

[263] Ainda hoje é muito complicado chegar ao povoado de Saúde, que sobreviveu depois do fechamento da fábrica. Quando saímos da AL-101, pegamos uma estrada de barro, que em períodos chuvosos fica quase intransitável. Imaginamos o quanto era difícil chegar a esta localidade nas décadas de 1940 até 1960.

[264] Sr. E. Depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Vol. 10. 2008. O operário Elias nos contou que todos souberam desse acontecimento, que no ano de 1955, quando se dava a disputa eleitoral para governador, Arnon de Mello, ao chegar para um comício para os operários de Saúde, encontrou o portão fechado impedindo sua passagem. E prontamente, Arnon que era o então governador ordenou que o portão fosse derrubado pra ser realizado o comício.

acarretando um maior isolamento da fábrica e seus empregados. Mesmo com a linha férrea cortando o bairro fabril, o local era isolado, mas facilitava a circulação. A Fábrica Carmen dominava o espaço de uma forma sistemática, providenciando a moradia com as casas da vila operária; os serviços médicos, de farmácia, odontológico; armazém onde se comprava de alimentos a vestimentas; além de patrocínios e a organização do lazer. Existia a banda de música formada pelos próprios operários, bailes[265], os festejos nas datas religiosas, o carnaval, São João e Natal. Na área esportiva, foram criados times de futebol, basquete e vôlei. Ainda havia o cinema que passava filmes e seriados americanos.

Era latente as diferenças entre as quatro fábricas têxteis da capital Maceió. A fábrica Carmen era a que proporcionava a maior quantidade de serviços (o fato de ser a maior de Alagoas fazia com que ela conseguisse utilizar-se melhor dos conceitos da construção de moradia de massas). Isolando os trabalhadores, explorando demasiadamente sua força de trabalho, pagando salários baixos, no entanto, promovia melhorias básicas na vida dos trabalhadores com festas, cinema e serviços médicos, ainda que precários. Foi na Fábrica Norte Alagoas onde encontramos um maior isolamento e as piores condições de trabalho e vida.

No interior do Estado de Alagoas podemos analisar as duas fábricas de Rio Largo e a Fábrica da Pedra, em Delmiro Gouveia. Essas fábricas se assemelhavam com as indústrias de Maceió. Não existiam dois padrões – capital e interior, o que havia eram algumas peculiaridades nos *modos operandi* das fábricas.

Na cidade de Rio Largo, zona metropolitana de Maceió, estava localizada a Campainha Alagoana de Fiação e Tecidos, proprietária das duas fábricas têxteis: Progresso e Cachoeira. As duas estavam muito próximas e se utilizavam da força do rio Mundaú para gerar energia, mas com o tempo, passou a utilizar caldeiras e chaminés. Em 1903, o Indicador Geral do Estado de Alagoas falava que "[...] as mais de cem casas de Rio Largo" – erigida pela fábrica Progresso Industrial – "eram qualificadas de 'uma linda vila operária'. Nesse caso, a distinção entre povoado e vila operária parece decorrer da dimensão do lugar e do padrão construtivo das moradias."[266]

As duas fábricas se encaixavam no sistema de núcleo fabril, conceituado acima. No entanto, com o passar das décadas e o crescimento da cidade de Rio Largo, muito por causa das indústrias têxteis, a vila operária foi aproximada do meio urbano. E isso fez com que o

[265] Havia dois tipos de bailes em Fernão Velho, separados por classe social: um realizado somente para o alto escalão, que compreenderia os diretores, gerente, mestres e acionistas. E o baile para os operários.
[266] CORREIA, Op., cit., (a) p. 88.

isolamento espacial, uma das características fundamentais dos "núcleos fabris", fosse se perdendo. Ainda assim, mantemos a seguinte hipótese: o que existiu nos anos (1950-1960) foi um núcleo fabril porque todas as ações da empresa caracterizam esse sistema.[267] Havia escola, até as séries iniciais para os filhos dos operários; serviço médico, odontológico e farmacêutico; clube operário, com piscina, cassino e outras atividades; times de futebol; banda de música e os festejos religiosos eram organizados pela fábrica. A Companhia representava o Estado para os operários das fábricas e um poder dentro da cidade de Rio Largo.[268]

No caso da Fábrica da Pedra, em Delmiro Gouveia, encontramos nos estudos de Telma Correia a explicação que justifica a denominarmos de "núcleo fabril". O núcleo habitacional criado em 1912 por Delmiro Gouveia próximo a sua fábrica,

> [...] localizada junto a Pedra, um pequeno povoado no sertão de Alagoas. Entre os seus moradores e contemporâneos, o núcleo residencial era referido como "Fazenda Rio Branco", "Fazenda da Pedra", "Vila Operária da Fazenda Rio Branco", ou simplesmente como "a Pedra", enquanto a povoação preexistente – localizada junto à estação ferroviária – era chamada "Pedra Velha" ou "cidade livre". Alguns contemporâneos distinguiam os dois lugares com as expressões "dentro do arame" – em alusão à cerca que contornava o núcleo residencial e de produção fabril – e "fora do arame". É curioso observar como, embora o núcleo habitacional criado pela fábrica fosse maior que a "Pedra Velha" – contando em 1917 com cerca de 250 casas, chafarizes, lavanderias e banheiros coletivos, loja, padaria, farmácia, feira semanal, escolas, médico e dentista, cinema, pista de patinação, banda de música, posto do Correio e Telégrafo –, a denominação "cidade" lhe era negada e empregada em relação à última. Neste caso, a condição fundiária do lugar e a autonomia dos habitantes parecem ser os elementos determinantes da designação. O núcleo da fábrica – pertencente à empresa e com cotidiano controlado rigorosamente pelo industrial – permanecia uma fazenda ou uma vila operária de fazenda, enquanto a Pedra Velha, embora um minúsculo povoado, era promovido a "cidade". A noção de cidade, no caso, prende-se ao caráter de um lugar cujo acesso é livre, onde por princípio todos podem morar e circular, e cuja administração, leis e justiça são públicas.[269]

Primeiro devemos localizar geograficamente a fábrica, construída no sertão alagoano, fazendo fronteira com os estados de Pernambuco e da Bahia, distante cerca de 300 km de Maceió. O fato de a aglomeração ser conhecida também como "fazenda", revela práticas semelhantes entre a indústria têxtil e os latifúndios existentes. Outro ponto interessante na citação acima é que depois da criação do núcleo habitacional, a antiga localidade passou a ser denominada de "cidade livre," e isso tem a ver com o complexo criado, com sua cerca em

---

[267] O sistema organizacional utilizado pela Companhia Alagoana de Fiação e Tecido era semelhante ao implantado pela Fábrica Carmen. A proximidade entre elas pode ser um motivo. As duas empresas tinham um sistema de "benefícios" para os operários, que não foi encontrado em nenhuma outra indústria têxtil alagoana.
[268] Ainda hoje, a família Paiva, que foi proprietária das duas fábricas, é a família mais poderosa da cidade.
[269] Ibid., pp. 88-89.

volta de toda propriedade da fábrica e a falta de liberdade dos trabalhadores, com o enrijecimento das relações entre patrões e empregados.

Esse sistema cria um lucro adicional para as indústrias têxteis alagoanas, ou seja, a partir do momento que a administração da fábrica participava do cotidiano extra fabril do trabalhador e do consumo individual de cada operário, gerava um lucro adicional para os proprietários das fábricas, pois a maior parte do valor da força de trabalho que o proletário vendia era posto no armarinho, no armazém, na farmácia e no clube social, voltando assim aos patrões.[270]

Esses sistemas tanto de "vila operária" quanto de "núcleo fabril" promovem certas melhorias inegáveis na vida do proletariado. E o sistema de núcleo fabril é mais complexo e consegue fincar raízes mais profundas na vida cotidiana dos empregados.[271] O que de certa forma cria um paradoxo, pois há uma melhoria na vida dos operários com possibilidades novas em suas vidas. Os operários moravam nas vilas operárias, casas de tijolos diferentes das casas de palha e palafitas; tinham acesso à educação para seus filhos, na maioria dos casos somente as séries iniciais; a indústria têxtil pagava melhor que o salário do camponês, mesmo sendo um salário que mal dava para a subsistência da família; tinham acesso, de forma precária, a serviço médico e odontológico e havia promoção de festas e lazer, com diversos tipos de esportes além da criação da banda de música e bailes.[272]

No entanto, isso legitima a dominação patronal. Todo o aparato criado para promover melhorias básicas na vida dos trabalhadores é justificado pela lógica capitalista da exploração da força de trabalho. O complexo que cerca o proletário têxtil não é criado em prol do trabalhador, mas sim do proprietário.

Há o domínio do espaço público e privado, desde a fábrica até sua casa e costumes da vida extra fabril. Logicamente, quando os operários se apropriam do aparato oferecido pelos patrões não reproduziam a dominação da forma simples como tábula rasa, mas atribuíam significados específicos de acordo com a construção cotidiana de suas relações.

3.2. Processo e condições de trabalho

---

[270] MELO, 2011, pp.28-29.

[271] Os operários enxergavam como positiva a entrada nas fábricas têxteis, mesmo com a difícil dinâmica de trabalho.

[272] O ex-operário J. H. nos disse que os operários que tocavam na banda da fábrica Carmen, também se apresentavam como banda particular para conseguir uma renda extra. *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 5. 2008.

A vida dentro das fábricas têxteis não era fácil, o trabalho era extenuante em instalações precárias, com péssimas condições de trabalho. E ainda havia intimidação por parte de vigias, mestres e contramestres. O local de trabalho era um ambiente tenso e, em determinados momentos, hostil.

Iremos explicar como era o processo e condições de trabalho, abordando desde a forma de contratação, as divisões das secções da fábrica, vigilância constante até as consequências de anos trabalhando na indústria têxtil. Utilizamos a Fábrica Carmen como referência principal para descrever a vida nas indústrias têxteis alagoanas. O processo de trabalho entre as fábricas era semelhante, somente com algumas alterações: a ordem dos horários dos turnos dos operários e também, de acordo com o tamanho da fábrica, a quantidade de secções existentes. A partir da observação, principalmente, do proletariado de Fernão Velho, conseguimos compreender a dinâmica de trabalho dentro de uma fábrica têxtil, não somente em Alagoas, mas também dentro do Nordeste.

Estudando a estratégia na contratação de trabalhadores pela Fábrica Paulista estudada por Leite Lopes no Estado de Pernambuco, encontramos diferença na forma de contratação na Fábrica Carmen.

A partir do depoimento dos operários de Paulista, Leite Lopes afirma que uma forma comum de aliciamento era feito por um corpo de agentes da companhia, buscando pelo interior de Pernambuco ou estados vizinhos famílias que "atendessem a certas instruções de recrutamento" passadas aos agentes[273]. A ideia de trazer famílias para trabalhar na fábrica, implica o operário a ponderar suas atitudes diante da administração da fábrica para não perder o trabalho, o sustento da família assim como a moradia, de uma só vez.

Nas fábricas alagoanas, a indicação de um parente ou um amigo era forma muito recorrente, mas não era a única. Boa parte dos operários contratados era de origem rural, no entanto, não havia um aparato como a fábrica Paulista que possuía recrutadores. A utilização dos filhos dos operários e a indicação de parentes criavam um vínculo entre esses trabalhadores. E a ação de um empregado poderia prejudicar aquele que o indicou. Dependendo da especificidade do trabalho (e necessidade) o operário poderia ser contratado vindo de outra fábrica como relatam as entrevistas do projeto *Trama da Memória: tessitura do tempo*. Temos o exemplo de Elias, que nos disse que seu pai trabalhou na Fábrica Anita, em Recife, pertencente ao grupo Othon, mesmo proprietário da Carmen. Foi trazido para realizar um trabalho na Fábrica Carmen durante 03 meses, mas acabou ficando

[273] LEITE LOPES, op. cit. p. 40.

permanentemente. Seu pai era mestre do setor de Cardagem. A sua família chegou a Fernão Velho de trem, uma viagem que durava entre 08 e 10 h.[274]

A contratação de crianças era largamente utilizada, pois era considerado normal empregar crianças a partir do 14 anos, porque assim, além dos salários dos jovens serem menores que o dos adultos, era bem mais fácil controlar e intimidar uma criança no local de trabalho.

A. S. relata: "comecei a trabalhar com 14 anos e com quinze tirei meu registro para trabalhar." A. S. entrou na fábrica por intermédio da irmã que trabalhava no "liçador" (fazia o tecido), disse que no momento da sua contratação, entraram muitas pessoas também. "Aí o dono da fábrica empregou 'tudinho', não tinha documento nem nada". Entravam na fábrica e "ficava no corredor e os mestres da fábrica iam tirando e botando nas secções, era assim". A operária A. S. iniciou sua profissão por volta de 1944 e naquele período os patrões ainda se mantinham rígidos em mudar suas práticas em relação à regularização do trabalho.[275]

O ex-operário M. L. afirma que no ano de 1949 quando tentou conseguir emprego na Fábrica Carmen, e teria que aceitar trabalhar sem estar com a carteira de trabalho registrada, mas o mesmo disse que não aceitou. No entanto, ele nos disse que, três dias depois, a fábrica passou por uma fiscalização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comercio (MTIC) sendo multada por ter cerca de trezentos funcionários em situação ilegal.[276] Esse problema da regularização dos trabalhadores é uma constante e se arrastou durante anos. No ano de 1963, foi discutida, na reunião do Sindicato Têxtil de Fernão Velho, a situação do operário João Verçosa. Consta na ata que ele havia trabalhado 10 meses na fábrica Carmen, no entanto, só teve sua carteira de trabalho registrado após 05 meses de serviço. João Verçosa foi demitido após contrair hérnia, causada pelo trabalho. Mesmo anos após a criação da CLT encontramos relatos dessa prática pela Fábrica Carmen.[277]

---

[274] Sr. E. depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 10. 2008.

[275] A. S. Depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 1. 2008. Ela nasceu no ano de 1930, trabalhou no setor de tecelagem da Fábrica Carmen durante 32 anos.

[276] O ex-operário M. L. chegou a Fernão velho aos dezoito anos de idade e antes de se tornar funcionário do escritório da empresa, exerceu funções menos valorizadas para a fábrica como varrer, construir caldeiras e trabalhou como vigia, só conseguindo ascender na carreira após estudar três anos na escola noturna aprendendo a ler e escrever. Foi admitido no escritório da empresa, para calcular a folha do pessoal e fazer pagamentos, depois de redigir uma carta solicitando a função de apontador. *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 2. 2008.

[277] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho.* Ata da reunião de 17 de fevereiro de 1963.

Em situação parecida esteve a ex-operária M. J., conhecida como Zezinha. Mesmo sabendo que seus documentos estão incorretos teria iniciado na fábrica com quinze anos.[278] O ex-operário J. H., nascido em Fernão Velho, filho de operário,[279] escutou que estavam empregando meninos, e como era filho de operário teve sua contratação facilitada. Nos depoimentos vemos a semelhança tanto na forma de contratação como na idade em que foram contratados, entre 14 e 15 anos de idade.

Os operários guardam na memória as datas de entrada na fábrica, por compreenderem que isso modificou suas vidas de forma positiva. Era uma questão de dignidade o fato de ser contratado por uma indústria têxtil, saindo da clandestinidade ou de serviços menos valorizados pela comunidade como de doceira, pescador e cortador de cana. Na hierarquia da classe operária o proletariado têxtil estava entre os mais valorizados.

O trabalhador não especializado ficava de certa forma renegado da sociedade e dos direitos. No entanto, a partir do momento que ele passava a pertencer a um grupo e passava a adquirir uma identidade de classe, modificava a forma como ele se enxergava perante a sociedade. Antônio Luigi Negro, ao analisar o caso dos operários da fábrica automobilística Willys, faz referência a um novo mundo que se "descortinava após o ingresso numa automobilística, e, de fato o fenômeno da incorporação do migrante à indústria revestia-se de novos significados."[280]

3.2.1. A divisão setorial da fábrica

O processo de fabricação de tecidos passava por várias etapas, contando com a participação de muitos operários em secções diferentes. A utilização de muitas máquinas acarretava um prejuízo aos operários, porque, "aproveitando que as máquinas requerem menos esforço físico, nelas colocavam mulheres e crianças, pagando-lhes um salário mais baixo." Esse processo convertia os operários em "meros apêndices das máquinas." Os horários de produção não são os dos homens, mas os da máquina. Há uma fragmentação tanto do descanso quanto das habilidades no processo produtivo.[281]

---

[278] M. J. nasceu no ano de 1938, trabalhou durante 22 anos na tecelagem. Os outros operários contam que Dona Zezinha era uma mulher que lutava pelos seus direitos chegando até ser presa por não aceitar o aumento no número de teares imposto pela fábrica em 1962. *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 6. 2008.

[279] Seu pai trabalhava na secção de acabamento, na tinturaria.

[280] NEGRO, 2004(a), p. 411.

[281] LENIN, 1979, p. 19.

Na fábrica existiam três seções principais: fiação, tecelagem e acabamento, subdividindo-se em diversas tarefas na produção de tecidos. Como as fábricas têxteis produziam tipos diferentes de tecido, havia determinado grupos de operários para certo tipo de tecido. Outra parte importante dentro do processo de divisão do trabalho estava no escritório, no qual se localizava todo trabalho administrativo da fábrica, desde a compra de algodão até o cálculo da produção realizada pelos operários e o pagamento dos salários.

A fiação era o processo de fabricação dos fios têxteis. Passavam por vários processos, para transformar as fibras têxteis, chamadas de massa, nos fios. Na fiação, as mulheres eram quase maioria e era necessário que a temperatura do local sempre fosse alta, chegando a cerca de 60°C para uma melhor produção dos fios.[282]

Na tecelagem acontecia o entrelaçamento dos fios de "trama" (transversal) e de "urdidura" (longitudinal) para formar o tecido. Nesse também trabalhavam muitas mulheres, mas era uma secção que comportava os dois sexos. Dentro da tecelagem, havia os tecelões da seção de bramantes, formada, em grande parte, por homens, desenvolvendo um trabalho mais pesado nos teares, por conta do tipo de tecido trabalhado, mais grosso. Ao contrário da fiação, a tecelagem tinha que ser um local frio, a temperatura teria que estar abaixo de 20°C, para conseguir conservar melhor os fios.[283]

A seção de acabamento ou tinturaria era onde ocorria o processo de tingimento do tecido, depois de serem tiradas todas as impurezas. Os operários desta seção recebiam taxa de insalubridade, devido os produtos químicos nos quais estavam diariamente expostos. Essa era a seção com o menor número de operários e no processo de decadência da Fábrica Carmen, partir dos anos 1960, foi a primeira seção a ser desativada, em 1972.[284]

Neste processo de divisão do trabalho, os operários eram alocados em três turmas, com 08hs de trabalho para cada turma, ou seja, todos os operários trabalhavam 08hs diárias. As fábricas alagoanas funcionavam das segundas-feiras até os sábados, pois era respeitado o calendário religioso católico, e nos domingos as fábricas ficavam fechadas.[285]

---

[282] M. L. depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 7. 2008.

[283] M. L. depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 7. 2008.

[284] J. V. depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 4. 2008.

[285] Nos domingos, as fábricas têxteis só funcionavam em momentos excepcionais.

Os operários da Fábrica Carmen, em seus depoimentos, quando perguntados sobre sua rotina de trabalho durante o período pesquisado, se confundiam na explicação, tanto dos períodos que trabalhavam quanto sobre a quantidade de horas trabalhadas. Isso é totalmente plausível porque ocorreram mudanças nos horários de trabalho durante os anos e os operários poderiam se confundir em algum momento. Visto isso, analisamos o que nos foi dito e montamos um quadro geral das turmas e dos horários dos têxteis e depois partiremos para as especificidades. O que escrevemos em relação aos horários representa uma "regra geral" no estado entre os anos de 1950 a 1964, devido aos depoimentos coletados.

Os operários de todas as secções (fiação, tecelagem e acabamento) eram divididos em três turmas. A 1° turma iniciava o trabalho a partir das 06hs da manhã até as 10hs. A 2° turma continuava o trabalho a partir da 10hs da manhã às 14hs. Novamente os operários da 1° turma voltavam ao serviço, das 14hs as 18hs. Depois disso, entre 18hs e 22hs, o pessoal da 2° turma trabalhava e encerrava suas atividades diárias. A partir das 22hs, iniciava o trabalho da 3° turma, que trabalhavam às 08 horas continuamente, durante a madrugada, até as 06hs da manhã, quando eram substituídos pelos operários da 1° turma. Esse é o que chamamos de "quadro geral" do tempo trabalhado pelos têxteis. No entanto, esses horários não eram rígidos e imutáveis porque nos relatos encontramos alterações no regime dos horários, mas não na quantidade de horas.

Em muitos casos, a mudança dos horários partia dos próprios operários, melhor organizando seu tempo. O ex-operário J. H. relata que a seção de acabamento da Fábrica Carmen modificou a organização da escala, trabalhava 08 horas por dia, iniciava as 06hs da manhã até as 14hs. No entanto, esse horário era diferente na tecelagem, que era de 04 horas, depois tinha um intervalo e depois mais 04 horas de trabalho. O operário preferia assim, pois não teria que ir a fábrica duas vezes por dia.[286]

De acordo com o seu relato, A tecelã M. J., ela deveria ser da segunda turma da tecelagem. Ela nos disse que trabalhava das 05 horas da tarde até as 22 horas, no entanto, esse tempo não corresponderia as 08 horas diárias de trabalho e a partir de seu depoimento, presumimos que faria parte da segunda turma, trabalhado pelo final da manhã e novamente no

[286] J. H. depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 5. 2008.

início da noite até as 22 horas. Mas Dona Zezinha também disse que muitas vezes ficava uma hora a mais na fábrica para fazer hora-extra.[287]

Encontramos outra especificidade dentro das escalas de trabalho, na tecelagem. Não sabemos exatamente, mas acreditamos que aconteceu a partir dos anos 1960, passando também a trabalhar as 08 horas continuamente, sem pausas. Com a carga horária: das 05 horas e largava às 13h30min. Outra semana iniciava 13h30min e largava às 22hs.[288] Os turnos alternavam por semana. Mas se calcularmos o tempo, encontraremos 30min a mais no estipulado por lei. Imaginamos que poderia ser por causa da pausa para refeição ou para a limpeza das máquinas, pois os operários eram responsáveis pela limpeza das máquinas que trabalhavam.

Na ata de 05 de janeiro de 1954, encontramos o pedido de modificação de horário de trabalho da terceira turma. O presidente do sindicato falou que o motivo da reunião era que muitos operários estavam querendo voltar ao antigo horário de trabalho. Na ata, consta que a proposta foi discutida entre os presentes e "a decisão foi unânime para que voltasse o antigo horário, isto é, das 22h00min as 05h45min do dia e que o descanso semanal ficasse compreendido entre as 05h45min horas do dia de domingo às 22h00min de segunda feira."[289]

Somente a terceira turma, por via de regra, trabalhava de forma contínua na madrugada. A terceira turma, depois dos anos 1950, só podia ter homens trabalhando, isso foi uma exigência dos trabalhadores, e acreditamos que entre as décadas de 1930 e 1940 foi proibida a inclusão de menores na terceira turma. Entendemos que essas mudanças de horários ocorriam no momento de chegada de novos gerentes, nova administração e que foram utilizadas várias escalas na tentativa de melhorar a produção fabril.

Mesmo a CLT, com uma legislação específica para o trabalhador e com um aumento da fiscalização, as empresas sempre tentavam burlar a lei, para conseguir explorar o trabalho dos seus operários por um custo menor, aumentando seus lucros.[290]

---

[287] J. H. depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 5. 2008.

[288] M. L. depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 7. 2008.

[289] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho.* Ata da reunião de 17 de fevereiro de 1963.

[290] Existem nas edições de *A Voz do Povo*, como em algumas atas do Sindicato Têxtil de Fernão Velho, vários casos em que as indústrias têxteis burlavam as leis para reduzir seus gastos e aumentar seus custos. Casos referentes: ao aumento da jornada de trabalho, operários fazerem a limpeza de suas máquinas fora de seus horários de trabalho sem serem remunerados, utilização de menores nas madrugadas e operários que recebiam menos que o salário mínimo.

Na edição do dia 06 de julho de 1958, o jornal *A Voz do Povo* publicou uma matéria afirmando que a Fábrica Alexandria estava utilizando menores de idade para trabalhar depois das 22hs, na 3° turma, o que não era permitido por lei. Essa medida era estritamente para reduzir os custos da produção da 3° turma que só poderia comportar homens adultos. Na mesma matéria, ainda havia outra denúncia contra a mesma fábrica, informando ainda que operários menores de idade estavam trabalhando com duas máquinas e recebiam salários inferiores ao salário mínimo.[291]

Outro ponto que devemos destacar é o fato das moradias dos trabalhadores serem próximas as instalações da fábrica, dentro de seus domínios territoriais para ser exigida dos operários a assiduidade, assim como a pontualidade. Incidindo sobre o tempo do trabalhador. Essa "proximidade serve de argumento à administração da fábrica para exigir horas extras de seus operários."[292] Em casos de chamado urgente, a fábrica ia acordar o trabalhador em casa, para assumir uma função.[293]

3.2.2. Como era calculado o valor da produção dos trabalhadores

Depois de analisar como se dava a divisão setorial da fábrica, entre as turmas e seus horários, cabe a nós também uma explanação de como era valorado o preço da força de trabalho dos operários. Existiam dois tipos de operários: os que trabalhavam e eram pagos pela produção e os que recebiam pelas horas trabalhadas, os "horistas".[294]

A forma de trabalho "convencional" era por produção, a qual o empregado recebia pela produção realizada em suas máquinas durante as horas de serviço. Depois da criação do salário mínimo, o valor da força de trabalho era o salário mínimo mais o valor atribuído pela produção. Então o operário têxtil que trabalhava pela produção, recebia um pouco mais que o salário mínimo.[295] Isso fez com que os operários se sujeitassem a trabalhar com mais de uma máquina para receber um melhor salário e isso resultava em uma diminuição do custo para o proprietário da fábrica que cada vez mais aumentava o número de máquinas por operário,

---

[291] "Menores trabalhando depois das 22 horas na Fábrica Alexandria". *In: A Voz do Povo*. 06 de julho de 1958, ano XII, número 27, p. 4.
[292] LEITE LOPES, Op. cit., p. 58.
[293] J. H. depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Vol. 5. 2008.
[294] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho*. Ata da reunião de 05 de janeiro de 1954.
[295] Vê-se que o *valor da força de trabalho* é determinado pelo *valor dos meios de subsistência* requeridos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho (MARX, 2005, p. 56).

reduzindo seu custo com a força de trabalho tendo a mesma produção, resultando em maiores lucros.

O regime de trabalho por produção vai ser muito mais lucrativo para os industriais no período estudado porque a produção dependia muito da eficiência e "vontade" do trabalhador. No processo de fabricação de tecidos, a eficiência das máquinas estava atrelada ao operário que as utilizava, ou seja, o operário era instigado a trabalhar com mais afinco para produzir mais, pois receberia um salário melhor e consequentemente daria maior lucro para seus patrões. A produção têxtil era o resultado da relação entre a máquina e operário.

Com a automação das máquinas, cada vez mais o trabalho foi se padronizando e a "vontade" deixando de ser condição de maior lucratividade. Os chamados horistas foram se tornando cada vez mais comuns dentro das fábricas no final dos anos 1950, em diante. O regime de trabalho "por hora" era mais lucrativo aos proprietários das fábricas, pois pagavam salários menores e diminuíam o nível de assistência para esse grupo de operários. O crescimento no número de horistas, a partir dos anos 1960, significou a padronização do trabalho nas fábricas e maior sujeição do homem pela fábrica.

No período aqui estudado, havia uma maior quantidade de operários que trabalhavam pela produção e por isso vamos nos deter a explicar esse regime de trabalho. E como era feita essa contagem da produção? Havia o controle de produção onde os contramestres anotavam a produção de cada operário e repassava para o "laboratório".[296] Nas máquinas, havia um marcador e, ao fim do trabalho, quando indicava a cor vermelha, a produção não era boa, mas se o marcador indicasse a cor azul, a produção havia sido boa.[297]

O ex-operário alocado no escritório, M. L., nos disse que os salários sempre foram muito baixos, próximos ao salário mínimo oficial, com a exceção daqueles recebidos pelo pessoal do escritório (média de dois salários e meio) e por trabalhadores com habilidades mais complexas, como soldadores, serralheiros e eletricistas.[298]

Ao ser questionado, nos depoimentos, se aconteciam muitos erros no cálculo da produção, a resposta sempre era "sim".[299] No entanto, o pessoal que trabalhava no escritório

---

[296] O "laboratório" fazia parte do escritório da fábrica, e lá eles recebiam as anotações dos contramestres e calculavam semanalmente o valor produzido pelos operários. Os pagamentos eram feitos ao final de cada semana.

[297] M. L. depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 7. 2008.

[298] Sr. M. L. depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 2. 2008.

[299] *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 4. 2008.

dizia que os números eram repassados pelo contramestre e era nesse tramite onde os "erros" aconteciam. A filha da operária M. L. trabalhou na fábrica fazendo os cálculos da produção da tecelagem e disse que havia muitos erros e o mais comum era os contramestres não coletarem todas as máquinas das operárias, deixando de registrar corretamente a produção.[300]

O ex-operário J. V., quando era adolescente, foi trabalhar na tecelagem, mas como sabia ler e escrever, foi aproveitado no escritório, realizando os pagamentos (pagadoria) e ficou lá até sua aposentadoria, no final dos anos 1970. J. V. fazia os pagamentos da 2° turma, e de acordo com ele, era composta de 1012 funcionários.[301] Outro ex-operário que trabalhou no escritório, registrando a produção, S. E., nos disse que nos problemas entre tecelão e os apontadores,[302] "sempre quem saia perdendo era o tecelão."[303]

3.3. Exploração, vigilância e resistência

Nas fábricas têxteis não havia uma preocupação com as instalações de forma a dar uma maior comodidade e segurança aos operários. O operário estava exposto, sem equipamentos mínimos de segurança, indo trabalhar com suas próprias roupas. A fábrica têxtil era escura e de certa forma, um ambiente insalubre. As instalações eram precárias e os acidentes constantes, principalmente na tecelagem. Com a "lançadeira"[304] muitos trabalhadores ficaram mutilados e houve vários casos de operários cegos e principalmente com problemas auditivos.[305]

A poluição sonora, devido ao barulho das máquinas, atordoava os trabalhadores. Não havia preocupação do patronato com as sequelas após décadas escutando os ensurdecedores sons das máquinas. As operárias afirmam que era muito ruidoso e para conversar e entender outra pessoa falando não era fácil. M. J., quando perguntada sobre a questão sonora respondeu

---

[300] M. L. depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 7. 2008.

[301] J. V. depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 9. 2008.

[302] Também eram conhecidos como apontadores os funcionários que registravam os cálculos da produção, por "apontar" a produção do trabalhador.

[303] Sr. E. depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 10. 2008.

[304] Lançadeira é a peça das máquinas de tecelagem onde enrolam os fios. A lançadeira se movimenta para os lados, em alta velocidade, durante o processo e era muitò comum que ela se soltasse da máquina atingindo os trabalhadores, causando sérios danos aos operários.

[305] M. L. depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 7. 2008.

– "Oxe, era um barulho tão grande nesse mundo... Quando a gente entra vai começando aquela zoada... Ninguém sabia o nome de ninguém, ninguém falava com ninguém, falava que nem mudo [através de mímica]."[306] A angústia transmitida na forma que M. J. falava e movimentava seus braços, quando rememorava o barulho das máquinas no seu dia a dia, faz imaginar a dimensão da violência e do sofrimento de trabalhar durante 22 anos escutando os sons da tecelagem.

Podemos afirmar que dentro e fora das fábricas havia uma vigilância constante, realizada pela indústria têxtil contra seus empregados. No sistema de núcleo fabril, existente na maioria das fábricas alagoanas, o proletariado conviveu diariamente com a coação. Para traçarmos um perfil de como funcionavam as formas de coação dentro das fábricas iremos utilizar o depoimento da ex-tecelã da Fábrica Carmen, M. L., que nos elucida muito dessa relação entre os operários com a vigilância patronal. Além de encontrarmos acontecimentos, no mínimo, curiosos na sua trajetória como operária têxtil.

A tecelã M. L.[307] era conhecida por seu temperamento forte, e foi indicada por vários moradores de Fernão Velho, como uma operária "que não levava desaforo para casa", brigando por seus direitos, uma liderança. Na sua vida na Fábrica Carmen, entrou em atrito várias vezes com superiores e vigias, chegando à violência física. Quando encontramos em alguns depoimentos a fala de operários, dizendo que as questões de fábrica não eram levadas para além de seus muros, afirmamos que isso não se aplica a tecelã M. L., porque o seu desprezo pelos vigias e contramestres e suas mágoas com esses acontecimentos, mesmo décadas depois, estava muito vivo na sua memória.

Ela nos conta que a intimidação era corriqueira, assim que o operário entrava na fábrica já iniciava. Primeiro por parte dos vigias, interrogando os operários que entrassem com qualquer volume "estranho." Os operários ganhavam leite para beber na fábrica, mas M. L. guardava para dar aos seus filhos. Ainda disse que o vigia revistava as garrafas dos operários, e ela já vinha com sua garrafa destampada para não levantar dúvidas, mas mesmo assim, uma vez o vigia agarrou seu braço para intimidar e olhar a garrafa, então ela atingiu o

---

[306] M. J. depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 6. 2008.

[307] M. L., nasceu em 12 de junho 1926, na cidade de São Miguel dos Campos, ficou órfã ainda menina, sofreu maus tratos e foi para casa de uma tia, em Fernão Velho. A partir disso foi trabalhar na Fábrica Carmen e trabalhou Durante 33 anos na tecelagem. E seu marido fora pescador antes de trabalhar na fábrica também, no entanto, ela ficou viúva muito cedo. Eles tiveram 06 filhos, e isso obrigava M. L. a fazer horas extras durante as madrugadas na Fábrica e ter uma renda extra, fazendo refresco, vendendo bolachas, colocava seus filhos para pescar Sururu e vender mercadorias.

rosto do vigia com o recipiente que estava o leite na sua outra mão. Disse que foi chamada pela fábrica, mas não aconteceu nada.[308]

A administração da Fábrica justificava essas atitudes dizendo que era para tentar evitar roubos de panos por parte dos operários, colocando um vigia na porta da fábrica. M. L. afirma que havia operários que subtraiam pedaços de pano escondendo nas garrafas de café, assim passando pela segurança. Mesmo que alguns operários subtraíssem pedaços de pano, não há justificativa para tal violência da parte dos vigias. Em outro momento, ao entrar na fábrica com dois pães, a tecelã, foi interrogada por um segurança, e ela jogou os pães no rosto do segurança da empresa e seguiu para o trabalho. Nesses dois casos, podemos ver que a operária era muito corajosa, por enfrentar os vigias da fábrica e também vemos que a fábrica utilizava seu poder para coagir seus funcionários de forma acintosa.

A situação mais surpreendente relatada pela tecelã foi referente a uma briga entre a mesma e uma funcionária de cargo superior da tecelagem, foi o caso da bancada. A bancada era o local que retirava os fios que estavam sobrando no pano (catavam), o processo final a tecelagem, antes de o tecido ir para a seção de acabamento. O operário era chamado para ir arrumar o pano que não estava na qualidade exigida, assim deixando suas máquinas por um tempo e perdendo um pouco da sua produção. Ela nos conta que foi chamada diversas vezes pela bancada para ir arrumar os panos "defeituosos" e deixava sua máquina para fazer isso. Após "catar o pano", M. L. voltou para o trabalho e quando vestiu o avental, foi chamada novamente pela funcionária da bancada, perdendo a paciência com a situação, disse – "pronto o que deseja minha patroa, minha rainha desta escrava" – E a mulher que tomava conta da bancada falou – "olha para esta moleca, vem besta com desaforo". Depois disso, a tecelã M. L., perdeu totalmente a paciência e socou o rosto da funcionária e pulou sobre a mesa, em cima da funcionária para continuar a surra, sendo separada pelos funcionários. Depois do acontecido, o mestre da Bancada, de quem ela gostava muito, lhe falou que ela poderia ser demitida sem direito a nada. No entanto, nada aconteceu a M. L., nem sequer foi chamada pela chefia para prestar esclarecimentos.[309]

Esse caso é realmente surpreendente, pois mesmo com uma situação limite, devido à agressão, a operária não sofreu nenhuma penalidade da fábrica, nem sequer foi suspensa. Sabemos que ela foi repreendida pelo mestre da bancada, mas isso seria muito pouco,

---

[308] M. L. depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 7. 2008.

[309] M. L. depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 7. 2008.

considerando que a fábrica tinha uma política de suspender trabalhadores por pequenos erros na produção. Acreditamos que isso ocorreu devido à força que a mesma tinha entre as tecelãs e que as operárias deram razão para M. L., nesse caso específico, fazendo com que ela não sofresse punição.

Não foi encontrado nada parecido nos outros depoimentos e esse fato nos faz questionar o porquê de uma operária tão guerreira não ter nenhuma participação no movimento sindical têxtil. E respondemos isso afirmando que as mulheres não tinham espaço dentro do sindicato, não havia um trabalho para trazer as mulheres e elas não assumiam cargos dentro da organização. No entanto, isso só revela o quanto o sindicato perdia porque, ao afastar as mulheres, a maioria entre operários têxteis, de serem ativos dentro da organização da classe operária, era diminuída a capacidade de organização dessa categoria. E, além disso, o exemplo da operária M. L. mostra que lideranças surgem independentemente de estarem no sindicato ou não, mas sim a partir da identidade e de suas atitudes perante seus companheiros de classe.

Os contramestres estavam sempre fiscalizando a produção e se os trabalhadores estavam utilizando o espaço fabril para realizar ações ditas subversivas. A operária conhecida como Zezinha quando se referia ao extenuante processo de trabalho afirmou que "os gerentes e os mestres queriam massacrar o povo." A operária, que passou por momentos difíceis quando sofreu perseguição de um contramestre, nos disse umas palavras que expressaram a influência ideológica a que era submetido e a participação da religiosidade nesse processo.

> Porque a gente trabalhar é do agrado do senhor, a gente obedecer é do agrado do senhor, ele diz, se a gente não obedecer aos senhores aqui da terra, como é que vai obedecer a ele (Deus) que não *tá* vendo. Então nós temos obrigação de trabalhar, obedecer o nosso senhor: os mestres, os contramestres o gerente.[310]

Zezinha escutou e guardou essas palavras ditas na igreja católica, e assim tentava se conformar com a sua situação. A operária foi perseguida porque foi uma das lideranças entre as tecelãs na luta contra o aumento no número de teares imposto pela Fábrica Carmen, no ano de 1962. A operária chegou a ser presa por ordem da fábrica, ficando três dias reclusa. Quando voltou da prisão, nos contou: "apenas me chamaram para pedir as contas, aí eu disse não, peço não, eu quero trabalhar... já faz mais de quinze anos que eu trabalho." Desse momento em diante sua vida na fábrica não foi nada fácil.[311]

---

[310] M. J. depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 6. 2008.

[311] No quarto capítulo sobre organização sindical, campanhas salariais e greves, o movimento grevista de 1962 e suas consequências serão aprofundados.

O periódico comunista *A Voz do Povo*, no dia 26 de outubro de 1958, publicou uma matéria originada a partir de uma denúncia de operários ao jornal.

> Não é esta a primeira vez, em que temos nos ocupado, em denunciar certos abusos de empresas, que muito embora se encontra em dificuldades procura porém sair das mesmas descarregando-as nas costas dos trabalhadores.
> Particularmente esta semana recebemos mais de 10 correspondências sobre irregularidades naquela empresa e o completo descaso do presidente do sindicato e principalmente da Delegacia do Trabalho.
> Uma das reclamações se prende ao abuso dos vigias, que de maneira acintosa ameaçam os operários e dão denúncias falsas, ou seja, suspensões, além de impedir que os operários possam ir aos sanitários, pois os mesmo são fechados - como se o organismo humano pudesse ser regulado pelo horário determinado pelo dono da empresa.[312]

As denúncias vinculadas a Fábrica Alexandria se assemelhavam ao perfil que encontramos nas outras fábricas têxteis. Em geral, os vigias faziam denúncias e ameaças contra os proletários. Além disso, havia a perseguição de mestres e contramestres contra os operários que tinham participação ativa no sindicato ou que entravam em conflito com a fábrica. Como no caso do ex-operário J. V., que afirma ter sofrido perseguição de um gerente que procurava saber dos contramestres, uma forma de "apertá-lo", ou seja, fazer com que perdesse na sua produção. Ele nos diz que isso ocorreu, devido sua atuação sindical e por ter se negado a aceitar um acordo de demissão da fábrica.[313]

3.3.1. Repressão para além dos muros das fábricas

O sistema de núcleo fabril busca controlar a vida do trabalhador em todas as suas dimensões, indo da sua casa na vila operária até as formas de divertimento e lazer. A vigilância e a repressão contra os trabalhadores fora das fábricas é um componente importante dentro do regime de exploração da força de trabalho dos empregados. Para cumprir esse objetivo, existiam duas vias de atuação: com a utilização de capangas da fábrica e através da polícia.

Os capangas e seguranças contratados pelas fábricas fiscalizavam os núcleos fabris, intimidando e chegando a agredir trabalhadores que desrespeitassem os comandos dos industriais. Muitos foram os casos de operários intimidados, ameaçados e espancados, noticiados pelo jornal *A Voz do Povo*.

---

[312] "Cada vez mais dura a situação dos trabalhadores da Fábrica Alexandria". *In: A Voz do Povo*. 26 de outubro de 1958, ano XII, número 43, p. 4.

[313] J. V. depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Vol. 4. 2008.

O correspondente do jornal comunista na cidade de Rio Largo enviou uma notícia, e pela forma como a matéria foi feita, não era a primeira vez que havia acontecido, referente ao espancamento de um operário pertencente à Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos (F. Cachoeira e F. Progresso). Foi noticiado que

> [...] no dia 2 de novembro o capanga José Torres, então gerente da Companhia Alagoana; quase matou um operário. Trata-se do operário Luiz Torquato que se encontrava embriagado. José Torres com auxílio de cinco capangas, José Liberato e outros o espancou barbaramente. [314]

Pelo que consta na reportagem feita, o operário foi espancado por estar embriagado, indo de encontro aos desígnios das fábricas, que dentro do sistema de controle da vida privada de seus empregados, também tentava controlar e impedir excessos dos mesmos, afirmando estar protegendo a moral e bons costumes da localidade. No entanto, o interesse era manter os operários o máximo concentrado em realizar seu trabalho e este espancamento serviria de aviso aos outros operários.

Na Fábrica Carmen, em Fernão Velho, existiam os mestres e contramestres que controlavam a fábrica e o que acontecia nela. Fora dela, existiam vigias, verdadeiros capangas. Campina, Tancredo e Ernandes foram alguns dos que trabalhavam do lado de fora da fábrica. Faziam de tudo, desde ajudar nos preparativos dos festejos até o espancamento de operários por ordem da fábrica. Campina era o "gerente de campo", o capanga que coordenava o espaço fora da fábrica. O ex-advogado do sindicato dos têxteis de Fernão Velho, entre 1961 e 1964, R. A., conta em seu depoimento que Campina fazia todo tipo de serviço, era um homem alto e forte e havia promovido espancamentos de operários.[315]

O operário da Fábrica Carmen de nome José Ferreira da Silva, foi barbaramente espancado por dois vigias da Fábrica, apurou a reportagem do semanário comunista, a mando de Campina. A foto do operário mostra muitos ferimentos em seu corpo e o mesmo acusou "os vigias Manoel Oliveira e Antônio Ricardo" de espancá-lo em plena via pública "a mando de Campina". [316]

---

[314] "Escreve o leitor." *A Voz do Povo*. Maceió: 11/12/55. Ano X, número 13, p. 4. A matéria foi publicada um mês após o espancamento, porque no dia onze de novembro trabalhadores do jornal foram presos a mando do Governador Arnon de Mello, paralisando as atividades do jornal por quase um mês.

[315] R. A. Depoimento cedido ao autor, nos dias 10 e 11 de agosto de 2010.

[316] "Espancado barbaramente um operário pelos vigias da Fábrica de Fernão Velho." *A Voz do Povo*. Maceió: 23/11/58. Ano XII, número 47, p. 1.

*Foto de José Ferreira da Silva após o espancamento.

Observando a forma como a polícia agia, parecia mais para um braço do corpo fabril, levando o medo e violência para as localidades fabris. Com a justificativa da manutenção da ordem e defesa dos trabalhadores contra os subversivos, o poder policial vigiava as localidades têxteis e intimidavam os operários em "atitudes suspeitas."[317]

No do dia 25 janeiro de 1951, aconteceu uma reunião preparatória para um congresso sindical, em Fernão Velho, com o tema "luta em defesa da paz". Com a participação da vanguarda da classe operária e comunista: Renalvo Siqueira dos Santos, Osvaldo Nogueira de Oliveira, Carlindo Marques dos Santos e Jaime Miranda. Diz ainda que foram recebidos com carinho pelos operários e quando já havia iniciado a conversa "chegou quatro praças da policia" tentando impedir a fala dos oradores, no entanto, "os policiais que estavam a mando do patronato não conseguiram impedir a palestra que continuou a ser proferida". Ao final, os operários de "Fernão Velho escolheram os companheiros que deviam participar como delegados a I Conferência Sindical".[318]

O jornal descreve que a agressão aos comunistas se consumou após a palestra,

> Não ousando enfrentar os operários que cercavam os oradores, reforçados por mais outros quatro foram aqueles policiais emboscar-se a distancia e quando aqueles

[317] Pouco tempo depois da posse de Arnon de Mello como governador de Alagoas, a violência e a perseguição à classe trabalhadora voltaram à rotina no estado. Na edição de 18 de fevereiro de 1951, o jornal *A Voz do Povo* denunciou o empastelamento de sua redação por militares do exército. Na mesma edição, há a denúncia de que operários e comunistas reunidos no congresso sindical foram emboscados, espancados e presos, sendo Jaime Miranda (editor do jornal) ferido à faca por um policial. O jornal mais uma vez é atacado e saqueado, até máquinas foram levadas do semanário. O editorial do jornal atribui o empastelamento à denúncia feita sobre a deserção de 50 soldados que se negaram a lutar na Guerra da Coréia, envolvendo a participação do exército alagoano na apreensão de seus equipamentos. "Enfurecidos os provocadores de guerra atacam A Voz do Povo - Definem-se os campos da paz e da guerra em nosso estado - O que fazer". *A Voz do Povo*. Maceió: 18/02/51. Ano VI, número 03, p. 1.

[318] "Ação de massas – os operários em defesa da paz." *A Voz do Povo*. Maceió: 18/02/51. Ano VI, número 03, pp. 1 e 3.

> valorosos lutadores democráticos já se retiravam, foram inopinadamente agredidos pelos truculentos cães de fila. Resistindo corajosamente à agressão e sustentando uma luta heróica e desigual [...] lhes descarregavam golpes de cassetetes chegando a ferir a faca o jovem Jaime Miranda.[319]

Os quatro comunistas foram presos e, segundo a matéria, milhares de trabalhadores se concentraram em frente à delegacia exigindo a libertação dos presos. Renalvo Siqueira dos Santos, Osvaldo Nogueira de Oliveira, Carlindo Marques dos Santos e Jaime Miranda foram libertados da prisão pouco tempo depois. Logo após a libertação, os operários pediram para que os quatro voltassem para Fernão Velho em breve e eles concordaram.

Sem a presença de Jaime Miranda, ainda recuperando-se do ferimento a faca, alguns dias depois o encontro aconteceu. Nas palavras do jornal, "foram recebidos por um número ainda maior de operários que da vez anterior, os quais demonstraram um alto nível de organização, firmeza, espírito de luta e iniciativa". E para evitar novos incidentes "organizaram um serviço de autodefesa, conservando-se à distância dos capangas patronais e esbirros policiais que não se atreveram a perturbar a reunião."[320]

Mesmo existindo a possibilidade de alguns excessos do jornal, como em dizer que milhares de operários foram pedir a libertação dos comunistas presos, não muda o fato de que a polícia a mando da Fábrica Carmen, tentando impedir uma reunião entre comunistas e operários e não tendo sucesso, agredissem e prendessem os militantes do PCB, revelando o nível de controle existente na localidade têxtil.

Em menos de um mês, na Fábrica Carmen, podemos encontrar outra ação policial refletindo o grau da repressão policial não só contra os comunistas, mas também aos operários têxteis. Com a matéria "Violências Udeno-Facistas", podemos ver não só o "perigoso" trabalho do PCB, mas a violência contra a classe operária.

> Apesar das numerosas prisões realizadas na semana passada, e do verdadeiro bloqueio em que se encontrava a cidade, com beleguins e soldados da polícia militar localizados nos principais pontos, o jornal foi impresso e levado à população, principalmente os trabalhadores.
> No bairro de Alexandria, foram realizados "comandos" de casa em casa, para a venda e divulgação de "Voz do Povo". Com o auxílio dos operários da Fábrica Alexandria, organizaram-se patrulhas de vigilância, a fim de se evitar os efeitos do terror policial. Centenas de exemplares foram vendidos nessa concentração operária.
> MAIS VIOLÊNCIAS.
> Em Fernão Velho, aonde se localiza o maior número de operários de todo Estado, realizaram-se diversos "comandos". Em uma dessas ocasiões, diversos trabalhadores foram assaltados pelo destacamento policial. Baseados em seus direitos, resistiram à

[319] "Ação de massas – os operários em defesa da paz." *A Voz do Povo*. Maceió: 18/02/51. Ano VI, número 03, p.1.
[320] "Ação de massas – os operários em defesa da paz." *A Voz do Povo*. Maceió: 18/02/51. Ano I, número 03, p. 03.

> ordem de prisão. A administração da fábrica de tecidos comunicou-se com o distrito do Tabuleiro do Martins e Maceió, pedindo reforços.
> Burlando os policiais, os operários entraram no ônibus. Perseguidos, foram intimidados a descer do coletivo sob ameaça dos fuzis encomendados pela administração. Os passageiros, em sua maioria mulheres e crianças, protestaram contra a ameaça dos soldados, que prometeram utilizar as armas caso os trabalhadores não se entregassem. No entanto, esses se recusaram a descer. A essa altura, o motorista, revoltado com a violência, solidarizou-se com os tecelões, acionou o veículo dirigindo-se para Maceió. No caminho, entretanto, foram alcançados por um tintureiro [camburão, carro de polícia] e um caminhão cheio de soldados que forçaram o motorista a parar em frente à primeira delegacia da capital, onde os trabalhadores foram presos.[321]

A descrição feita no periódico sobre como foi realizada a distribuição dos jornais nas duas fábricas, nos mostra as dificuldades e perigos que corriam tanto os integrantes do PCB, como os operários participantes dos "comandos" e dos leitores, pois todos sabiam que os patrões tinham verdadeira ojeriza ao jornal comunista. Além disso, temos a violência policial contra a classe trabalhadora, perseguindo operários por simplesmente adquirirem um material considerado "subversivo".

Quando perguntado se havia repressão policial em Fernão Velho, o ex-operário S. E. nos disse que existia e que o mesmo já fora alvo dela. Em seu depoimento, sem precisar o ano, afirma que era jovem antes de 1964. Estava conversando com amigos e quando a polícia passou, mandou todos irem para casa, pois "não queriam motim." Quando se juntavam na rua, entre três e quatro pessoas, a viatura passava e mandava dispersar.[322]

A classe operária têxtil em Alagoas teve contra si um aparato coercitivo, da esfera do trabalho no chão da fábrica até a esfera da vida cotidiana. As muitas horas de trabalho, a pressão dos patrões, baixos salários, condições de trabalho, as vilas operárias e núcleos fabris fizeram com esse proletariado estivesse sempre resistindo. A experiência de suas vidas nos mostra que nem mesmo todo um sistema criado pra retirar o máximo dos operários conseguia destruir seu desejo de melhorar de vida e calar sua boca diante do "absurdo" que eram suas vidas.

---

[321] Violências Udeno-Fascistas. *A Voz do Povo*, Maceió, março, 1951. Ano V, S/N, p.2. O estado desgastado desta edição, devido as más condições de arquivamento, nos impossibilita de saber a data a publicação do jornal.
[322] Sr. E. depoimento cedido ao projeto: *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Vol. 10. 2008.

4. SINDICALISMO, GREVES E CAMPANHAS SALARIAIS

Quando iniciamos as pesquisas e fomos buscar fontes sobre sindicatos e sindicalismo têxtil, esperávamos encontrar documentação vasta e valorização das lutas pelos associados. No entanto, não foi com isso que nos deparamos. No Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, onde conseguimos quase a totalidade das fontes[323] sobre o sindicalismo têxtil, vimos uma instituição de classe com arquivos com muito pouco de sua história entre o período de 1950 a 1964.

O sindicalismo alagoano nos anos 1950 e 1960 foi ativo, resistiu às investidas dos industriais e do Estado. Encontramos em Alagoas uma categoria que por ser das mais antigas no estado – os têxteis – construiu sua trajetória a partir de uma longa tradição de embates, acumulando experiência desde as associações mutualistas[324] no século XIX. Viveu de acordo com suas possibilidades, em um contínuo enfrentamento entre o possível e o sonhado. E a partir de suas experiências forjaram uma história que vem sendo revisitada por ser imprescindível para a história da classe operária em Alagoas.

A formação de sindicatos em Alagoas nos remete aos anos de 1917 e 1918, com a militância anarquista e a criação do "Sindicato de Ofícios Vários", que congregava operários de várias categorias.[325] Nos fins do século XIX e início do XX, os gráficos foram a vanguarda dentre os operários alagoanos, pois sabiam ler e escrever, produzindo manifestos e jornais, propagando ideias contra a exploração da classe trabalhadora, pensamentos progressistas, anarquistas e socialistas. Buscavam a organização da classe operária alagoana, como podemos encontrar nos estudos de Osvaldo Maciel[326] e Luiz Sávio de Almeida.[327]

Durante o Estado Novo o cenário trabalhista brasileiro foi modificado com a promoção e incentivo da criação de sindicatos. Isso ocorreu em boa parte do Brasil. Os dados referentes a Alagoas estão subestimados, com apenas três sindicatos até o início de 1942. A diferença é latente quando comparamos durante o mesmo período com estados vizinhos como Pernambuco que possuía setenta e quatro sindicatos e Sergipe, com trinta e um sindicatos. Os

---

[323] Das indústrias pesquisadas, a Fábrica Carmen, localizada no bairro de Fernão Velho, em Maceió, fechou suas portas em 2010 e a Fábrica a Pedra, em Delmiro Gouveia continua funcionando. As outras indústrias têxteis fecharam suas portas entre os anos 1970 e meados dos anos 1980. Isso dificultou a pesquisa sobre os sindicatos que não mais existiam.

[324] As sociedades mutualistas, "existentes pelo menos desde os anos 1830, em substituição às antigas corporações de ofício (extintas com a constituição de 1824) e a determinadas características das irmandades. A primeira lei do Império a tratar especificamente das agremiações mutuais foi a lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860, regulamentada pelo decreto 2.711, de 19 de dezembro do mesmo ano." (MACIEL, 2010. p. 229).

[325] REGO, Otávio Brandão. *Otávio Brandão (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 139 p. dat. p. 9.

[326] MACIEL, 2009(a).

[327] ALMEIDA, 2006.

números alagoanos se assemelhavam com os de Sergipe e Pernambuco, que possuía uma maior tradição sindical.[328] O final dos anos 1930 e começo dos anos 1940, em Alagoas, foi de surgimento de sindicatos e de legalizações de entidades que funcionavam como sindicatos, mas não eram legalizadas.

O Sindicato Têxtil de Fernão Velho foi fundado no dia 03 de dezembro de 1939, no mesmo ano do decreto-lei 1402/39 que regulava a associação em sindicato. A Caixa Beneficente[329] do Sindicato foi fundada em 1942. Foi o primeiro sindicato têxtil de Alagoas e isso não é simples coincidência. A categoria têxtil alagoana é das mais antigas e a fábrica de Fernão Velho a maior e mais longeva do estado durante sua existência.

O proletariado têxtil residente em Fernão Velho tem uma tradição advinda da experiência iniciada com a formação de uma associação mutualista, a "Sociedade Proteção e Auxílio da Cia. União Mercantil" (primeiro nome da Fábrica Carmen em Fernão Velho). Os estatutos foram assinados pelos operários no dia 12 de fevereiro de 1876 e aprovados pelo presidente da província em 21 de abril de 1876.[330] Sobre a experiência da mutual em Fernão Velho, Maciel diz:

> [...] os eventuais embates acontecidos entre o conjunto mais amplo dos operários da União Mercantil – com os inevitáveis conflitos entre grupos internos e possíveis persistências de inimizades – a experiência mutual pontuou-se como um elemento a mais a ser levado pelos operários na baliza das opções cotidianas e de alcance mais longínquo que estes trabalhadores precisavam, a todo o momento, realizar. Desnorteadora, em um primeiro momento, o início da experiência mutualista pode bem ter servido, no médio prazo, para que fossem percebidos os limites concretos de sua intervenção nas condições efetivas de trabalho e vida a que estavam submetidos aqueles trabalhadores que moravam a beira da lagoa Mundaú. Por conseguinte, pode ter facilitado o acesso coletivo destes tecelões a um nível de consciência de classe mais fortalecido e em oposição a outros grupos e classes sociais.[331]

Essa é a hipótese que defendemos por estarem os operários da mesma fábrica entre os primeiros a fundar um sindicato em Alagoas e seu órgão considerado como um dos mais importantes, assim como toda região fabril de Fernão Velho, possuindo papel fundamental dentro das lutas da classe operária em Alagoas.

Nesta dissertação, propomos que o sindicalismo têxtil alagoano não era manipulado pelo Estado. A intensidade dessa relação com a estrutura corporativa variava entre os

---

[328] *Situação Social – organização sindical – 1942-1945*. IBGE. p. 415. A disparidade em relação a estados com uma maior tradição sindical é enorme. No mesmo período São Paulo possuía 266 sindicatos, o Rio de Janeiro (incluindo a Guanabara) tinha 204, a Bahia com 54 e Minas Gerais com 92 sindicatos.

[329] A Caixa Beneficente foi criada para amparar os associados em diversas situações. Ia de auxílio aos familiares em caso de morte do operário até subsídios relativos a necessidades médicas. Ela cumpria um pouco da função que as associações mutualistas possuíam no passado e sua criação era reflexo da falta de assistência social do poder público.

[330] MACIEL, 2007(b). p.91.

[331] MACIEL, Op. cit., pp. 237-238.

sindicatos e períodos históricos. No Sindicato Têxtil de Fernão Velho vimos a experiência sindical de operários que tentaram organizar sua agenda e procuravam manter uma relação democrática com os políticos com benefício mútuo.

Na sede do Sindicato Têxtil de Fernão Velho, há hoje em uma das paredes quadros e nomes contando a cronologia dos presidentes sindicais, da sua criação até o último presidente. No entanto, esse trabalho de preservação da memória feito pelos sindicalizados foi impreciso e promoveu esquecimentos. Em sua trajetória, há fatos importantes em que não aparecem e dão impressão de buscar um esquecimento coletivo. Não tornar história alguns momentos obscuros da entidade era o provável objetivo.

A tabela abaixo foi construída a partir da cronologia feita pelo STFV, mas com as modificações descobertas na análise das atas das reuniões, contradizendo a construção da memória realizada por alguns membros do Sindicato, possivelmente nos anos 1990.

TABELA V. Presidentes de diretorias do Sindicato Têxtil de Fernão Velho[332]

PERÍODO	**NOME**
JUL. de 1939 a JUL. de 1945	Carlos de Araujo*
JUL. de 1945 a JUL. de 1947	Demerval F. de Menezes
JUL. de 1947 a JUL. de 1949	Benedito José
JUL. de 1949 a JUL. de 1951	Estevão
JUL. de 1951 a JUL. de 1953	Carlos de Araujo
JUL. de 1953 a ABR. de 1956	Lourival Lira da Rocha
ABR. de 1956 a ABR. 1958	Abelardo Cavalcante Lins**
ABR. de 1958 a JUN. de 1959	Abelardo Cavalcante Lins
JUN. de 1959 a SET. de 1959	Antônio Domingos dos Santos
SET. de 1959 a ABR. de 1962	José Idalício Costa****
ABR. de 1962 a ABR de 1964	José Conrado Alves*****
ABR. de 1964 a JUL. de 1965	Spinelle (INTERVENÇÃO MILITAR)
JUL. de 1965 a JUL. 1967	José Gomes
JUL. 1967 a MAR. 1969	Pitágoras Bertolino Café
MAR. de 1969 a JUL. 1969	Edval Ramires
JUL. de 1969 a JUL. de 1972	Hermínio Cardoso

[332] Fontes: atas do referido Sindicato (1953-1964), jornal *A Voz do Povo* e cronologia feita por operários localizada no Sindicato.

JUL. 1972 a JUL. de 1990	Veríssimo F. dos Santos
JUL. 1990 a JAN de 2010	Fábio A. de Farias (último Presidente)

*A primeira diretoria foi formada antes da oficialização do Sindicato (03/12/1939).
**Abelardo C. Lins foi eleito presidente em 1955 e empossado em 1956[333]. Por utilização indevida do dinheiro do Sindicato e corrupção foi afastado por volta de junho de 1959. Antônio Domingos dos Santos – vice-presidente – assumiu a presidência do Sindicato durante alguns meses de 1959. Na cronologia do Sindicato não há referência à mudança de presidentes.
***José Idalício Costa comandou o Sindicato durante o processo de escolha do novo presidente. No qual se sagrou vitorioso. Na cronologia feita pelo Sindicato seu mandato teria durado até julho de 1961, o que não se confirmou com as atas.[334]
****José Conrado foi o último presidente do período democrático, sendo preso e deposto em 1964 depois do golpe.

Não encontramos, dentro da documentação acessada, nome de operárias em cargos de diretoria e muito menos como presidente do Sindicato Têxtil de Fernão Velho. Mesmo existindo operárias frequentando as reuniões, elas foram excluídas dos cargos de direção. Representa as práticas machistas dentro da instituição e isso parece ter ocorrido dentro de outros sindicato porque em diversas atas há referência à presença de delegações de outros sindicatos têxteis, como de outras categorias, e não foi registrada nas atas a presença de mulheres. O advogado de diversos sindicatos e de Fernão Velho entre 1961-1964, R. A., afirmou que as mulheres eram valentes e que presenciou essas mulheres puxarem o movimento grevista de 1962. R. A. chegou a escrever um poema, "Mulheres de Ferro", em homenagem à garra das operárias têxteis de Fernão Velho.[335] A falta de participação de operárias na direção do sindicato vai além dos afazeres domésticos e da dupla jornada, passa por uma questão de gênero.

4.1. Finanças e gastos de um Sindicato têxtil

As finanças de um sindicato sempre são difíceis de administrar e esse desafio é multiplicado quando a categoria é altamente pauperizada. Esse é o caso do proletariado têxtil alagoano.

No dia 08 de abril de 1953, em reunião realizada na sede social do Sindicato Têxtil de Fernão Velho, foi discutida a manutenção do gabinete dentário e a contratação de "prático" para extração de dentes pelo sindicato. A diretoria propôs a venda do gabinete dentário pelo fato do sindicato estar em más condições financeiras. Porém, por votação, foi mantido o

[333] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho.* Ata da reunião, 14 de abril de 1956. Ata de posse da nova diretoria.
[334] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho.* Ata da reunião, 21 de abril de 1962. Ata de posse da nova diretoria.
[335] R. A. Depoimento cedido ao autor em 10 e 11 de agosto de 2010.

gabinete e determinada a contratação de um dentista para atender os associados.[336] Essa ata revela algumas questões importantes.

A situação financeira do sindicato não estava boa, e isso já vinha sendo explicitado por Carlos de Araújo, então presidente, em outras reuniões.[337] O Sindicato estava com muitas dívidas e gastava muito com a assistência social a seus componentes. Há aí uma situação conflituosa, pois o sindicato não poderia obter gastos extras, mas a classe depende de ações sindicais e seus recursos para conseguir alguns serviços essenciais. Essa medida sindical de contratar dentista, médico, custear remédios para sindicalizados e seus familiares poderia ser considerada assistencialismo? Não acreditamos ter sido este o caso do Sindicato Têxtil de Fernão Velho. Thomas Jordan, em sua análise da dinâmica do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (SMRJ) nos anos 1950-60 nos diz que:

> Certos observadores do movimento operário brasileiro desqualificam o fornecimento de importantes serviços sociais, médicos e legais como mero "assistencialismo". [...] Nada disso fora prescrito na CLT. Na visão do sindicato, a assistência social não era um fim em si mesmo, mas um meio de assegurar a estabilidade do quadro associativo.[338]

Essa era uma forma de mostrar que o sindicato se importava com o sindicalizado e o operário por ser associado gerava "benefícios e proteções", que só se consegue quando se está fazendo parte da entidade de classe. É a utilização do recurso da classe para a classe e, no caso dos têxteis alagoanos, é fato que os sindicatos promoviam assistência de variados tipos aos seus integrantes, e assim estimulavam o associativismo. A solidariedade de classe é vista em diversas atas do STFV. Como, por exemplo, quando uma associada – não é citado o nome – que se achava em difícil situação financeira, pediu ajuda para tirar os documentos da filha para a mesma poder trabalhar e a solicitação da operária foi atendida.[339] E há vários casos de operários que buscaram auxílio no sindicato, por seus salários só possibilitar, e de forma precária, a subsistência familiar, sendo qualquer gasto adicional muito dispendioso para a família de um trabalhador.

---

[336] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho.* Ata da reunião, 08 de abril de 1953.

[337] Em 05 de março do mesmo ano, foi lida a relação do patrimônio do sindicato e foi constatado que estava o "sindicato em estado verdadeiramente precário em situação financeira, sem a qual nada é possível." A solução proposta foi se pagar 2% do ordenado até se saldar as dívidas deixadas pela diretoria da gestão passada. Houve posições contrárias à proposta feita pela presidência e a proposta ficou para ser discutida em outra reunião. *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho.* Ata da reunião, 25 de março de 1953.

[338] JORDAN, 2004. p. 159.

[339] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho.* Ata da reunião, 22 de abril de 1953.

Fundamental compreender que várias ações de fundo assistencial[340] realizadas pelo sindicato partiam e eram conseguidas através da base. Em momentos no qual a diretoria pretendia retirar algumas formas de assistência, a categoria fazia valer sua vontade através de votação em assembleia. Esse é um dos motivos no qual enxergamos as ações de socorro do Sindicato como não sendo "assistencialismo".

Na reunião de 31 de maio de 1956, foi proposto o aumento da taxa da Caixa Beneficente e apresentada a nova diretoria da mesma. A proposta foi de aumentar dois cruzeiros de contribuição, e mesmo sendo um valo baixo, para os operários era demasiado. Disse o "associado Luiz Crisostomo de Araujo que o aumento de 02 cruzeiros era muito, apenas 01 ele apoiava." No mesmo tom José Gabriel da Silva disse que só pagaria 02 cruzeiros a mais para o sindicato quando ele recebesse um aumento de salário. Mesmo com algumas opiniões contrárias, o aumento foi concedido. A seu favor, o operário comunista Silvio da Rocha Lira[341] disse que o sindicato tinha grande responsabilidade com um médico para os associados e precisava do aumento de 02 cruzeiros para sustentar os operários que se acham em questão judicial com a indústria.[342]

Quando o sindicato tem de promover o atendimento na área de saúde para seus associados é porque a assistência médica pública e fornecida pela fábrica não são de boa qualidade e/ou não são suficientes para contemplar o conjunto da categoria. Durante as décadas de 1950 e 1960, o custeamento de médicos e dentistas fez parte do orçamento anual dos sindicatos. O bairro de Fernão Velho, por ser afastado do Centro de Maceió e principalmente pelo fato de a fábrica ter sido a promotora de grande parte da ocupação e dona das terras, inclusive da mata onde era retirada a madeira para as caldeiras e fornalhas, ela "representava o Estado" porque os governos municipais e estaduais não prestavam praticamente nenhum tipo de serviço. A indústria era quem "cuidava" dos seus trabalhadores, no entanto, esse serviço não dava conta desse proletariado.

---

[340] Ações realizadas para ajudar associados e suprir necessidades que o Estado não conseguia, por descaso e ineficiência.

[341] Operário têxtil da fábrica Carmem, de Fernão Velho, este dirigente do PCB em Alagoas foi, durante muitos anos, secretário de organização do comitê estadual e administrador do semanário *A Voz do Povo*. Em 1958 foi candidato a vereador em Maceió, mas não obteve êxito. Quando ocorreu o golpe militar em 1° de abril de 1964, a polícia não o localizou, por isso não foi preso. Daí em diante passou a viver na clandestinidade, em Maceió; em seguida foi morar em Pernambuco. Na década de 1970, atuando em São Paulo, foi preso com outros comunistas, por ou com militares de variadas patentes vinculados ao PCB. Ficou preso no presídio do Hipódromo, sendo libertado em 1977, com a saúde fragilizada. O dirigente do PCB Marco Antonio Coelho, com quem dividiu a cela, diz que "Silvio Lira foi acometido por distúrbio de fundo nervoso, perdeu os cabelos em ritmo acelerado e manchas brancas cobriram seu corpo. Em menos de três meses, em razão desses males, sua alteração fisionômica foi tão vertiginosa que chegou ao ponto de seu advogado, que ficou cinco meses sem vê-lo, não o reconhecer." COELHO, *Apud*, MAJELLA, Op., cit., p.44.

[342] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho*. Ata da reunião, 31 de maio de 1956.

O Sindicato Têxtil de Fernão Velho sempre viveu com dificuldades para controlar seus gastos, mas em determinados momentos as questões financeiras do sindicato não ocupavam o lugar de destaque das reuniões. No entanto, o ano de 1953 foi de reorganização para o sindicato. As dívidas contraídas levaram a diretoria em quase todas as atas consultadas a exporem os problemas financeiros e a dificuldade de equilibrar os recursos. A diretoria, no dia 21 de maio de 1963, explicou que os gastos do sindicato estavam divididos entre as questões do próprio sindicato e o auxílio aos operários que necessitassem em caráter de urgência. Foi discutida e aprovada que as despesas fossem divididas entre o associado necessitado do auxílio e o Sindicato.[343]

Um das alternativas criadas pelo movimento operário para estabilizar as suas finanças foi a Formação de uma cooperativa. Não foi informado o tipo de cooperativa, mas acreditamos ter a ver com costura e produção de tecidos para vender à população maceioense.[344] No mesmo ano de 1953 o Sindicato fez a proposta de fundar uma cantina ou cooperativa (21/05/53). A ideia da cooperativa era anterior e iria atender ao sindicato assim como a cantina, com a intenção de equilibrar as finanças. O Sindicato conseguiu manter uma situação estável a partir de 1956.[345] Foram necessários três anos para poder organizar as finanças do sindicato, dividindo seus gastos entre o que era referente à entidade e assistência social aos sindicalizados e seus familiares.

4.2. Campanhas salariais e greves

As campanhas salariais sempre chamaram mais a atenção dos trabalhadores. O enfoque econômico mobilizava mais que o fator político. As dificuldades econômicas e as possibilidades de vitória nesse tipo de reivindicação trouxeram consequências imediatas, atingindo demandas urgentes do universo operário, tornando-os mais sensíveis a participação e integração na luta por aumento de salário.

Questiona-se muito, não sem um fundo de verdade, o motivo dos trabalhadores brasileiros se movimentarem essencialmente nos momentos de reivindicação econômica. Porém, falta sensibilidade do movimento operário de enxergar o porquê disso e fazer a classe operária avançar em direção à luta política. O ex-sindicalista e dirigente comunista Rubens

---

[343] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho.* Ata da reunião, 21 de maio de 1953.
[344] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho.* Ata da reunião, 06 de maio de 1953.
[345] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho.* Ata da reunião, 14 de abril de 1956.

Colaço identifica e analisa de forma concisa e precisa o motivo da luta econômica ter ganhado destaque. Ele nos diz:

> Há de se compreender que a greve reivindicativa, a greve econômica, é uma luta de sobrevivência. O operário vai à greve econômica por quê? Porque quer salário, quer melhores condições de trabalho, quer assistência social, uma razão qualquer que ele sente na pele, imediatamente, está doendo nele.[346]

Realmente doía nos trabalhadores a condição precária a qual eram submetidos. Nos momentos em que almejavam melhores condições de vida, os operários têxteis alagoanos participavam ativamente das reuniões em seus sindicatos, pensando estratégias de conquistar direitos. A participação em campanhas nacionais nos revela que, além de conectados, eles "dependiam" muitas vezes da iniciativa nacional como um pontapé inicial para um norte e, após isso, tomavam a frente do processo de forma regional. E os têxteis sempre estavam unidos mesmo quando não organizavam as greves gerais da categoria; participavam e apoiavam das reivindicações de seus companheiros de classe.

O salário mínimo no Brasil foi instituído em 1° de maio de 1940, para vigorar a partir de 1° de julho do mesmo ano. Sua unificação aconteceu somente em 1984. Na sua criação, foram definidos 14 níveis salariais diferentes aplicados em regiões delimitadas pelo governo federal, ou seja, gerando salários maiores para os estados do Sudeste e do Sul e um salário menor para o Nordeste, Norte e Centro-oeste.[347]

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) define que até o ano de 1951, o momento do salário mínimo foi de consolidação, com uma queda violenta no valor de compra entre os anos de 1946 e 1951. Entre os anos de 1952 a 1964, é visto como período de recuperação; até o ano de 1959, houve um forte crescimento de seu poder aquisitivo, chegando em 1957 ao maior valor médio anual da história,[348] cerca de Cr$ 3.700 (três mil e setecentos cruzeiros).[349] No entanto, esse valor não significava a realidade do povo brasileiro; esse número era o valor respectivo a São Paulo e as outras capitais do Sudeste. Em Maceió, o salário em 1956 passou para Cr$ 2.200 (dois mil e duzentos cruzeiros) e Cr$ 2.000 no interior do estado. Além dos valores entre regiões serem diferentes, havia diferença entre o mínimo na capital e no interior dos estados brasileiros.

No Nordeste e, consequentemente, em Alagoas valor do mínimo era bem menor em relação ao Sudeste, cerca de Cr$ 1.500 (mil e quinhentos cruzeiros) de diferença. Por isso

---

[346] MAJELLA, Op. cit., p. 91.
[347] DIEESE, 2005, p.4.
[348] Ibid., Ibidem. O valor do salário mínimo correspondia a R$ 1.106,05, a preços de março de 2005.
[349] Tabela dos valores nominais do salário mínimo (1940-1999), DIEESE. Acesso em 20 de novembro de 2011. http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htm.

analisamos com desconfiança as análises do DIEESE, quando mostram números de uma situação nacional, representando somente algumas capitais do Sudeste, (esses números não condizem com a metade das capitais brasileiras). Por isso devemos encarar com ressalvas quando o DIEESE diz que de 1952 até 1964 foi uma época de bons salários e alto poder de compra[350] porque, como veremos a seguir, os trabalhadores, no período estudado, estavam sempre com muitas dificuldades para conseguir manter a subsistência e lutando bravamente por melhores salários e condições de vida.

O salário mínimo entre 1952 e 1964 é, definitivamente, melhor que na década de 1940. No entanto, deve-se levar em conta a alta taxa de inflação no Brasil na década de 1950, em média 19% e na década de 1960, chegando aos 40%.[351] Esses altos valores diminuíam o poder de compra do salário mínimo, mantendo a classe trabalhadora sempre em dificuldade financeira.

A classe operária brasileira conseguiu melhorias salariais entre os anos de 1952 e 1964. Isso acontece, devido à nova face do governo, o processo de industrialização e as pautas de reivindicações dos sindicatos e trabalhadores em geral: reajustes salariais; 13° salário, conquistado em 1962; salário família, em 1963 e as campanhas pelas reformas de base até 1964.

4.2.1. A campanha salarial de 1953

Observamos a indignação dos trabalhadores com os rumos de uma negociação de aumento salarial em 1953, intermediada pelo Delegado do Trabalho Álvaro Mendes de Oliveira, na qual os operários foram enganados por um acordo entre os industriais das fábricas têxteis e o Delegado do Trabalho.[352] Em reunião da diretoria do STFV, do dia 2 de julho de 1953, o presidente do sindicato fez ciente aos presentes que havia ido ao "diretor da Fábrica Carmen, Sr. Dr. Alberto Brito Bezerra de Melo a fim de solicitar aumento de salário para os operários em geral e fazer-lhe ver as necessidades dos companheiros". Ainda segundo o presidente sindical, Alberto Bezerra de Melo mostrou boa vontade em atender a solicitação.[353]

O presidente conta que alguns dias após a visita ao diretor da fábrica foi convidado a comparecer a Delegacia Regional do Trabalho, a fim de assistir a uma reunião de presidentes

---

[350] Ibid., Ibidem.

[351] IBGE.http://pt.wikipedia.org/wiki/Infla%C3%A7%C3%A3o#.C3.8Dndices_da_infla.C3.A7.C3.A3o_.28IBGE.29. Acesso em 01 de dezembro de 2011.

[352] Pressionado pela classe operária foi retirado do cargo e entregue a Edson Falcão.

[353] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho*. Ata da reunião, 02 de julho de 1953.

sindicais. Na referida reunião houve um impasses entre o preterido pela categoria e o que os patrões aceitaram aumentar. Com o fim da reunião, os têxteis pleitearem um aumento de salário e o acordado naquela reunião foi um aumento de 40% sobre o salário mínimo, ficando encarregado o Delegado do Trabalho de apresentar a proposta aos industriais. O presidente adiantou que conforme entendimento anterior, Álvaro Mendes de Oliveira e o diretor da Fábrica Carmen, Alberto Bezerra de Melo, tinham chegado ao acordo de pagar 20% sobre o salário.

Em prosseguimento à reunião do dia 02 de julho, foi pedida a opinião dos presentes para decidir se aceitavam os 20% ou se pleiteavam os 40%. De acordo com a ata, o operário Silvio Lira não concordou com os 20%, pois achava o aumento muito pouco para a situação dos operários e solicitou a convocação de uma assembleia geral, pois assim um número maior de associados discutiria o assunto. Em seguida, o operário Arlindo Lopes "incentivou os companheiros a unirem-se aos esforços do Sr. Presidente".[354]

Os sindicatos pediram 40% e os patrões queriam pagar apenas 20%. Os presidentes dos sindicatos aceitaram a contraproposta patronal, reduzindo pela metade o cálculo dos têxteis para um "salário justo". Porém, não podemos afirmar se era uma estratégia de lançar um valor alto esperando uma contraproposta com uma redução desse valor, ou se podemos interpretar que os sindicatos não tinham força para pleitear o desejado e os 20% foi considerado bom. A segunda interpretação parece mais sensata, tanto pela participação do Estado nas negociações, cumprindo o papel de mediador, quanto pelo fato do valor combinado entre as partes ser a metade do proposto pela classe.

A assembleia geral aconteceu no dia 5 de julho de 1953, no prédio do Recreio Operário. Fazendo uso da palavra, "o presidente adiantou que, na sua opinião, os 20% sem luta e com boa vontade dos patrões seria preferível aos 40% com lutas e com atrapalhos." Em seguida, foi dada a palavra ao associado e representante do sindicato junto a Federação, João Nunes de Melo, a fim de explanar sobre uma reunião no Palácio do Trabalhador, cujo tema foi o aumento de salário pretendido pela Federação. João Nunes concordava com os 20%. Silvo Lira usou da palavra "para interrogar ao Sr. Presidente: se os 20% era coisa certa, pois se assim fosse, não adiantaria lutar pelos 40%, ficando assim decidido por unanimidade a aceitar-se os 20% de aumento salarial."[355] Levantamos a hipótese de que a proposta de 20% já

---

[354] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho.* Ata da reunião, 02 de julho de 1953.

[355] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho.* Ata da Assembleia de 05 de julho de 1953. O operário e dirigente do PCB Silvio Lira havia tentado levar a votação salarial para a assembleia, pois sabia das necessidades da categoria e que a possibilidade de aprovar lutar pelos 40% era maior

havia sido discutida e aceita entre as diretorias dos sindicatos têxteis alagoanos e a DRT. E, nas reuniões, as diretorias fizeram valer sua vontade convencendo o conjunto dos trabalhadores que era melhor aceitar a contraproposta dos industriais. Mas a proposta de 20% de aumento seria modificada durante o processo, em novo acerto entre a administração das fábricas e o Delegado Regional do Trabalho Álvaro Mendes de Oliveira.

A modificação no acordo salarial feita pelo Delegado do Trabalho e os empresários foi debatida pela diretoria do sindicato, em reunião acontecida no dia 16 de julho de 1953. Pela nova proposta, faria parte do aumento de 20% todas as compensações no salário desde 1952, prevalecendo também a assiduidade ao trabalho. Com isso os operários não receberiam nem os 20% antes proposto pelos patrões. Os operários ficaram indignados por terem sido enganados pela DRT. Em forma de desabafo, o associado Mario Cavalcante perguntou por que os delegados do trabalho de Alagoas sempre afirmam que os operários deviam sempre aceitar as ofertas dos patrões e pediu a união dos operários pelos seus direitos. Silvio Lira disse que iria averiguar se haviam outros termos no acordo para prejudicar os operários. No entanto, nenhuma proposta de luta foi apresentada.[356] As dificuldades de mobilização da categoria diante da falta de apoio da DRT e da pressão dos patrões desencorajaram o enfrentamento.[357] O salário mínimo ficou em torno de 1.000,00 (mil cruzeiros) para a capital e um menor valor para o interior.

Os operários foram enganados pelo Delegado do Trabalho. Esse acertou novos termos na negociação salarial, resultando em um aumento menor que os 20% acordados entre trabalhadores e empregadores. A categoria ficou de mãos atadas, pois a "traição" incluiu o representante legal do Estado, reduzindo assim as possibilidades de luta. Os operários fizeram referência ao passado, remetendo essa situação de serem prejudicados pela DRT, como algo já conhecido entre eles.

Outro ponto importante a frisar é que a diretoria do STFV no período não era combativa, comandada por Carlos Araujo, mestre geral, e de certa forma ligado aos autos escalões da fábrica. Isso tem que ser levado em conta, pois não houve nenhuma posição do sindicato, na ata, sobre o desfecho da campanha. As únicas consequências positivas foram a unidade dos sindicatos têxteis em busca de uma pauta econômica, resultando no aumento do salário. E em pouco tempo o Delegado do Trabalho Álvaro Mendes foi destituído do cargo.

---

se houvesse muitos trabalhadores na assembleia, estimulando o enfrentamento. No entanto, Silvio Lira, estrategicamente, recuou e aceitou a proposta de 20% sem maiores disputas na assembleia geral quando percebeu que o conjunto da categoria pretendia aceitar "os 20% sem luta".

[356] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho.* Ata da reunião de 16 de julho de 1953.

[357] MELO, 2011. p. 12.

4.2.2. A greve, a lei e a ordem: o movimento dos têxteis em 1956.

Durante a tarde de 11 de agosto de 1956, um sábado, foi deflagrada uma greve na Fábrica Carmen, devido ao não pagamento do novo salário mínimo. Para o relato do movimento grevista de Fernão Velho, em Maceió, do dia 11 de agosto, utilizamos duas fontes principais. Além do jornal comunista *A Voz do Povo*, buscamos suporte em três processos trabalhistas contra cinco operários, acusados de liderar o movimento.

Foi dada entrada nos três processos, todos no mesmo dia, na Junta de Conciliação de Julgamento (JCJ) de Maceió,[358] 10 de setembro de 1956, exato um mês após a paralisação. Os operários processados foram José Correia da Silva[359], Sebastião Ramos Galvão, Manoel Gabriel Silva[360], Solon Araújo e Sebastião Correia Dantas[361].

Os operários de Fernão Velho estavam ansiosos pela implantação do novo salário mínimo. No dia 03 de março de 1956, em uma assembleia extraordinária realizada na sede social do STFV[362], José Viana Filho, então Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alagoas, discorria sobre o novo salário mínimo a ser decretado no ano de 1956.

O jornal *A Voz do* Povo apresentava a vitória parcial dos trabalhadores brasileiros com o aumento do salário mínimo decretado por Juscelino Kubitschek.

> A decretação pelo Presidente da República, sábado último, dos novos níveis de salário mínimo no país, constituiu vitória parcial dos trabalhadores, fruto do espírito unitário, da firmeza e grande movimentação dos trabalhadores nesses últimos meses. É importante assinalar que diante de grande movimentação nesses estados: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Paraná, Rio Grande do Sul, Alagoas e Santa Catarina, teve o governo que ceder a pressão dos trabalhadores.
> Em 07 estados: Bahia, Distrito Federal, Ceará, Amazonas, Maranhão, Pará e território do Acre, no entanto, o decreto presidencial rebaixou os salários sugeridos, cedendo assim o governo à pressão dos patrões.[363]

O mínimo desejado para Alagoas era de Cr$ 2.500 cruzeiros, sendo estabelecido Cr$ 2.200,00 para a capital e Cr$ 2.000,00 para o interior. Para o periódico, "Sem os protestos não

---

[358] Antes de ser criado o Tribunal Regional do Trabalho da 19° Região (Alagoas), instalado só em 28 de junho de 1992, o estado era coberto por Juntas de Conciliação e Julgamento, as JCJ, subordinadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 6° Região, em Pernambuco. A primeira JCJ alagoana foi criada, por decreto, em dezembro de 1940, passando a funcionar em 1° de maio de 1941.

[359] Processo n° 182/1956.

[360] O processo de Sebastião e Manoel é o mesmo: n° 183/1956.

[361] Solon e Sebastião Dantas também responderam ao processo juntos, o de número 184/1956.

[362] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho.* Ata da reunião, 03 de março de 1956. Para esta assembleia extraordinária, o Delegado Regional do Trabalho em Alagoas, Sr. Edson Falcão, foi expor seu programa de trabalho para os operários. Depois ouviu as denúncias dos trabalhadores referentes a perseguições sofridas na fábrica, pedindo fiscalização e ação do Delegado, que prometeu fiscalizar e resolver os conflitos harmoniosamente.

[363] "Vitória dos operários – 2.200 cruzeiros para Alagoas". *A Voz do Povo*. Maceió: 22/07/1956. Ano XI, número 18, pp. 1 e 4.

teria sido possível a decisão da Comissão". A matéria seguia, incentivando todos à luta, para que o aumento chegasse também para aqueles que não foram contemplados e para garantir cumprimento dos pagamentos dos novos valores pelos patrões.

O PCB edita diversas matérias contra a carestia, reportagens com sindicalistas afirmando que a conquista do novo salário mínimo só seria completa sendo a luta também pelo congelamento dos preços, caso contrário o novo salário perderia seu "valor", reduzindo ainda mais o seu poder de compra.[364]

Em uma segunda-feira, no dia 06 de agosto de 1956, foi realizada uma assembleia no Palácio do Trabalho, "superlotado", entre os sindicatos filiados à Federação dos Trabalhadores. Os temas a serem discutidos eram: "aplicação do salário mínimo, deter a carestia, reajustamento na base de 120%, denúncias das firmas que não estão pagando o salário". *A Voz do Povo* noticiou "uma movimentada assembleia de trabalhadores, dela tomando parte ainda os presidentes de 11 sindicatos filiados a Federação dos Trabalhadores. Salientamos a presença de Fernão Velho e da indústria de açúcar, participando da reunião dezenas de trabalhadores desses setores". A tônica dos discursos foi sobre a vitória dos trabalhadores com a conquista do novo salário, bem como a necessidade de lutar para a aplicação desse nos locais de trabalho. Outro tema muito debatido foi a necessidade de congelar os preços.[365]

Tudo começou na Tecelagem

No dia 11 de agosto de 1956, a primeira turma de tecelões da seção de bramantes, seção formada exclusivamente por homens[366], deixou a fábrica às 9h daquele sábado, para onde retornariam apenas às 13h, fechando o turno. Ao saírem da fábrica, os operários receberam seus pagamentos (semanal) e muitos deles dirigiram-se imediatamente para a sede do sindicato. A razão era o não cumprimento, por parte dos donos da fábrica, do pagamento do novo salário mínimo, decretado dias antes pelo governo JK. Os tecelões queriam alguma explicação e dentro do sindicato foi formada uma comissão para dialogar com o chefe do

[364] "Não permitir que o salário-mínimo seja liquidado". *A Voz do Povo*. Maceió: 29/07/1956. Ano XI, número 20, p. 1.
[365] "Assembleia dos trabalhadores". *A Voz do Povo*. Maceió: 12/08/1956. Ano XI, número 22, pp. 1 e 4. Nessa reunião, a Federação formou uma "comissão de congelamento de preços" para manter contato com a Câmara Estadual e Municipal, entidades estudantis e imprensa.
[366] Em geral, as tecelagens das fábricas têxteis são dominadas por mulheres. A seção de bramantes é onde se faz um trabalho mais pesado nos teares, por conta do tipo de tecido trabalhado.

escritório, presente na fábrica. A comissão foi formada por cerca de cinco tecelões, acrescidos do presidente do sindicato.

Em conversa com o representante patronal, o mesmo afirmou estarem certos os salários, correspondendo ao valor estipulado pelo governo para o mínimo. Inconformados com a resposta, os operários retiraram-se para o sindicato e lá, com um número maior de tecelões, resolveram paralisar as máquinas ao retornarem para o serviço, às 13h.

Avisado pelo operário José Gomes da paralisação, o gerente "momentâneo" da fábrica[367] solicitou ao mesmo que formasse uma comissão entre os grevistas para um diálogo e assim resolver a questão. Dos trabalhadores que responderam processo na JCJ, apenas Manoel Gabriel e Solon Araújo não compuseram nenhuma das duas comissões, sendo a participação de ambos no movimento apenas terem ficado parados junto aos seus teares.

Durante a conversa com o gerente Tancredo, o mesmo confirmou o discurso do chefe do escritório, alegando a total justeza nos pagamentos. Diante da negativa dos operários, Tancredo prometeu-lhes enviar um telegrama para um dos diretores da fábrica, que se encontrava em Recife, e em dois ou três dias a questão seria resolvida, pois o gerente não possuía poderes para tomar qualquer decisão. Assim, solicitou aos trabalhadores que voltassem aos seus serviços.

Os tecelões responderam ao gerente que iriam informar aos outros operários a resposta obtida, pois não podiam falar em nome de todos. Ao voltarem para a fábrica e repassar como se deu a reunião com o representante patronal, os trabalhadores resolveram manter a greve, que se estendeu pra além da seção bramantes, paralisando toda a tecelagem da fábrica (composta por, aproximadamente, setecentos operários, entre homens e mulheres).

O movimento encerrou-se no final da tarde, por volta das 17h, com a chegada do Delegado do Trabalho em companhia do delegado de polícia e alguns policiais ao local[368], pedindo aos operários para voltarem aos seus postos, pois o mesmo comprometia-se a resolver a questão junto aos diretores da fábrica, prometendo ainda não ser punido nenhum dos envolvidos.

---

[367] Na verdade, Tancredo Antunes apenas exercia a função de gerente no momento por causa da ausência do titular. A função real de Tancredo dentro da fábrica era gerenciar a farmácia, o empório e o almoxarifado. No entanto, afirmou em seu depoimento ter exercido a função de gerente em outras oportunidades.

[368] Em um ofício anexado aos processos, o Delegado do Trabalho negou a presença da polícia, mas relata ter chegado à Fernão Velho junto com um dos advogados da fábrica, que foi buscá-lo em Maceió. Por outro lado, praticamente todas as testemunhas (além dos jornais) são unânimes em confirmar a presença da polícia no dia da greve, em companhia do referido delegado trabalhista.

A greve sob o olhar da Justiça do Trabalho

Para os dirigentes da Fábrica Carmen, a greve foi ilegal. Para tanto, seu advogado foi buscar suporte no Decreto-lei nº 9.070 de 15 de março de 1946[369], publicado durante o governo Dutra e que regulava os movimentos grevistas no país.

O advogado do sindicato, em sua defesa para com os operários, busca suporte na Constituição do mesmo ano de 1946, onde o Artigo 158 trata do direito de greve no Brasil: "É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará". Por ser a Constituição posterior ao decreto de Dutra, a defesa alega ser o referido decreto inconstitucional, pois esse artigo o suprime, passando a regular as greves no país.[370]

Em sua sentença, o juiz da Junta de Conciliação de Julgamento de Maceió teve a mesma compreensão do advogado sindical, dando parecer favorável aos cinco operários, ordenando a imediata volta ao trabalho, bem como o pagamento dos salários atrasados. Diante da sentença, a Fábrica Carmen recorreu junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, instância superior hierarquicamente a Junta de Maceió.

Ao dar entrada no TRT, o advogado da Fábrica Carmen se prendeu em dois eixos argumentativos. O primeiro, diz respeito à decisão do juiz ser única e exclusivamente baseada na discussão de ser inconstitucional ou não o Decreto-lei nº 9.070. O segundo ponto afirma ter o juiz ignorado a razão principal da greve: o novo salário mínimo. Para o advogado, não foi tratada esta questão em momento algum no desenrolar do julgamento. Para os patrões, os salários pagos estavam de acordo com o novo mínimo decretado, mais um motivo para considerar a greve ilegal.[371] Por fim, demonstra em longas citações sua defesa da vigência do decreto em questão, explicitando que até mesmo o Supremo Tribunal Federal condena

---

[369] De acordo com o decreto, uma greve só pode ser iniciada se antes for informada as razões e as finalidades da mesma perante o Departamento Nacional do Trabalho ou as Delegacias Regionais (DRT). Avisados, esses órgãos teriam 48 horas para promover a conciliação. O desrespeito a esses prazos constituía falta grave, sendo autorizada a demissão, inclusive para empregados estáveis, mediante processo nos tribunais trabalhistas. A simples participação no movimento, mesmo não assumindo qualquer papel de liderança, é considerada como participação direta, submetendo todos os trabalhadores envolvidos aos ditames do decreto.

[370] O artigo da Constituição é vago, não encerrando a questão. Os juízes favoráveis ao decreto afirmaram que como o artigo deixa brecha para a regulação das greves no país, é o próprio decreto, então, quem faz este papel. A Constituinte de 1946 era majoritariamente conservadora, com ampla maioria dos deputados do PSD ou da UDN. Não por menos, o artigo sobre as greves era incompleto, abrindo espaço para o Decreto-lei nº 9.070.

[371] Os donos da empresa resolveram conceder um abono de Cr$ 96,00 por semana. Para tanto, exigiu um aumento significativo na produção, consequentemente mais trabalho para o operariado. Para alcançar o mínimo de produção exigido pela fábrica, seria necessário também aumentar o número de teares por cada operário (processo de sobre-trabalho), pois sem uma melhoria no equipamento, com os teares utilizados na Fábrica Carmen era praticamente impossível alcançar tal produção. Somando-se a isso, as condições de vida e moradia pioraram porque subiu o valor do aluguel das casas da vila operária e a taxa de higiene era paga semanalmente a fábrica. Com a exigência do aumento da produção, nem mesmo com o abono pago, o salário final dos operários alcançava o valor do salário mínimo estipulado pelo governo.

movimentos grevistas. Na opinião do advogado do sindicato, a decisão do juiz baseou-se na acusação da Fábrica Carmen. A fábrica em momento algum julgou o caráter da greve, apenas queria provar sua ilegalidade perante o supracitado decreto antipopular do governo Dutra.

No entanto, o TRT mostrou-se mais conservador e aberto a classe patronal do que a Junta de Maceió. E quando o TRT voltou-se para os operários, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) deu ganho de causa para a Fábrica Carmen. Como os cinco processos versam sobre o mesmo tema, os processos têm decisões e argumentos muito semelhantes, sendo diferentes em pequenos detalhes. No geral, todos são unânimes em relação à constitucionalidade do Decreto-lei nº 9.070.

José Correia é condenado e sua demissão é autorizada pelo TRT. Então, o operário recorre. No TST, o recurso de José Correia foi negado e sua dispensa também foi autorizada. Assim como o TRT, o TST votou pela legalidade e constitucionalidade do Decreto-lei nº 9.070, considerando o movimento de Fernão Velho como ilegal, por não ter comunicado previamente as autoridades competentes.[372]

No julgamento do Recurso do processo nº 183/1956, o Procurador Regional do Trabalho, em seu parecer, também alegou não ser inconstitucional o Decreto-lei nº 9.070, autorizando a demissão dos funcionários Sebastião Galvão e Manoel Silva que responderam ao processo. Seguindo o parecer do Procurador, o Acórdão final dos juízes do TRT da 6ª Região foi pela demissão de Sebastião Galvão, mas mantiveram a decisão da JCJ de Maceió referente a Manoel Silva. O caso foi para o TST, onde os juízes mantiveram a decisão sobre Sebastião e autorizou a dispensa de Manoel, baseado no entendimento de não ser inconstitucional o supracitado decreto-lei.

No processo nº 184/1956, de Solón Araújo e Sebastião Dantas, o Procurador do TRT explicou em seus argumentos, baseado nas decisões do Supremo Tribunal Federal, ser perfeitamente aceitável a existência do decreto-lei com a Constituição de 1946, não aceitando a anulação do primeiro frente à promulgação da segunda. Com argumentos muito favoráveis a classe patronal, o Procurador afirma que as greves devem ser reguladas, não podendo ter um caráter absoluto. Ainda segundo o Procurador, as greves:

> São recurso extremo, desesperado, resultante (...) da impossibilidade, comprovada historicamente até o início deste século, de o Estado oferecer, às classes trabalhadoras meios, instrumentos de solução dos problemas do trabalho. No Brasil, a instituição da justiça trabalhista, converteu o problema da greve em problema jurídico, transformou-o em direito a ser exercido em termos legais, subordinando à

[372] O fato agravante foi uma suposta prova, nos autos: a confissão de José Correia como líder do movimento, confissão que não se deu em momento algum, sendo acusado de líder apenas pelas testemunhas patronais. E este foi o tom dos outros processos.

> decisão dos tribunais. Qualquer fuga a essa orientação constitui ofensa às normas reguladoras da matéria.[373]

Em seu discurso conservador e ofensivo para com a classe trabalhadora, o Procurador expôs o pensamento burguês sobre um instrumento legítimo dos trabalhadores. E nesse discurso afirma até o caráter da própria Justiça do Trabalho que, de maneira falaciosa, regula essas relações para o bem de todos, mas a intenção é de regular formas mais efetivas de luta contra o capital, harmonizando as disputas entre Capital e Trabalho, transferindo totalmente para o sistema jurídico que é majoritariamente favorável aos patrões. Mesmo reconhecendo conquistas da classe trabalhadora com a CLT, acreditamos no caráter burguês de sua constituição.

No entendimento dos juízes do TRT da 6ª Região, Sebastião Dantas, "provado" ser um dos líderes da greve, deveria ser demitido, enquanto Solon Araújo foi isento de qualquer penalidade, pois foi considerado que no decorrer dos fatos em Fernão Velho, Solon apenas agiu por receio de ser punido ou mal visto por seus companheiros. Em outras palavras, a participação do operário se deu por medo diante de seus colegas, e assim a greve de Fernão Velho torna-se um movimento violento, se não fisicamente, pelo menos moralmente, fato sempre negado pelos depoentes que participaram da greve. Não se conformando com o resultado da decisão do TRT para com Solon Araújo, os proprietários da Fábrica Carmen recorreram ao Tribunal Superior do Trabalho. Para isso, utilizou-se novamente do decreto-lei de Dutra, afirmando que o mesmo não distingue entre líderes e participantes de uma greve e todos devem ser punidos quando a mesma for considerada ilegal, justificando assim a dispensa de Solon. Por meio do advogado de seu sindicato, Sebastião Dantas também recorreu à decisão. No TST, a decisão foi manter o que foi acordado no TRT para os dois operários, Sebastião demitido e Solon inocentado.

A Fábrica Carmen, ainda não se contentando com a decisão dos tribunais trabalhistas, recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra Solon. Isto em 1960, quatro anos após a deflagração da greve. Mas o desfecho do julgamento acontece de outra forma: no dia 08 de junho de 1960, a Fábrica Carmen pede o arquivamento do processo junto a JCJ de Maceió por conta do "pedido de demissão do requerido Solon Araújo, no qual autoriza à Requerente assim proceder, renunciando a qualquer vantagem por ele auferida, no já mencionado processo".[374] Em uma carta aos diretores da Fábrica Carmen, Solon explicita o motivo de abrir mão de todos os seus direitos, incluindo os salários que deixou de receber por conta da

---

[373] Processo nº 184/1956. Tribunal Regional do Trabalho 19º Região, Maceió, p. 180.
[374] Processo 184/1956, Tribunal Regional do Trabalho, 19º Região, Maceió, p. 246.

tramitação do processo, além de férias, 13° salários, indenizações e aviso prévio: o ex-operário tornou-se funcionário público municipal, autorizando o arquivamento do processo.

O Sindicato Têxtil de Fernão Velho era um dos mais fortes e atuantes do estado, ao lado dos marítimos e dos petroleiros, constituindo uma força dentro do movimento operário alagoano. Através da luta, os trabalhadores conseguiram seus direitos, negados pelos patrões. No entanto, o movimento não se encerra no momento em que as lutas salariais ou políticas são amenizadas. Houve uma forte represália contra os tecelões, com a vitória da fábrica nos tribunais do TRT e TST, pois sob circunstâncias obscuras, o valor da constituição foi reduzido para validar um decreto anterior a promulgação da constituição. A manipulação realizada foi um golpe na classe operária. E resultou na demissão dos cinco grevistas.

Consequência importante dessa greve foi o abalo nas relações entre os operários e Edson Falcão, Delegado Regional do Trabalho, e, em decorrência, com o governador Muniz Falcão.[375] Edson Falcão era Delegado do Trabalho desde 1953, e acreditamos que pela sua boa relação com os trabalhadores e por cumprir bem seu trabalho de fiscalizador e regulador das lutas entre Capital e Trabalho, foi mantido no cargo no governo de Muniz Falcão. Quando posto à prova, o Delegado do Trabalho chegou à Fábrica Carmen, acompanhado da polícia e agiu de maneira truculenta, gritando e mandando os tecelões voltarem ao trabalho. Como não conseguiu convencê-los através dos gritos, prometeu negociar com a fábrica e não haver punição para os grevistas. Contudo, o acordo feito não foi cumprido, resultando em punições, processos e demissões.

No dia 29 de setembro de 1956, *A Voz do Povo* trouxe uma matéria referente à vitória dos trabalhadores que paralisaram seus trabalhos no dia 11 de agosto de 1956. O periódico afirma que eles passaram a ter seus salários reajustados e essa experiência deveria ser valorizada pelos operários das demais seções, pois a vitória se deu através da união dos operários.[376]

A experiência adquiria pela Classe operária fez parte da consciência de classe desses trabalhadores. Na edição de 28 de outubro de 1956, encontramos uma reportagem intitulada "Mais uma vitória dos operários da fábrica de Fernão Velho", mostrando as vitórias sucessivas dos trabalhadores da Fábrica Carmen pelo reajuste do novo salário.

> Após a conquista do salário mínimo empenharam-se os operários de Fernão Velho na luta por conseguirem o reajustamento de seus salários.

---

[375] Esta greve serviu para os trabalhadores cobrarem ao governador uma postura favorável aos trabalhadores. Porém, Muniz Falcão manteve uma boa relação com a classe trabalhadora durante todo seu governo.

[376] "Significativa vitória dos operários de Fernão Velho". *A Voz do Povo*. Maceió: 29/09/1956. Ano XI, número 28, p. 1.

> Uma seção após a outra tem alcançado os objetivos desejados. Há poucos dias noticiamos a vitória dos operários da seção de preparação (3ª turma).
> Na semana passada foi a vez da seção de acabamento. Aproveitando a visita de um dos diretores, dirigiram-se os operários em comissão ao industrial e expuseram perante esse suas pretensões, no que foram atendidos.
> Essas pequenas vitórias têm o mérito de impulsionar outras tantas e criar um ambiente favorável à conquista de maiores vitórias.[377]

Um dado importante a comentar é que na memória dos operários entrevistados em Fernão Velho, não há menção a greve de 1956. Nenhum dos operários da Fábrica Carmem citou o ocorrido durante as entrevistas, quando perguntados sobre greves. A primeira informação que obtivemos foi com uma pequena matéria no jornal comunista, e só através dos processos da Justiça do Trabalho conseguimos ter uma real dimensão do acontecimento e principalmente, as consequências trágicas para os operários processados pela fábrica. É importante considerar que durante o período pesquisado há a possibilidade de ter havido outras greves e paralisações dos têxteis.

O "esquecimento coletivo" é um reflexo das próprias consequências da greve para os sujeitos que viveram o movimento. Os longos processos judiciais colocaram os operários e suas famílias em dificuldades financeiras, durante anos, até o desfecho fatídico, que foi a demissão de seus empregos e a vitória da fábrica. Essa situação foi sentida pela comunidade operária, ao mesmo tempo em que teve um movimento paredista vitorioso, viu seus companheiros passarem anos dependendo da ajuda do Sindicato para sobreviver e, no final, o desligamento definitivo de suas funções.

O caso desta greve nos faz lembrar e remeter ao caso de *Civitella Vai de Chiana*, no qual há um choque entre a memória oficial que comemora o massacre e os assassinados como mártires e a memória posterior das esposas e familiares dos sobreviventes, que culpam a ação da resistência como causa do massacre e morte de seus parentes.[378] No caso dos têxteis de Fernão Velho, foi construída pelo jornal *A Voz do Povo*, uma memória da vitória dos trabalhadores que conseguiram receber o novo salário mínimo depois da greve,[379] e do outro lado, houve um esquecimento coletivo por parte dos operários que viveram a greve, o que nos possibilita interpretar que a greve não foi considerada vitoriosa pela categoria.

---

[377] "Mais uma vitória dos operários da Fábrica de Fernão Velho". *A Voz do Povo*. Maceió: 28/10/1956. Ano XI, número 31, p. 2.
[378] PORTELLI, 1996, p.2. Em 29 de junho, as tropas de ocupação alemãs executaram 115 civis, todos homens, em *Civitella Val di Chiana*, uma cidadezinha montanhesa nas proximidades de *Arezzo*, na Toscana. Neste mesmo dia, 58 pessoas, incluindo mulheres e crianças, foram mortas no povoado vizinho de La *Cornia*, e 39 no vilarejo de *San Pancrazio*. Tudo indica que esses atos foram uma retaliação pelo assassinato de três soldados alemães por membros da Resistência, em *Civitella*, em 18 de junho.
[379] "Significativa vitória dos operários de Fernão Velho". *A Voz do Povo*. Maceió: 29/09/1956. Ano XI, número 28, p. 1.

Porém, não podemos acusar o referido jornal comunista de utilizar a informação somente para uso de suas intenções políticas porque o desfecho judicial aconteceu anos após a greve. No entanto, o jornal *A Voz do Povo* não fez referência ao processo instaurado contra os operários, quando, depois de dois meses, em notícias sobre novos embates entre patrões e empregados de Fernão Velho, mais uma vez, relembrou a vitoria da greve em agosto de 1956 e chamou os trabalhadores para futuras lutas e vitórias.[380] O jornal escolheu construir uma memória da vitória independentemente de saber o sentimento dos trabalhadores que viveram a greve.

4.2.3 Campanha salarial de 1958

Em Fernão Velho, o Sindicato se encontrava repleto de operários. Todos estavam apreensivos com a nova campanha salarial, pois sabiam da dificuldade de tocar suas vidas com os baixos rendimentos pagos pela venda de sua força de trabalho para a fábrica. Além disso, a carestia dos produtos de primeira necessidade os impulsionava cada vez mais para uma alimentação de má qualidade. As reuniões nos sindicatos alagoanos, para discutir o novo aumento salarial, iniciaram a partir de maio de 1958.

Esse ano começou com a volta de Muniz Falcão ao cargo de Governador, depois da tentativa golpista de *impeachment* contra seu governo. A população participou ativamente do processo, saindo às ruas da cidade tanto para reivindicar sua volta, quanto para comemorar a vitória da democracia. Depois de tantos acontecimentos violentos nos dois primeiros anos, governo e oposição levaram os outros anos com menos turbulência política. No entanto, a classe trabalhadora alagoana saiu fortalecida desses acontecimentos políticos e mais unida na luta por direitos. Dentro dessa conjuntura, houve uma tentativa maior das classes patronais de frear essa movimentação dos trabalhadores,[381] com a utilização da violência e da própria Delegacia Regional do Trabalho, tentando interferir na liberdade sindical no estado, chegando a uma intervenção, no dia 03 de junho de 1958, contra a Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado de Alagoas.[382]

---

[380] "Mais uma vitória dos operários da Fábrica de Fernão Velho". *A Voz do Povo*. Maceió: 28/10/1956. Ano XI, número 31, p. 2.

[381] O periódico *A Voz do Povo*, nos anos de 1958 e 1959, recebeu muitas denúncias de espancamentos policiais a operários têxteis, além das ações dentro das próprias fábricas como demissão de operários, diminuição de tempo de almoço entre outras ocorrências.

[382] "Ato arbitrário do Delegado do Trabalho na Federação dos Trabalhadores". *A Voz do Povo*. Maceió: 28/10/1956. Ano XII, número 23, p. 4.

No Sindicato Têxtil de Fernão Velho, a reunião aconteceu no dia 18 de maio daquele ano. Participaram da reunião, como parte integrante de uma comissão alagoana pelo aumento de salário, os operários Arlindo Feitosa, presidente do Sindicato da Fábrica Alexandria; Pedro Farias, presidente do Sindicato de Rio Largo e Railson de Oliveira, secretário do Sindicato de Rio Largo. Foram ouvidas propostas dos sindicalizados e os relatos dos presidentes das fábricas de Alexandria e Rio Largo sobre as reuniões tratando desse aumento salarial ocorridas em seus sindicatos. Isso mostrava um movimento para além dos tecelões da Carmen, com dimensão estadual[383], fazendo crescer a força do movimento.[384] Depois de demorado debate a assembleia aprovou o seguinte aumento salarial:

> Tecelões - 70%, contra-mestres de bancos - 50%, mecânicos - 100%, contra-mestres de acabamento -100%, acabadores - 80%, enroladeiras - 80%, engomadores - 70%, eletricistas - 50%, escriturários - 70%, espuladeiras - 70%, cardas - 70%, carpintaria - 70%, urdidores -70%, estiageiros - 70%, fianderos - 50%, contra-mestres da sala de fazenda - 70%, ajudantes - 70%, motoristas - 70%, seção externa - 70%, batedores - 80%, terceira turma - 80%, ambulatório 70%, caldeiras - 70%, serventes - 70%, pedreiros e ajudantes de pedreiros - 70%.[385]

Os números acima nos revelam que nesse primeiro momento da campanha salarial, os têxteis estavam propondo somente aumento salarial restrito à indústria têxtil em Alagoas. Os operários, por terem salários diferentes, buscavam aumentos diferentes. No entanto, quase todos os funcionários da fábrica estavam contemplados na proposta, menos os mestres de seções. Não importava se trabalhava dentro ou fora da fábrica, todos foram incluídos. E como já haviam acontecido reuniões nos sindicatos da Fábrica Alexandria e de Rio Largo, os números aprovados na assembleia em Fernão Velho estavam bem próximos ou eram iguais aos propostos pelos outros sindicatos têxteis envolvidos na campanha salarial.

Edson Falcão, Delegado do Trabalho, compareceu à reunião do dia 18 de maio de 1958. Sua presença fiscalizadora inibia discursos mais ativistas. E o mesmo não era bem visto por muitos operários, pelo seu modo de mediar harmonicamente os conflitos e, sobretudo,

---

[383] Era de costume a participação de vários sindicatos têxteis nas campanhas salariais, em todas as campanhas registradas havia a presença de mais de um sindicato. No entanto, a participação dos sindicatos têxteis da capital e o da cidade de Rio Largo é mais forte. Eles agiam como vanguarda nas campanhas salariais, levando os movimentos e as decisões em suas assembleias, eram esperadas por toda classe. Porém, como na legislação brasileira, havia diferença entre salários da capital e interior, poderia ser uma barreira diminuindo a interação entre sindicatos da capital e interior nessas disputas.

[384] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho*. Ata da reunião de 15 de maio de 1958. Os presidentes dos sindicatos têxteis que estavam na reunião não sabiam por qual motivo os outros presidentes não compareceram a reunião, já que foram convidados. A nova reunião ficou marcada para o dia 29 de maio. Provavelmente a mesma não aconteceu, sendo transferida para o dia 01 de junho.

[385] "Cassada arbitrariamente em F. Velho a palavra do operário". *In*: *A Voz do Povo*. Maceió: 25/05/58. Ano XII, número 21, p.4.

depois da greve de 1956, quando deliberadamente defendeu a Fábrica Carmen contra os operários. O delegado representava o Estado, a lei, a ordem e o limite das ações dos trabalhadores. Nesta mesma reunião aconteceu um incidente mostrando o nível de respeito democrático para com o sindicato, quando Edson Falcão proibiu José Correia, presidente da caixa beneficente, de prestar esclarecimentos, desagradando muitos dos presentes. Tentou proibir um operário, em pleno gozo dos seus direitos, de se expressar no seu sindicato. Quando os outros operários protestaram, Edson Falcão se retirou. Solon Araújo, operário afastado pela instauração de inquérito na greve de 1956, provocou o delegado perguntando em qual lei se baseava para cassar a palavra do operário. Ficou agendada uma nova reunião para serem apresentadas novas propostas e serem votadas em assembleia.[386]

No dia 01 de junho de 1958, aconteceu a realização de uma reunião especial para escolha de três vogais e três suplentes para comporem a Comissão de Salário mínimo do Estado de Alagoas. Foram escolhidos para Vogais: Pitágoras Bertolino Café, Antônio Domingos Santos e Bráulio Feliciano da Silva; Suplentes: José Lisboa Menezes, José Antônio da Silva e Abelardo Cavalcante Lins. A comissão foi formada a partir da representação de trabalhadores de vários sindicatos. Mesmo com todas as dificuldades de transporte, os operários se organizavam e se encontravam para discutir os novos níveis salariais. A comissão levou em conta os acontecimentos no cenário nacional para elaborar sua proposta a ser aprovada pelos sindicatos alagoanos.

Passados sete meses do início da campanha salarial, chegou o momento de aprovação da proposta da Comissão de Salário mínimo do Estado de Alagoas. Foi convocada, em Fernão Velho, assembleia geral com o fim de discutir e aprovar os novos níveis de salário mínimo, em 22 de novembro de 1958. Foi proposto pela comissão o aumento para Cr$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros). "Não havendo mais ninguém que deu sugestões, a assembleia foi ouvida e foi aprovado o salário de Cr$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros)."[387] A campanha salarial começou em maio de 1958 e a confirmação do novo salário mínimo saiu em dezembro de 1958. Podemos observar como é longo e difícil o processo de luta desses trabalhadores organizados com outros sindicatos de todo o estado. Em dezembro de 1958, a proposta final dos trabalhadores alagoanos era de 5 mil cruzeiros, mas o novo salário mínimo para Alagoas seria de **Cr$ 3.600,00** (três mil e seiscentos cruzeiros). Valor bem abaixo dos Cr$5.000 cruzeiros pleiteados pela classe operária alagoana. A cidade de São Paulo teve o salário elevado para

---

[386] "Cassada arbitrariamente em F. Velho a palavra do operário". *In*: *A Voz do Povo*. Maceió: 25/05/58. Ano XII, número 21, p.4.

[387] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho*. Ata da reunião de 22 de novembro de 1958.

Cr$ 5.700 (cinco mil e setecentos cruzeiros).[388] A diferença salarial entre estados do Sudeste e Nordeste ainda permanecia alta. Mesmo depois de conseguido o aumento salarial, deu-se inicio a outra luta, pela aplicação dos novos salários pelos patrões.

Com o novo salário mínimo decretado em 1959, parecia estar tudo resolvido. Porém, não foi a primeira e nem seria a última vez que a Fábrica Carmen iria relutar em reajustar os salários de seus operários. Os trabalhadores de Fernão Velho já haviam passado por momento semelhante em 1956, gerando o movimento grevista pela aplicação do então novo salário mínimo. A experiência de lutas passadas deixou os trabalhadores mais atentos e conscientes de suas possibilidades. Da mesma forma, os patrões sabiam que ignorar o novo salário e tentar oprimir os trabalhadores para não lutarem pela sua efetivação dificilmente traria resultado.

Nesse momento delicado entre as partes, qual a estratégia dos industriais? Prolongar ao máximo os antigos soldos, levando ao limite possível por lei e pela "paciência" de seus funcionários até sua implantação. Esse limite não foi alcançado em 1956, ocasionando uma greve. Já em 1959, os patrões deixaram de pagar indevidamente, pelo menos por dois meses, o novo salário mínimo, configurando um descumprimento da lei. A Fábrica Carmen se comprometeu em reajustar os salários da seção de tecelagem e das demais que ainda não haviam sido aplicados, depois da pressão dentro da fábrica e com operários questionando os motivos do acontecido e reuniões com grande presença dos trabalhadores, além da ida de uma comissão, liderada pelo presidente Abelardo C. Lins, ao Recife, onde residia o diretor Alberto Bezerra Melo.[389]

Os operários tinham o conhecimento de que se não seguissem os tramites legais para regulamentação do novo salário, podiam ser processados e até perderiam seus empregos. Por isso, inicialmente a fábrica foi notificada e pressionada sem exaltações para cumprir o determinado por lei. Sua implantação era uma questão de tempo. No entanto, havia muita pressa na sua aplicação, pois os mesmos sabiam que estavam sendo enganados pela fábrica.[390] O reajustamento foi alcançado sem a necessidade de ações mais ofensivas por parte dos operários.

---

[388] Tabela dos valores nominais do salário mínimo (1940-1999), DIEESE. Acesso em 20 de novembro de 2011. http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htm.

[389] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho.* Ata da reunião de 27 de fevereiro de 1959. Não é dito nas atas, mas alguma seção da fábrica teve seu salário reajustado em fevereiro, antes do conjunto do proletariado da Carmen. O motivo da ida do presidente não foi exclusivamente se encontrar com diretor da fábrica, mas também por que estava a serviço da Federação dos Trabalhadores.

[390] Da forma que a empresa tratou em se comprometer a pagar o novo salário mínimo, parecia que houve algum descuido da parte deles e que iriam corrigir esse pequeno erro. O que na verdade foi pensado pela administração da fábrica. A Fábrica Carmen sabia muito bem o que estava negando aos trabalhadores:os seus direitos conquistados e que cada semana que passava, lucrava mais com a venda da força de trabalho dos proletários.

Na Fábrica Alexandria, a situação foi semelhante a Fábrica Carmen. Os operários têxteis não receberam o reajuste no mês de janeiro, ou seja, a diferença de Cr$ 1.400 (mil e quatrocentos cruzeiros) no salário que não foi reajustado. Os operários depois de um ano deram entrada na JCJ a dois processos: o 02/60[391] deu entrada no dia 04 de janeiro de 1960 e o processo 13/60[392] impetrado em 28 de janeiro de 1960.

Os processos resultaram na conciliação e a fábrica pagou 60% do valor correspondente à diferença salarial, cabendo Cr$ 840,00 (oitocentos e quarenta cruzeiros) para cada operário. Os operários receberam boa parte da diferença salarial, no entanto, se mostrou mais lucrativo aos patrões não pagar o reajuste, porque além do acordado na conciliação ser um valor menor que o devido, nem todos os operários participaram da ação judicial.

4.2.4. Mulheres de Ferro: greve das tecelãs contra o aumento no número de teares (1962)

O movimento grevista de 1962 está para boa parte dos têxteis da Fábrica Carmen como o histórico acontecimento no embate entre operários e fábrica. Isso se deve a forma que foi conduzida a greve: teve início no dia 20 de agosto de 1962, com a reivindicação das tecelãs não aceitando a imposição da Fábrica Carmen, aumentando, para seis, o número de teares para cada tecelã. A greve paralisou a fábrica por três dias.

Antes de nos determos na greve, faremos um recuo estratégico no tempo para entendermos o que levou ao movimento. No dia 21 de abril de 1962, a nova diretoria do Sindicato dos Têxteis de Fernão Velho tomou posse em uma reunião com as presenças de José de Barros Sarmento, Delegado do Trabalho e do Governador do Estado, Luiz Cavalcante, presidindo a reunião, além da grande quantidade de operários têxteis de diversas fábricas, operários dos sindicatos do Açúcar e do Álcool e da Federação dos Trabalhadores.[393]

Fazia parte dessa nova diretoria, José Conrado Alves, novo presidente, Pitágoras Bertolino Café, secretário e João Matias da Silva, 2° Secretário. Essa citada diretoria era mais combativa e foi formada em oposição à diretoria anterior, e também mais próxima e aberta aos comunistas. Dentro de uma conjuntura política nacional de grande acirramento no governo de João Goulart, e, sobretudo, em Alagoas, com forte oposição da classe operária ao

---

[391] Augusto Delmiro de Souza e outros 297 operários.
[392] Manoel Alexandre dos Santos e outros 37 operários.
[393] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho.* Ata da reunião de 21 de abril de 1962.

governo (PDC-UDN). Isso justifica, mais ainda, a presença de Luiz Cavalcante na posse da diretoria e suas palavras de apoio à nova diretoria e aos têxteis.

Já havia forte oposição contra seu governo. Em fevereiro de 1962, vários sindicatos assinaram um memorial contra a carestia de vida e contra o governo de Luiz Cavalcante e iniciaram a luta pela diminuição dos preços como pelo aumento salarial. O governo tentara estreitar os laços com os têxteis. Era sua força dentro da categoria.[394]

O primeiro ato da nova diretoria foi a contratação de Ruben Ângelo como advogado do sindicato. Ruben era um os redatores do jornal comunista *A Voz do Povo*, e a sua presença dentro do sindicato havia sido aprovada, por votação, pelo conjunto dos trabalhadores no dia 30 de julho de 1961. Porém, a diretoria que estava à frente do sindicato, em ações antidemocráticas, ignorou os votos dos associados e não o contratou como advogado.[395] Isto aconteceu no dia 06 de maio de 1962, na primeira reunião do Sindicato, já com a nova diretoria.

A campanha salarial estava bastante consolidada e as dirigentes das fábricas têxteis tentaram se antecipar, e buscaram aumentar a quantidade de teares trabalhados por cada tecelã e tecelão. Isso significava um maior ritmo de trabalho durante a mesma quantidade de horas. Era uma estratégia dos patrões na extração da mais valia.[396] Existiam dois regimes de trabalho nas fábricas têxteis: os "horistas" tinham seu salário baseado nas horas de trabalho passadas na fábrica e havia o regime de trabalho por produção, no qual seu salário estava vinculado a sua produção. A fábrica lucraria mais se seus operários trabalhassem em um alto ritmo durante as 8 horas diárias.

Na Fábrica Alexandria, em Maceió, houve uma tentativa de aumento do número de teares, mas os operários da fábrica junto com o sindicato barraram a tentativa com ameaça de

---

[394] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho*. Ata da reunião de 04 de fevereiro de 1962.

[395] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho*. Ata da reunião de 30 de julho de 1961. O presidente, em 1961, José Idalício, tenta lançar um outro nome para advogado do Sindicato, mas a assembleia aprova o nome de Ruben Ângelo. Já na ata da reunião de 05 de novembro de 1961, os operários foram "forçar" a diretoria acatar a decisão da reunião do dia 30 de julho, que votou na contratação de Ruben Ângelo como novo advogado do Sindicato. No momento da reunião a diretoria disse que acataria a decisão da assembleia, no entanto, não contratou e isso criou um clima de insatisfação com a diretoria e oposição a diretoria.

[396] A taxa de mais-valia, permanecendo as mesmas todas as outras circunstâncias, dependerá da produção entre aquela parte de dia de trabalho necessária para produzir o valor da força de trabalho e o sobretempo ou o sobretrabalho realizado para o capitalista. Dependerá, portanto, da razão em que o dia de trabalho for prolongado para além e acima daquele período, durante o qual, trabalhando, o operário apenas produziria o valor da sua força de trabalho, ou reporia o seu salário (MARX, Op., cit., p. 59).

paralisação e greve. Pouco tempo depois foi a Fábrica Carmen, impondo o número de seis teares para cada tecelã.[397]

A Fábrica Carmen impôs os seis teares para a tecelagem, e os operários dessa seção, que trabalhavam com 04 teares, ficaram altamente insatisfeitos. Já não estavam contentes com seus salários a ainda teriam de aumentar muito o ritmo de trabalho para recebê-lo. As tecelãs começaram a se organizar dentro da fábrica no horário de trabalho, cada uma que ia dizendo algo para outra tecelã, acerca de contestar a nova decisão patronal.[398] Elas tinham cuidado, pois a vigilância era constante. Foi convocada uma reunião no Sindicato para discutir o que fazer perante o aumento no número dos teares.

No domingo, dia 19 de agosto e 1962, na sede social do Sindicato reuniu uma grande quantidade de operários. Na reunião, Ruben Ângelo fez uma explanação a respeito do aumento no número de teares para as tecelãs (6 teares), dizendo que a junta tinha admitido 4 teares e qualquer alteração era para ser negociado com os operários e o Sindicato. Como não houvera nenhuma comunicação prévia entre fábrica e operários, eles não deviam aceitar a imposição. O advogado alegou que as reivindicações só poderiam trazer êxito se as tecelãs "parassem" o serviço. Foi levantado também que se as tecelãs aceitassem trabalhar com seis teares, estava indo contra o Sindicato e seus companheiros.[399]

Delegações de operários das fábricas da cidade de Rio Largo; da Fábrica Alexandria, no bairro do Bom Parto, em Maceió; um operário representante do Sindicato dos ferroviários; professor Japyassu, presidente do Sindicato de Rio Largo; Raul Pereira, advogado do Sindicato de Rio Largo e Henrique Equelman, Deputado Estadual, parabenizaram a iniciativa das operárias. Aurélio Cavalcante, presidente do Sindicato de Alexandria, perguntou se as operárias estavam de acordo com a proposta do advogado e todas responderam que não aceitariam mais que 4 teares.

As tecelãs que haviam iniciado o movimento estavam dispostas à greve. A operária M.J., conhecida como Zezinha, entre outras, assumiu posição de liderança dentro do movimento e falou pela tecelagem nesse momento.[400] "Várias propostas foram sugeridas,

---

[397] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho*. Ata da reunião de 19 de agosto de 1962.

[398] *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Vol. 6. 2008. Maria José nasceu no ano de 1938, trabalhou durante 22 anos na tecelagem. Os outros operários contam que Dona Zezinha era uma mulher que lutava pelos seus direitos.

[399] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho*. Ata da reunião de 19 de agosto de 1962.

[400] *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Vol. 6. 2008.

sendo aceita por unanimidade, que as tecelãs não trabalhassem até 4° feira, dia 22 do corrente. Se dentro deste prazo a gerência não tomasse as medidas necessárias, as tecelãs se afastariam do trabalho".[401]

A greve paralisou a seção de tecelagem, as outras seções não participaram da greve, mas irremediavelmente eram atingidas com a paralisação. Isso gerou muitas discussões e ameaças dos mestres e contramestres contra as tecelãs. A operária J.A, em seu depoimento contou que os operários pegaram o vigia de surpresa e trancaram a porta da fábrica logo pela manhã, para impedir a entrada dos operários, mas com as ameaças dos mestres muitos operários entraram na fábrica. No entanto, muitos ficaram de fora e mantiveram a greve.[402] Segundo a operária, o mestre geral Carlos Araujo ameaçou muitos operários. Afirmou também ser costume do mesmo, perseguir quem não o "respeitasse". Carlos Araujo fora presidente do sindicato em duas ocasiões: julho de 1939 a julho de 1945 e julho de 1951 a julho de 1953. Homem com grande poder, utilizava esse mesmo poder para fazer valer os interesses da Fábrica.

Na quarta-feira, dia 22 de agosto de 1962, aconteceu a reunião para discutir as negociações que estavam em andamento. Havia operários de outras fábricas em apoio à greve.[403] Foi dito que não houve sucesso na negociação com um dos advogados da Fábrica, Petrônio, pois o mesmo propôs 10% de aumento salarial para as tecelãs caso concordassem com os seis teares, mas isso não aconteceu. Foi uma comissão de operários junto com Ruben Ângelo ao Recife para negociar diretamente com Alberto Bezerra de Melo, diretor e dono da fábrica.[404]

Os operários contaram que a comissão nada conseguiu, pois Alberto apresentou a situação econômica da fábrica e falou da robusteza das tecelãs afirmando que elas pediram para trabalhar com mais teares. Ruben Ângelo apresentou o problema dizendo ser 4 teares um serviço puxado, 5 era demais e 6 correspondia à morte. Apresentou ponto ilegal: 1) menores trabalhando com 5 teares e recebendo salário pela metade da produção; 2) horas paradas

---

[401] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho*. Ata da reunião de 19 de agosto de 1962.

[402] J.A, foi operária têxtil durante 27 anos, trabalhou de fiscal da tecelagem. Depoimento concedido a Ivo Farias. Sd/2011.

[403] João Araujo, presidente do Sindicato de Saúde, falou a respeito do problema das tecelãs, alegando que já tinha trabalhado na Fábrica Carmen e conhecia bem de perto os métodos dos trabalhos feitos na empresa. Alegando que na época em que trabalhava como tecelão da Carmen, trabalhava com 2 teares para homem ou mulher, alegando que 4 teares era demais, quanto mais 5 ou 6 teares, dizendo ainda que deviam se unir e confiar no presidente e no advogado. Advertindo que o custo de vida era cerca de 75% do salário, e o que ia melhorar a situação da classe não era 5 e 6 teares nem "Rádio Patrulha", o que melhoraria a situação eram as reivindicações.

[404] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho*. Ata da reunião de 22 de agosto de 1962.

faziam o operário perder salário; 3) a tabela de preço; 4) alteração de número de máquinas. Era preciso que o patrão entrasse em acordo com o sindicato e o operário, aumentando uma porcentagem acima do salário.

Alberto não aceitou o contrato coletivo, solicitando um prazo de 30 dias para rever. O advogado não aceitou e era a assembleia quem decidiria sobre isso. Os tecelões se manifestaram dizendo terem dado três dias e não esperavam por mais 30, alegando que não aceitariam um número superior a 4 teares e estavam dispostos a se afastarem do trabalho na manhã seguinte. Foi solicitado um prazo de 48 horas para os operários, pois os diretores iam decidir o que aconteceria. Os operários aprovaram, em votação, a proposta de esperar as 48horas, pois desejavam o acordo coletivo.[405]

A empresa vendo não haver como impor um maior número de teares sem realizar um acordo e aumentar substancialmente os salários, voltou atrás com o número de 4 teares por operário. No entanto, como forma de represália e "vingança", alguns dias após o fim da greve, três operárias foram, em pleno horário de trabalho, retiradas de suas máquinas e presas pela polícia a mando da fábrica. Esse ato envolveu a comunidade e o pároco da localidade, padre Cabral, intervindo para a liberação das tecelãs. A operária M.J, líder do movimento grevista, foi uma das presas.

> [...] mandou prender eu, a zezé Cabral e D. Maria. Só porque agente falava o que tava acontecendo. Não se falava da fábrica, do gerente, de ninguém. Apenas a gente contava nossas dores que tava ocorrendo e por causa disso fizeram isso com a gente. A gente *tava* trabalhando e chegou e parou o carro na porta da fábrica e levou a gente... Lá também a gente continuava calada, chegava um dizia uma coisa, chegava intimidando.[406]

As prisões foram direcionadas às tecelãs líderes do movimento. Elas foram humilhadas perante os companheiros, sendo levadas de dentro da fábrica para o carro da polícia. Passaram três dias presas e sofreram intimidação dos oficiais de polícia. Presas sem motivo algum, de forma arbitrária, foi necessária a intervenção do padre Cabral, além do Sindicato, para liberar as tecelãs.[407] As operárias, quando voltaram às atividades, foram pressionadas pela diretoria da Fábrica a pedirem demissão, porém não fizeram isso,

---

[405] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho*. Ata da reunião de 22 de agosto de 1962.

[406] *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Vol. 6. 2008. A operária tentou falar pouco sobre sua prisão e a greve, pois se sentia humilhada de ter sido presa. Ela via o que aconteceu com vergonha, e, por isso, esse tema não foi explorado profundamente pelo entrevistador.

[407] Possivelmente houve agressões contra alguns operários durante o processo grevista, mas são informações desencontradas, assim como de outras prisões, além das três tecelãs.

contrariando a ordem da gerência. Passaram anos sofrendo com a perseguição de contramestres.[408]

Algumas considerações sobre essa greve de 1962. Obviamente, as operárias não passariam muito tempo presas, pois não havia motivo, mas servia como intimidação e represália a quem tentasse lutar contra a fábrica. Outra observação importante é em relação à análise das fontes relacionadas à greve: destacamos os depoimentos orais e as atas do Sindicato dos têxteis de Fernão Velho.

Se analisarmos a greve somente pelas atas do Sindicato, o documento produzido pelos trabalhadores no momento em que aconteceram os fatos, a participação das mulheres operárias seria minimizado porque nas atas existentes dentro do sindicato cobrindo o período, não é dado nenhum destaque à participação feminina. Nenhuma fala das tecelãs foi transcrita nas atas, não foi citado nenhum nome feminino como protagonista ou de liderança do movimento e muito menos o fato de o movimento ter se originado na insatisfação das tecelãs, com grande participação feminina. Dentro do processo da greve e das negociações não há menção da participação de tecelãs na negociação em Recife, o que parece provável, pois a diretoria do Sindicato era um espaço masculino e machista e eram os homens que participavam, historicamente, das negociações diretas com os patrões.

Analisando a greve de 1962, somente através dos depoimentos orais, com ex-operários, encontramos a participação e liderança das tecelãs durante o movimento, a pequena participação do sindicato dentro do processo. Isso ocorre pela mágoa da operária M.J, uma das presas. Com a participação de mais mulheres que homens, muita gente foi presa, além das três mulheres.[409] Mas, para maioria só há a lembrança da prisão das três tecelãs, pela comoção causada à categoria na época. E fica evidenciado nas entrevistas o medo dos trabalhadores de perderem seus empregos, com muitos furando a greve.

Portanto, é fundamental analisar os acontecimentos através de ângulos diferentes, lançando novos olhares e possibilidades de se aproximar do acontecido, não acreditando piamente ou desacreditando plenamente nos documentos. Os dois documentos estão repletos de intencionalidade e subjetividade e o conservado não foi o conjunto daquilo existente, mas uma escolha das forças que operaram nesses acontecimentos.[410] E para nos aproximarmos mais dos acontecimentos relacionados à greve de 1962, foi necessário confrontar os

---

[408] *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 6. 2008.

[409] *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vol. 7. 2008. Depoimento da operária M.L, que participou da greve.

[410] LE GOFF, Jacques, 2003, p.525.

depoimentos orais com as atas do Sindicato. Devemos ter a noção do documento monumento, definido pelo historiador Jacques Le Goff.

> É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produzira, mas também as épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntaria ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.[411]

Entendemos qualquer forma de documento como documento monumento e isso inclui os depoimentos orais. A principal função do historiador é criticar o documento, e neste esforço, levantamos algumas considerações a cerca da greve, a partir do confronto e crítica da documentação analisada. 1) o movimento foi originado pela insatisfação e recusa das tecelãs em trabalhar com 6 teares; 2) o Sindicato participou ativamente das negociações com os patrões; 3) a participação feminina na greve foi maciça, possivelmente, maior que a masculina; 4) a participação feminina na greve foi diminuída nas atas do sindicato; 5) e a participação do Sindicato e a importância do advogado, que esperavam um apoio maior para as reivindicações das tecelãs, foi diminuída nos depoimentos; 6) possivelmente houve casos de violência dentro do processo grevista e prisões de outros operários após seu termino; 7) a greve era utilizada somente em último caso, pois os operários sabiam que independente do resultado, consequentemente eles enfrentariam duras represálias das fábricas.

4.2.5. Campanhas salariais de 1962 a 1964

Escolhemos analisar as campanhas de 1962 a 1964 juntas, por entender uma ação contínua nesses anos na luta pelo salário mínimo. A classe operária alagoana estava aproveitando o momento de efervescência nacional e local para conquistar vitórias e melhorias nas condições de vida. O salário mínimo, no período da redemocratização, atingira níveis nunca vistos pela classe trabalhadora, mas isso não era suficiente. A exploração a que era submetida a classe trabalhadora brasileira, era imensa e, mesmo a melhor fase do salário mínimo, não conseguiu suprir as necessidades dos trabalhadores. A participação do CGT nesse processo deu maior fôlego às lutas por novos níveis salariais. Mas antes mostraremos os resultados do ano de 1961.

---

[411] Ibid., pp.537-538.

O ano de 1961 terminou com a aprovação do novo salário mínimo em todo Brasil. O PCB, sindicatos e a Federação dos Trabalhadores participaram ativamente do processo de luta tanto contra a carestia de vida quanto por um novo salário mínimo.[412] Em Alagoas, foi definido o salário mínimo de Cr$ 8.064,00 para Maceió e de Cr$ 6.440,00, para as cidades do interior do estado, aumento de 40% sobre os vencimentos,[413] Com uma diferença de 2 mil cruzeiros entre o salário da capital e do interior. O valor para as capitais brasileiras mais poderosas era relativamente maior, como São Paulo, com o salário mínimo de 13.216,00. Revelando a grande disparidade nos níveis salariais entre as regiões brasileiras, pois havia estados com salários menores que Alagoas.

Se formos observar, nominalmente os níveis salariais através do período entre 1945-1964, encontraremos uma grande diferença positiva, entre os anos 1950 e 1960. Porém, não se converteu em grandes melhoras para os assalariados. Em Alagoas, no ano de 1953 o salário mínimo girava em torno de Cr$ 1.000,00, em 1956, foi conquistado Cr$ 2.200,00 na capital e Cr$ 2.000,00 no interior. Já em 1959, o salário mínimo passou para Cr$ 5.000,00, na cidade de Maceió. Em 1961, o novo mínimo de Cr$ 8.064,00 para Maceió e de Cr$ 6.440,00, para o interior alagoano. Com a campanha de 1962, foi fixado, em 1963, Cr$ 17.200,00, para Maceió. No início de 1964,[414] houve um reajuste de 100% sobre o salário mínimo,[415] elevando para Cr$ 34.400,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos cruzeiros), pouco antes do golpe militar.[416] O alto crescimento do salário mínimo está vinculado, primeiramente, a capacidade de organização e luta da classe trabalhadora brasileira, durante os anos da frágil democracia (1945-1964). A desvalorização da moeda brasileira, mediante a crise econômica e altas taxas de inflação vividas pelo país, sobretudo depois do governo JK e no governo João Goulart. Essa diferença numérica, apontada acima, representa a desvalorização da moeda e a perda gradativa do poder de compra do Cruzeiro e o aumento do custo de vida da sociedade brasileira.

Voltemos ao ano de 1962 e o início de uma nova campanha salarial. Logo no começo do ano, os sindicatos e entidades começaram a se organizar para uma nova campanha salarial,

---

[412] "Oito meses de governo udenista do general Luiz Cavalcante: carestia, mais fome e miséria para os alagoanos simples, trabalhadores e camponeses". *In: A Voz do Povo*. 24 de setembro de 1961, ano XV, número 36, p. 4.

[413] "Novo Salário Mínimo". *In: A Voz do Povo*. 08 de outubro de 1961, ano XV, número 38, p. 1.

[414] Nos dados fornecidos pelo IBGE a data de vigência do novo salário mínimo, nacionalmente, foi 24 de fevereiro de 1864. Tabela dos valores nominais do salário mínimo (1940-1999), DIEESE. Acesso em 20 de novembro de 2011. http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htm. Porém, até o dia 15 de março de 1964, o salário não havia entrado em vigência em muitos estados, entre eles, Alagoas. "Brasil daqui e dali". *In: A Voz do Povo*. 15 de março de 1964, ano XVIII, número 9, p. 1.

[415] "Brasil daqui e dali". *In: A Voz do Povo*. 09 de fevereiro de 1964, ano XVIII, número 5, p. 4.

[416] O reajuste salarial de 100%, conquistado em 1964, não foi implementado em Alagoas e isso gerou muita insatisfação e a continuidade da luta salarial, sufocada pelo Golpe Militar.

liderada pela Federação dos Trabalhadores. No dia 04 de fevereiro de 1962, em uma reunião, o Sindicato Têxtil de Fernão Velho passou a integrar a "Comissão sindical permanente contra a carestia". Foi feito um memorial e aprovado para ser entregue às autoridades municipais, estaduais e federais, explanando a posição da "Comissão" acerca da redução do custo de vida e aumento do salário mínimo. A diretoria do Sindicato teria oficialmente uma posição na campanha salarial e contra as ações do governo e reafirmou isso em ata,

> Diante da indiferença dos poderes constituídos resolvemos em assembleia sindical constituirmo-nos em comissão sindical permanente de combate a carestia de vida, visando através de esclarecimento da organização dos trabalhadores reivindicarem perante o executivo e legislativo federal, estadual e municipal as seguintes medidas: Contenção imediata da carestia de vida; congelamento dos preços **[de itens]** de primeira necessidade e rebaixamento dos preços particularmente da farinha de mandioca, charque, carne verde, leite e feijão.[417]

A participação dos sindicatos têxteis de Maceió dentro do movimento potencializava a capacidade dos trabalhadores alagoanos, pois além das fábricas têxteis serem referência para os operários do interior alagoano, significava a participação de uma categoria muito numerosa.

A classe operária alagoana volta a se movimentar e organizar ações contra o governo de Luiz Cavalcante em grande ato realizado no Palácio do Trabalhador. O ato congregava várias categorias, entre elas as delegações das fábricas têxteis da cidade de Rio Largo (Progresso e Cachoeira); em Maceió, do bairro de Saúde (Norte Alagoas), de Fernão Velho (Carmen) e Bom parto (Alexandria).[418]

Para o dia 01 de maio de 1962, foi organizado pela Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alagoas e o PCB um 1° de maio de lutas com as atividades divididas entre o Sindicato Têxtil de Maceió (Fábrica Alexandria), o Sindicato dos Estivadores e Palácio do Trabalhador.[419] Na edição de 20 de maio de 1962, o jornal *A Voz do Povo* publicou uma matéria intitulada: "Movimenta-se a classe operária de Rio Largo pelo reajustamento salarial". Nela foi dito que em assembleia os operários votaram por lutar pelo reajuste de 100% do salário mínimo e equiparação com o salário de Maceió. Nesta mesma edição do

---

[417] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho.* Ata da reunião, 04 de fevereiro de 1962. Grifos nossos.

[418] Aurélio Cavalcante, pres. do Sindicato têxtil de Alexandria; Jayme Miranda(PCB), (consultor jurídico) membro da Comissão Permanente de Luta Contra a Carestia; Manoel Matias, representante do Sindicato do Óleo; Comandante Cristovão Rego, Sindicato dos Aeronautas; José Luiz, Sindicato Termo Elétrico; Joel Joaquim, pres. da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alagoas; Francisco Claudemiro, Sindicato da Construção Civil; Nilson Miranda (PCB), pres. do sid. dos Radialistas; vereadores Renalvo Siqueira (PCB) e Claudenor Sampaio; Silvio Lins, pres. Sindicato dos Sapateiros; Benedito Leão, pres. Sindicato dos Panificadores; Gabriel Soares, representante universitário; Rubens Colaço, pres. Sindicato dos Rodoviários.

[419] "Sindicatos organizam 1° de maio de unidade e de lutas". *In: A Voz do Povo*. 29 de abril de 1962, ano XV, número 9, p. 1.

jornal, foi publicado que os têxteis de Rio Largo estariam se preparando para entrar em greve, caso não fossem atendidos. Ainda na mesma edição há a cobertura do protesto dos têxteis da Fábrica Alexandria, contra o corte de 110 operários, devido à crise da indústria têxtil com a falta de crédito e matéria prima. Os têxteis da Fábrica Alexandria iriam pleitear aumento de 50% e que, através do próprio jornal, foi marcado um encontro entre os têxteis de Maceió e Rio Largo, para se organizarem nas lutas salariais.[420]

Em agosto, o evento que mais chamou a atenção dos têxteis foi a greve de 20 de agosto, estendida até o dia 22 de agosto de 1962, uma quarta-feira. Greve motivada pela administração da Fábrica Carmen que impôs a utilização de seis teares para cada tecelã e tecelão, gerando a insatisfação e recusa dos operários. A fábrica voltou atrás porque os têxteis não aceitaram aumentar o ritmo de trabalho, quando ainda estavam insatisfeitos com os salários que recebiam.[421]

No final do ano de 1962 foi decretado o novo salário mínimo, fixado em 1963 com o valor de Cr$ 17.200,00. O valor foi bem superior ao ano salário do ano anterior, porém não representou o dobro do poder de compra da classe trabalhadora porque a moeda perdia cada vez mais seu poder de compra e os itens de primeira necessidade estavam cada vez mais caros.

Pouco tempo depois da vigência do novo salário mínimo, o proletariado têxtil já estava calculando e buscando novamente reajustar seus salários. No dia 17 de fevereiro de 1963, os operários da fábrica Carmen estavam reunidos discutindo a melhor forma de terem os salários aumentados. Foi formada uma comissão para pleitear melhores rendimentos aos trabalhadores, mas a conversa com a diretoria da fábrica não havia sido satisfatória. O operário João Inácio relatou:

> Como membro de uma delegação organizada pelos tecelões, a fim de reclamarem seus salários, fez ciente ao Dr. Alberto, que muitos operários ganhavam mais porque entravam [na Fábrica] antes da hora e saiam depois a fim de produzir mais, como também uma hora de limpeza exigida pela empresa, ao que o Dr. Alberto respondeu que nada tinha a ver com quem quisesse trabalhar a mais, pois só tinha a ver com as 8 horas diárias conforme a tabela do horário registrada ou num caso extraordinário, quando necessário.[422]

O diretor da Fábrica disse não ter nada a ver com a insuficiência do salário mínimo, em manter a subsistência dos operários. Os têxteis estavam se organizando para começar,

---

[420] "Movimenta-se a classe operária de Rio Largo pelo ajustamento salarial". *In: A Voz do Povo*. 20 de maio de 1962, ano XV, número 11, pp. 1 e 4.
[421] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho*. Ata da reunião de 22 de agosto de 1962.
[422] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho*. Ata da reunião de 17 de fevereiro de 1963.

através dos meios legais, a pleitear um novo salário mínimo. O tecelão João Inácio ainda pediu para os funcionários não trabalharem mais que 8 horas diárias, pois prejudicavam os companheiros, pois os mestres olhavam com bons olhos àqueles que excediam o tempo legal de trabalho.

Ainda na reunião, Luiz Januário propôs ao Sindicato pleitear um aumento nas seguintes proporções: 80% para os que trabalhavam por hora e 40% para os profissionais por produção, embora vissem o grande mal da situação dos trabalhadores nas organizações que ajudavam a regular os preços dos produtos necessários para sobrevivência. Se a empresa não aceitasse o apelo, deveriam ir a um dissídio. [423] No entanto, as reivindicações não resultaram no aumento salarial.

Entre os meses de junho e julho de 1963, a classe operária em Maceió começou a se organizar novamente para buscar novos salários. Nesse momento, era mais fácil a organização, depois de várias ações coletivas e a formação de uma comissão permanente, em 1962, (com ampla participação do PCB, sindicatos e CGT, amplamente representado pelo PCB).

Em 07 de julho de 1963, os têxteis de Fernão Velho voltaram a se reunir para discutir o aumento salarial e sobre o pagamento das taxas de higiene. A ata informa que, segundo o operário Luiz Januário, já há muito tempo era de sua opinião ser tratado em uma reunião questões sobre aumento salarial, pois o salário, hora recebido, dava muito mal para passar três dias. A sua proposta era de 20%. A proposta foi bem recebida pelos presentes. O associado José Crispin concordou com os operários, mas lembrou a campanha passada, quando eles acertaram 80% na reunião e foi levado para a negociação 60%, pelos dirigentes. Por isso chamou atenção dos companheiros. Joel Joaquim, Presidente da Federação dos Trabalhadores, esclareceu que as solicitações feitas eram debatidas e encaminhadas pela Federação.[424]

Aconteceu com ampla participação da classe operária alagoana a "Semana Nacional de Protestos," entre os dias 01 e 07 de agosto de 1963. No dia 28 de julho, a caravana formada pelo CGT foi à Fábrica de Saúde. No dia 29, a comitiva passou pelos sindicatos em Fernão Velho e em Rio Largo. Nos sindicatos, aconteceram assembleias e nelas foram aprovados o

---

[423] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho*. Ata da reunião de 17 de fevereiro de 1963. Neste mesmo dia, Ruben Ângelo anunciou o nascimento do seu filho e convidou os associados em geral para o "cachimbo" (costume camponês de comemorar no nascimento do filho com cachaça com mel de Uruçu).

[424] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho*. Ata da reunião de 17 de fevereiro de 1963. Sobre a taxa de higiene, foi falado que não estavam sendo atendidos familiares e os operários que estavam afastados. E que iriam verificar se o valor pago era justo pelo tipo de atendimento recebido.

apoio e participação na Semana pelas reformas de base e contra a carestia.[425] No último dia da Semana Nacional de Protestos, 07 de agosto, foi deflagrada uma greve no Porto de Maceió, estendendo-se ao longo de 11 dias.[426] A greve terminou com os portuários tendo a sua reivindicação, a federalização do Porto de Maceió e pagamento de atrasados, atendidos.[427]

Os sindicatos têxteis estavam cada vez mais imersos nas discussões e debates sobre o aumento do salário mínimo e pela diminuição do custo de vida. O CGT e a Federação dos Trabalhadores estavam participando como vanguarda nesse processo. Em setembro de 1963, a Federação e o CGT participaram de assembleias em todos os Sindicatos têxteis a fim de tomarem conhecimento desses sindicatos diante da proposta de paralisação dos trabalhos na luta por aumento salarial.

No dia 29 de setembro de 1963, os têxteis de Maceió se reuniram no Sindicato dos Têxteis de Fernão Velho para fazer o repasse das assembleias nos sindicatos alagoanos. Segundo Joel Joaquim, Presidente da Federação, as decisões dos sindicatos do interior foram contrárias às opiniões dos sindicatos de Fernão Velho, Saúde e Rio Largo, acerca da paralisação dos trabalhadores. Isso ocorreu em virtude de não ter sido tomada decisão por parte dos empregados nas propostas de reivindicação salarial. No entanto, os sindicatos se dirigiram e fizeram ciente ao Delegado do Trabalho, a decisão de levarem a termo o dissídio coletivo, caso os empregadores não apresentassem uma contraproposta. A proposta era de 40% de aumento sobre o salário e ficou marcada outra reunião na Delegacia Regional do Trabalho.[428]

Nessa reunião, foi registrado na ata o protesto do advogado Ruben Ângelo, que em nome da base, afirmou o erro dos líderes sindicais de assinarem o acordo sem o devido consentimento do conjunto dos trabalhadores. Falou que era preciso mais democracia dentro do sindicato, ouvindo e discutindo as diversas opiniões, e que com autoritarismo as consequências não seriam boas. Ainda houve acusações de autoritarismo contra a Federação durante o processo. Joel Joaquim disse que iria haver nova negociação e os termos do antigo acordo não valeriam.[429]

---

[425] "Arrumadores, Saúde, Fernão Velho e Rio Largo realizaram assembleias de apoio à Semana Nacional de Protestos". *In: A Voz do Povo.* 04 de agosto de 1962, ano XV, número 26, pp. 3-4.

[426] "Prossegue a greve dos portuários apesar das violências policiais". *In: A Voz do Povo.* 18 de agosto de 1962, ano XV, número 30, p. 1.

[427] "Iminente nova greve no porto de Maceió - Deputado Lauro Farias solicitou d câmara envio de telegrama pedido a liberação urgente dos cem milhões de cruzeiros". *In: A Voz do Povo.* 08 de setembro de 1962, ano XV, número 33, p.3.

[428] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho.* Ata da reunião de 29 de setembro de 1963.

[429] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho.* Ata da reunião de 29 de setembro de 1963.

A ata do dia 29 de setembro mostra uma reunião tensa, pois mesmo a ata não contendo todos os discursos e sendo feita pela própria diretoria, vimos fortes posições contra a Federação e os líderes dos sindicatos, tomando decisões sem o consentimento da base, de forma verticalizada, e isso estava sendo cobrado pelos operários presentes na reunião.

Devemos levar em conta o seguinte: essas campanhas salariais estavam conectadas de forma nacional. Porém, como o salário mínimo não era unificado, necessitava da participação ativa dentro do respectivo estado para conquistar as melhorias necessárias. No final de 1963, foi decretado um novo salário mínimo para o Brasil, onde cada estado teria o seu nível salarial. Com o novo salário mínimo reajustado em 100%, e entrando em vigência no início de 1964,[430] foi demonstrado o grande poder da classe trabalhadora brasileira, que a cada ano conquistava vitórias. Por outro lado, o cruzeiro perdia cada vez mais seu poder de compra. Em São Paulo o salário mínimo subiu de Cr$ 21.000,00 para 42.000,00, já em Alagoas o salário passaria de 17.200,00 para 34.400,00.[431] No entanto, na ata do dia 11 de março de 1964, os têxteis estavam indignados com o aumento de 40%[432] e não os 100%, o que daria Cr$ 24.080 (vinte e quatro mil e oitenta cruzeiros), quase dez mil cruzeiros a menos em relação ao acordado.

Já em Alagoas, o salário não entrou em vigência no período determinado. O mês de fevereiro foi de espera. Em alguns estados, o salário entrou em vigência no dia 24 de fevereiro de 1964, mas em Alagoas isso não aconteceu. E nesse contexto de luta e insatisfação com o salário menor que o esperado, encontramos na ata de 11 de março de 1964, os discursos mais radicais.

No dia 11 de março de 1964, na sede social do Sindicato Têxtil de Fernão Velho, se reuniram além dos operários da Fábrica Carmen, as delegações de alguns sindicatos têxteis. Essa reunião foi para discutirem novos níveis salariais e as ações a serem tomadas, caso não fossem atendidos. Iremos agora descrever a reunião baseados na ata e depois vamos tecer algumas considerações sobre o documento e a reunião.

Quando se especifica o motivo da reunião, o presidente José Conrado deixa claro que o salário ao invés de melhorar só prejudicou aos trabalhadores e pôs a culpa do fracasso final da campanha salarial de 1963 na Federação dos Trabalhadores. José Graciano, representante do sindicato de Rio Largo, disse ao conjunto dos têxteis que em seu sindicato já havia tido reunião idêntica e foi tirado que "não iam pleitear nada", mas exigir 100% sobre o salário. E

---

[430] "Brasil daqui e dali". *In: A Voz do Povo*. 09 de fevereiro de 1964, ano XVIII, número 5, p. 4.
[431] O valor do salário calculado a partir das informações nos jornais, com o aumento de 100%.
[432] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho*. Ata da reunião de 29 de setembro de 1963.

não acreditavam "em meios termos ou dissídio, por estes andarem a passos de tartaruga. Porém, acreditava no direito do trabalhador." E disse aos trabalhadores:

> Vários operários construíram prédios e nem sequer possuíam uma choupana para se abrigarem, construíram automóveis e só terem o direito de vê-los passar nas ruas, era preciso, pois, que nos acordássemos e que nos uníssemos para exigir os nossos direitos, direitos esses que só por meio de grande luta, libertaríamos das mãos de um grupo de privilegiados. [433]

Em seguida, Antônio Virtuoso da Silva, também de Rio Largo, concorda com as palavras do companheiro. A situação de fome era a falta de pulso firme do presidente, legisladores, bem como presidente de Federação, Joel Joaquim. Em seguida, Áureo Calazans, de Rio Largo, explicou que, como sindicato membro do CGT, era preciso tornar claro para alguns que não tinham conhecimento que o CGT não era um bicho, "nem organização de agitação como dizem por aí, porém, um órgão de controle e comando dos trabalhadores para que se unam em um só bloco, *pra* nos libertar do julgo dos privilegiados."

A delegação de têxteis da cidade de Rio Largo estava altamente inflamada e indignada com a situação dos seus salários, propondo uma forma de luta mais radical, caso o aumento de 100% não fosse respeitado. O presidente do Sindicato Têxtil de Saúde, Fábrica Norte Alagoas, disse ser preciso solidariedade e unanimidade para uma reivindicação. Estava pronto para acatar a decisão tomada pelos companheiros, mas precisavam ficar atentos para não serem ludibriados novamente. A que nos parece, no acordo assinado, a classe trabalhadora alagoana foi enganada.

A proposta vinda do Sindicato Fernão Velho, dentro da reunião, foi a mesma dos têxteis de Rio Largo: 100%, mas sem cláusulas no contrato e a fixação imediata. O operário Antônio Davi Lemos fez uma ligeira apresentação do custo de vida. E fez um aviso aos representantes sindicais,

> Quando uma assembleia lança um proposta para um acordo, aquele a quem representa, a classe deve voltar com uma decisão ou uma contraproposta da outra parte para que a assembleia tome conhecimento e decida-se, não fazendo como no último acordo que tivemos, que os Srs. presidentes assinaram depois lido várias vezes, para depois chegarem aqui inocentando-se e dizendo que tinham sido ludibriados. [434]

O clima entre a base e os líderes sindicais não estava bom porque, ao que consta na ata, o acordo insatisfatório foi assinado pelos líderes sindicais, sem o consentimento da classe operária em geral. Não houve contraproposta para ser discutida dentro dos sindicatos, mas um

---

[433] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho.* Ata da reunião de 29 de setembro de 1963.

[434] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho.* Ata da reunião de 29 de setembro de 1963.

acordo entre o estado e os líderes sindicais. E depois do acordo mal sucedido, os têxteis estavam se organizando novamente para lutar.

O advogado de alguns daqueles sindicatos, Ruben Ângelo, disse que falaria como profissional e como amigo. Para Ângelo, o salário não correspondia ao alto do custo de vida, então teriam de reivindicar um salário justo, de acordo com suas despesas. Falou do papel de vanguarda da classe, dele como advogado e da diretoria: "a greve é a última saída que deveriam procurar, apesar de estarem mais esclarecidos e mais unidos" e lançou as propostas para finalizar a reunião.

> Daí, teríamos que escolher, entre dissídio coletivo com ou sem afastamento, acordo coletivo ou greve, porém, de maneira nenhuma um prejudica o outro, porque antes de tomar essa ou aquela decisão, temos a obrigação, para salvaguardar os nossos direitos, notificar antecipadamente as autoridades competentes. Até hoje não tenho conhecimento que um dissídio lavrado com afastamento não tenha tido êxito.[435]

E ao final da reunião, ficou registrado, na ata de 11 de março de 1964, que os sindicatos deveriam notificar a Delegacia Regional do Trabalho, dentro da lei para que se ao final da luta, o aumento salarial não fosse alcançado, os trabalhadores pudessem utilizar os dispositivos legais, inclusive a greve.

Os eventos posteriores impediram a conclusão das lutas salariais em 1964. O golpe interrompeu toda uma trajetória de lutas da classe operária em Alagoas. A partir do dia 01 de abril de 1964, mais de uma centena de prisões foram realizadas e entre os detidos, muitos operários têxteis.[436] E assim a campanha salarial de 1964 em alagoas foi bruscamente interrompida, bem como outras lutas no cenário nacional.

---

[435] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão velho.* Ata da reunião de 29 de setembro de 1963.

[436] Quase todos os operários que faziam parte da diretoria do Sindicato Têxtil de Fernão Velho foram presos quando foi dado o golpe. Foi dito por um dos ex-operários que a gerência da Fábrica Carmen indicava para a polícia os operários que deveriam ser presos. Muitos operários foram levados pela polícia de dentro da fábrica. Muitos desses operários estavam participando somente da campanha salarial. A polícia foi na madrugada na casa e alguns operários considerados "subversivos", como Sólon Araujo e Laranjeiras, para evitar fuga quando soubessem do golpe. O ex-operário J. V. foi um dos únicos integrantes da diretoria que não foi preso em 1964, o mesmo disse que foi pressionado pela polícia, mas não chegou a ser peso como seus companheiros. *Trama de Memória Tessitura do Tempo: Registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL.* Vols. 4 e 8 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Informamos de imediato o caráter provisório de nossas afirmações e conclusões, visto que este trabalho, um dos primeiros sobre a classe operária têxtil em Alagoas neste período,[437] ainda terá que se desenvolver. No entanto, chegamos a conclusões que vão contribuir para o estudo dos trabalhadores alagoanos (classe operária têxtil). A partir das evidências encontradas, acreditamos abrir uma janela importante dentro da historiografia alagoana.

No período da redemocratização (1945-1964), a classe trabalhadora brasileira exerceu um papel importante no cenário da luta por direitos em boa parte do Brasil. Entretanto, somente há um pouco mais de dez anos que os estudos sobre trabalhadores (particularmente classe operária) fora do eixo Rio - São Paulo começou a se popularizar. Isso nos mostra o crescimento das pós-graduações fora do eixo Sul – Sudeste como uma descentralização do tema.

Posto isso, nosso estudo vem acompanhando uma nova gama de pesquisas referente à classe operária brasileira em sua totalidade e em nosso caso, a classe operária em Alagoas, mais especificamente os têxteis. As pesquisas evidenciaram a participação dos operários têxteis nas disputas políticas e a ação incisiva desses trabalhadores por melhores condições de vida nas campanhas salariais e em lutas de caráter político, nos momentos que antecederam ao golpe de 1964.

Dentre a documentação analisada, destacamos a relevância de duas delas: os depoimentos com ex-operários e ex-operárias de bairro fabril de Fernão Velho e as atas do Sindicato Têxtil de Fernão Velho. A história oral se apresentou de forma fundamental na construção de nosso estudo para compreendermos demandas da vida operária que outras fontes não nos desvelavam, analisando o cotidiano de trabalho da classe operária alagoana como também observando como muitos operários enxergavam os sindicatos, seus patrões e a própria classe. As atas do sindicato, fonte estudada de forma inédita, nos deram um panorama de como funcionava o Sindicato, os problemas enfrentados pela instituição e pelos operários e também como se desenvolveram diversas lutas durante mais de uma década: as principais queixas do proletariado, como foram travados os embates patrão X empregado, as consequências práticas de cada campanha salarial e greves. Nós conduzimos e fomos conduzidos por esse caminho, no entanto, essas duas fontes destacadas ainda têm muito a oferecer aos historiadores, pois o que nós fizemos foi um primeiro tratamento e análise.

---

[437] Os únicos trabalhos que conhecemos a acerca da história operária têxtil em Alagoas entre os anos 1945 e 1964 são (LESSA, op., cit.) e (FARIAS, 2012).

Dividimos as considerações por capítulo, assim podemos nos deter mais especificamente aos pontos que acreditamos ser necessária alguma observação e por último algumas considerações gerais. No primeiro capítulo identificamos a participação da classe trabalhadora alagoana no processo político em momentos determinantes. O afastamento dos setores populares após o governo de extrema violência de Silvestre Péricles (PST) e a vitória do candidato Arnon de Mello (UDN). Quando do apoio popular durante o conturbado governo de Muniz Falcão (PSP), encontramos, na fala dos trabalhadores, nas atas, referências à aliança e confiança depositadas ao seu governo na busca de direitos, demonstrando que a classe operária tinha ciência da sua importância no jogo democrático e isso só foi crescendo com o tempo. O governo Muniz Falcão foi fundamental na organização da classe operária alagoana e da maior aproximação entre trabalhadores e o PCB.

Durante a década de 1950 notamos um desenvolvimento e amadurecimento da classe operária em Alagoas, acompanhando um panorama nacional. No entanto, a partir dos anos 1960, a classe operária (sobretudo os têxteis) melhor organizada teve uma participação mais ativa no cenário de lutas, passando a protagonizar ao lado do PCB, da categoria dos marítimos e dos petroleiros uma vanguarda no cenário de lutas no estado. Inicialmente eram lutas econômicas, mas com o passar do tempo foram tomando características marcadamente políticas. Ao mesmo tempo em que realizavam campanhas salariais, os trabalhadores firmavam posição contra o governador Luiz de Souza Cavalcante (PL – UDN),[438] participando da semana nacional de protestos e apoiando as reformas de base.

No segundo capítulo, através do Censo Industrial de 1960 e, sobretudo do Diário Oficial de Alagoas, podemos constatar que a indústria têxtil alagoana esteve ao lado da indústria sucroalcooleira como as principais atividades econômicas do Estado. A produção têxtil perdurou como importante atividade dentro de Alagoas até meados dos anos 1970, mas houve uma diminuição da produção e lucratividade iniciada ainda na década de 1950 quando as nações produtoras se restabelecem da II Guerra Mundial. Depois disso, a indústria têxtil caminhou na descendente.

O terceiro capítulo, a cerca do cotidiano fabril e processo de trabalho nos deram subsídios para a compreensão da vida na fábrica, que ocupava boa parte da vida do proletariado têxtil. Constatamos que o isolamento nas fábricas alagoanas correspondia a um padrão regional e nacional de dominação do espaço e dos costumes do trabalhador e que isso foi largamente aplicado em solo alagoano, entretanto, cada fábrica tinha suas particularidades.

---

[438] *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho.* Ata da reunião, 04 de fevereiro de 1962.

A partir dos depoimentos, percebemos o alto nível de repressão enfrentado pelos operários têxteis.

Fazendo a conexão entre os capítulos, constatamos que o aparato repressor e coercitivo das fábricas tem um limite e não conseguia ser pleno, principalmente nas fábricas da capital e da cidade de Rio Largo. Os trabalhadores durante os anos estudados conseguiam burlar as estratégias implantadas pelos patrões. As campanhas salariais e os movimentos reivindicatórios nos revelaram que os trabalhadores criaram significados, de forma particular, ao que lhes era imposto pelas indústrias têxteis, resistindo, mesmo que de forma precária, ao sistema de vila operária como ao núcleo fabril.

No último capítulo, constatamos o fortalecimento dos operários têxteis durante os anos 1950 e 1960. A cada campanha salarial o proletariado têxtil foi ganhando mais corpo e as vitórias sendo mais significativas. A partir de 1961, as lutas são praticamente ininterruptas, porque os sindicatos têxteis alagoanos iniciaram de forma mais incisiva a luta contra a carestia de vida e de certa forma a oposição contra o governador Luis Cavalcante. A criação do CGT cumpre um papel relevante na capital e no interior.

As greves e campanhas salariais representavam o anseio da classe operária em Alagoas por melhores condições de vida e refletiram um novo momento, no qual os operários se organizavam e tentavam ganhar cada vez mais espaço no processo democrático brasileiro. Os trabalhadores, naquele momento, enxergaram possuir mais possibilidades que no passado, com a criação da Justiça do Trabalho e principalmente nos anos de experiência os colocaram na vanguarda da classe trabalhadora durante a redemocratização brasileira. Durante as lutas, esses trabalhadores foram adquirindo uma enorme experiência em lidar com os patrões e o Estado.

Os sindicatos têxteis lutaram por melhores condições de vida e trabalho dos operários. Trataram de conquistar melhorias através da justiça do trabalho e de alianças políticas, como a feita com Muniz Falcão. Nas negociações por direitos, intermediadas pela Delegacia Regional do Trabalho, testaram os limites do discurso oficial. Muitas vezes não tiveram a força necessária para enfrentar a truculência dos patrões. Os operários e as operárias, que tiveram suas vidas "dragadas" pelos teares das fábricas, aprenderam com sua própria experiência a fazer política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. "Histórias dentro da História". In: PINSKI, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 2ed. São Paulo: contexto, 2008.

ALBUQUERQUE, Rui H. P. L. de. *Capital Comercial, Indústria Têxtil e Produção Agrícola*. São Paulo- Brasília: Editora HUCITEC – CNPq, 1982.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Usinas e Destilarias das Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço*. Maceió: EDUFAL, 1997.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE MACEIÓ. *Alagoas na Economia do Brasil*. Maceió: Casa Menezes, 1933.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: Ambiguidades de Liberaslismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O desenvolvimento do algodão na província de São Paulo – 1861-1875*. São Paulo: tese ao concurso da X cadeira da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, 1951.

CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1964) I – Documentos*. São Paulo: Difel, 1980.

Cf. ALAGOAS. *História da Justiça do Trabalho em Alagoas (1941 – 1956) I Volume*. Maceió: TRT da 19º Região, 1996.

CHALOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.

COSTA, Hélio da. Em busca da memória: Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995.

COELHO, Marco Antonio Tavares. *Herança de Um Sonho – as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COELHO, Sandro Anselmo. *O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964)*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 23, nº 46, pp. 201-228, 2003.

CORREIA, Telma de Barros. "O modernismo e o núcleo fabril: o plano da cidade operária da F.N.M. de Attílio Correia Lima". In: *III Seminário Docomomo Brasil, 1999, São Paulo. Anais do III Seminário Docomomo Brasil, 1999*.

_____. "De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular". *In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, A3, nº 4 / maio 2001*. pp.83-98.

DIEESE. *Salário mínimo: Uma questão econômica e de política*. 2005. Acesso em 21/11/2011. https://www.dieese.org.br/assinante/download.do?arquivo=esp/estpesq09_salariominimo.pdf

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FALCÃO, Djalma. *Episódios*. Brasília: Senado Federal, 1980.

FEBVRE, Lucien. *O Reno – histórias, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERREIRA, Maria Nazareth. A imprensa operária no Brasil – 1880 – 1920. Petrópolis: Vozes, 1978.

FERREIRA, Jorge. "O governo Goulart e o golpe civil de 1964". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. "A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 24, nº 47, p.181-212 – 2004(a).

GUSMÃO, Carlos de. *Bôca da grota – Reminiscências.* Maceió: Serviços Gráficos Gazeta de Alagoas, 1970.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. *Formas de dominação e espaço social: A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas.* São Paulo: Marco Zero; Brasília, MCT/CNPq, 1989.

JORDAN, Thomas. *Redefinindo o Sindicalismo Corporativo nos anos 1950: O caso dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.* In: Cadernos AEL, v.11, n. 20/21, 2004.

KELLER, Paulo Fernandes. "Cotidiano Operário & Complexo Fabril: Fábrica Com Vila Operária em Paracambi-RJ". In: *ENFOQUES on-line: Revista Eletrônica dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, V.5, n.1. 2006.

LEITE LOPES, José Sergio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés.* São Paulo: Marco Zero e Brasília-DF: Editora de UnB em co-edição com MTC/CNPq, 1988.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Sobre os Sindicatos.* São Paulo: Polis, 1979.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória.* 5°ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LESSA, Golbery. *Trama da memória, urdidura do tempo (Ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos)*, 2008. (mimeo)

LIMA, Mário de Carvalho. *Sururu apimentado.* Maceió: EDUFAL, 1979.

LINDOSO, Dirceu. *Interpretação da província: Estudo da cultura alagoana.* Maceió: 2 ed. rev. e ampliada, EDUFAL, 2005.

DE LUCA, Tânia Regina. "História dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSKI, Carla Bassanezi. *Fontes históricas.* 2ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Operários em Movimento: documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960)*. Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. *CABANOS – Revista de História*. Maceió, ano 2, v. 1, nº4, 2007.

_____. "Estatutos de Sociedades Mutualistas e a História Social do Trabalho: Conjecturas em Torno da Sociedade Beneficente Proteção e Auxílio da Cia. União Mercantil (Fernão Velho, 1876/1879)." *Revista Crítica histórica*. Maceió: Ano I, nº 1, junho/2010 – pp. 226 a 241.

MAJELLA, Geraldo de. *Rubens Colaço: Paixão e vida - A trajetória de um líder sindical*. Recife: Edições Bagaço, 2010.

_____. *Mozart Damasceno, o bom burguês*. Maceió: Edições Bagaço, 2011(a).

MARROQUIM, Adalberto. *Terra das Alagoas*. Maceió: Grupo João Lyra, 2000.

MARX, Karl. *Salário, Preço e Lucro*. 5ed. São Paulo: Centauro, 2005.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. *Montando o cenário: O Quadro de redefinição/modernização social e econômica (Alagoas nas décadas de 1950-1960)*. 2011. (mimeio)

MELLO, Arnon Afonso de Farias. *Uma Experiência de Governo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

MELO, Airton de Souza. "Repressão e Resistência nas Indústrias Têxteis em Alagoas: a luta operária por melhores condições de vida (1950-1964)". In: SALDANHA DE OLIVEIRA, José Alberto. *A Indústria Têxtil, a Classe Operária e o PCB em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2011.

_____. *Operários Têxteis Alagoanos na Década de 1950*. Maceió: Universidade Federal da Alagoas, Trabalho de Conclusão de Curso, 2009.

NEGRO, Antonio Luigi. "O que a Justiça do Trabalho não queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no século XX". In: *POLITEIA: Hist. e Soc.*, Vitória da Conquista, v. 6, n. 1, p. 193-209, 2006.

NEGRO, Antonio Luigi & GOMES, Flávio. "Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho". *In: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, junho/2006, pp.217 – 240.*

NEGRO, Antônio Luigi. "Zé Brasil foi ser peão: sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística". In: (org.) BATALHA, Cláudio, TEIXEIRA DA SILVA, Fernando & FORTES, Alexandre. *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2004(a).

NERI, Gustavo Bruno e SALDANHA DE OLIVEIRA, José Alberto. "A Indústria Têxtil, o Decreto Nº. 19.739 e a Legislação Trabalhista". *In*: SALDANHA DE OLIVEIRA, José Alberto (org). *A Indústria Têxtil, a Classe Operária e o PCB em Alagoas.* Maceió: EDUFAL, 2011.

REGO, Otávio Brandão. *Otávio Brandão (depoimento, 1977).* Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 139 p. dat.

SÁ JUNIOR, Heider de Lisboa. *A Justiça do Trabalho em Alagoas.* Maceió: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, 2008.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos – Comunistas e sindicatos no Brasil.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo.* 13° edição. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

STEIN, Stanley J. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil – 1950/1950.* Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo - O impeachment de Muniz Falcão.* Maceió: EDUFAL, 1995.

TOLEDO, Caio Navarro. "1964: O golpe contra as reformas e a democracia". In: *Revista Brasileira de História.* São Paulo: v. 24, nº 47, p.13-28, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de adão.* 4ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.